O TEMPO DOS PATRÕES

EXTRATIVISMO DA PIAÇAVA ENTRE OS ÍNDIOS DO RIO XIÉ (ALTO RIO NEGRO)

Márcio Meira

Robin M. Wright, orientador

Robin M. Wright

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05/10/93.

Campinas
Julho / 1993

M478t
20337/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Em memória do Augusto e da Maria de Lourdes, meus pais

"Nada mais duro, do que descabellar a palmeira leopoldinia das fibras textis, que a revestem toda, dos pecíolos ao pé do tronco. A cerda, que vestisse um ídolo mau e repulsivo, algum manitú Kanaca, é áspera e aninha predilectamente aranhas, lagartas, serpentes, lacraus e centopéias. De sol a sol, atolado na vasa dos igapós, o serviço é uma pena inédita para parrecidas. As mãos, a cara ficam lanhados pelo desemaranhamento da grosseira fiapagem, que é preciso arrancar do abominável vegetal. E sempre o terror do "bicho" intrometido na grenha, de dente ou ferrão prompto e venenoso... Nenhum resultado compensador. O caboclo nunca vira um dez réis nesse n'esse trabalho de crua e refinada penalidade chineza."

Alberto Rangel
Inferno Verde, 1908

SUMÁRIO

PRÓLOGO.
A. Agradecimentos. 5
B. Antecedentes da pesquisa. 7

Capítulo I - INTRODUÇÃO.
A. O trabalho de campo. 10
B. A temática e o problema. 14
C. Objeto e objetivo da investigação. 18

Capítulo II - O EXTRATIVISMO DA PIAÇAVA EM CONTEXTO.
A. O contexto físico do alto rio Negro e os piaçabais. 20
B. Utilidades e comércio da piaçava. 25

Capítulo III - OS ÍNDIOS DO RIO XIÉ E A EXTRAÇÃO DA PIAÇAVA.
A. Quem são os índios do rio Xié? 37
B. A extração da piaçava. 52
B.1- O período preparatório. 55
B.2- O deslocamento e a montagem das "barracas". 56
B.3- O corte da piaçava. 61
B.4- A confecção das "piraíbas". 65
B.5- A entrega para o "patrão" e o transporte para a cidade. 68

Capítulo IV - PATRÕES E FREGUESES.
A. O extrativismo e os comerciantes. 75
B. O tempo dos patrões. 84

Capítulo V - CONCLUSÃO. 96

BIBLIOGRAFIA. 99

Anexos

CENSO POPULACIONAL DO RIO XIÉ.
A. Considerações iniciais. 106
B. Quadro Geral da População do Rio Xié. 109
C. Recenseamento. 110

MAPA DETALHADO DO RIO XIÉ

PRÓLOGO.

A. Agradecimentos.

Esta pesquisa contou inicialmente com apoio financeiro do Museu Goeldi e da UNICAMP, e durante os cursos de mestrado, com uma bolsa da CAPES. A essas instituições agradeço o apoio concedido.

A continuidade dessa pesquisa foi possível graças ao Ministério do Meio Ambiente da França, Comunidade Econômica Européia e UNESCO, através do programa de pesquisa "Extrativismo na Amazônia Central", no âmbito do acordo bilateral INPA/ORSTOM. Através de seus coordenadores, Jean-Paul Lescure e Laure Emperaire, agradeço o convite e apoio a mim concedido por este programa.

Agradeço aos índios do alto rio Negro, especialmente aos meus amigos do Xié, pela atenção com que me receberam em suas moradas e a paciência e confiança que tiveram em transmitir-me seus conhecimentos. À Associação das Comunidades Indígenas do rio Xié - ACIRX, e à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, devo não somente a autorização para a realização dessa pesquisa mas também o apoio logístico em campo e em São Gabriel da Cachoeira. Sou especialmente grato ao Artur Yarumare, Lorivaldo Baltazar, Brás de Oliveira França, Gersen Santos, Flávio Carvalho e Maximiliano Menezes, seus líderes.

Meu primeiro estímulo a trabalhar na região do alto rio Negro, em 1985-86, devo aos amigos Bruce Albert, Nádia Farage e Dominique Buchillet, a quem agradeço, não somente pelo "ponta-pé" inicial mas pela continuidade da torcida. Agradeço também o estímulo e amizade constante, desde o início desse desafio, a Adélia Engrácia de Oliveira, Cândida Barros, Maria Helena Barata e Priscila Faulhaber.

Ingressando no mestrado, pude ter o privilégio de contar com Robin Wright como professor e orientador. Espero corresponder aqui à grande dedicação e conhecimento que me passou ao longo desses anos, sempre de forma generosa e amiga.

No exame de qualificação, contei com os comentários extremamente auspiciosos e construtivos dos professores Nádia Farage e Márcio Silva, a quem agradeço pela brilhante arguição.

Phillipe Léna, Christien Geffray, Jacky Picard, Dominique Buchillet, Lúcia Hussak van Velthem e Laure Emperaire leram versões variadas desse trabalho. Agradeço a todos pelas

importantes sugestões.

Com especial atenção, agradeço a toda a equipe do Serviço de Processamento de Dados - SPD, do Museu Goeldi, em particular a Paulo Cabral Filho, Marisa Serra, Altenir Sarmento e Paulo Melo, cujo trabalho sério e competente deram não somente a forma final a essa dissertação, mas também, pela amizade construida, concederam-me aquele cantinho quieto, uma mesa e estante para a elaboração desse trabalho.

Ao Jorge Mardock, desenhista do Goeldi, sou grato pela elaboração do mapa detalhado.

A realização dos créditos do mestrado, entre 1988 e 1990, para alguém que morava a 7 horas de distância de Campinas, não teria sido possível sem a hospitalidade e ajuda de Wilson Meira, Francisco Correa, Nádia Farage, Geraldo Andrello, Richard e Dominique Gallois e Maria Luiza H. van Velthem, no retorno a Petrópolis. A todos agradeço profundamente.

Entre 1990 e 1991, em São Gabriel da Cachoeira, contei com o apoio e amizade inestimável de Alba Figueroa, Daiara, Ana Gita de Oliveira. Em Manaus, nas idas e vindas do campo, pude contar com a hospitalidade de Celso e Célia Meira, de Jean-Paul e Odile Lescure e mais recentemente de Alba e Laure. A todos meus agradecimentos sinceros.

Agradeço o apoio e estímulo permanentemente positivos de meus irmãos Cristina, Regina, Wilson, Milton, Aurélio e Edson.

À Lúcia, Maiani, Iori e Raduan eu devo o apoio e paciência cotidianos, sobretudo nos momentos mais difíceis dessa pesquisa, nas ausências de campo, quando a saudade era tanta. Para vocês ofereço este trabalho que compartilharam comigo desde o início.

B. Antecedentes da pesquisa.

A pesquisa que culminou nessa dissertação teve início em 1986, antes mesmo do ingresso no programa de mestrado em antropologia da UNICAMP, quando era então graduando em história da UFPa e estagiário de antropologia no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Até 1987 tratava-se de um levantamento embrionário de documentos históricos coloniais do acervo do Arquivo Público do Pará. A região do rio Negro motivou-me intelectualmente devido ao vasto número de peças existentes naquele acervo sobre a região, entre as quais, uma parte significativa é referente às populações indígenas. Foi esse, portanto, meu primeiro contato com a referida região.

O resultado desse contato foi a elaboração de um projeto (com o qual ingressei no mestrado) sobre a escravidão indígena na Amazônia colonial. Partindo de leituras iniciais dos textos históricos, tinha embutido um projeto de pesquisa muito mais amplo sobre a história do alto rio Negro, que enfocava vários aspectos da geopolítica colonial na região e o lugar dos índios nesse processo ("História Indígena na Amazônia Colonial: processo de ocupação do alto rio Negro e o contato com povos indígenas [século XVIII]").

Após minha admissão no programa de mestrado e primeira ida ao campo, a orientação e o foco da pesquisa se modificaram. Em primeiro lugar, os cursos do programa levaram-me a ampliar as leituras no campo da antropologia. Logo ficou evidente a necessidade de mudar o projeto de pesquisa original, no sentido de torná-lo tematicamente mais objetivo e com um foco de análise mais preciso. Nos cursos e nas discussões com os professores e com o orientador, aprendi basicamente que não se pode pensar em fazer história indígena do rio Negro sem um conhecimento etnológico dos índios da região, apelando também para suas tradições orais, fatores que requerem um tempo mais longo de pesquisa, sobretudo de campo. Tais reflexões levaram-me a transformar o projeto original - aquele da história indígena do alto rio Negro- para um programa de longo prazo, que evidentemente ultrapassa os limites de uma dissertação de mestrado.

Para chegar a essa dissertação, decidi fazer uma pesquisa mais pontual, visando sobretudo o povo indígena Werekena, habitante do rio Xié, afluente do rio Negro. Tal escolha teve dois motivos básicos: queria estudar um grupo pouco pesquisado no Brasil e, no caso do rio Negro, já há trabalhos variados sobre os Maku, os Tukano e Baniwa; e desejava que este grupo estivesse muito bem documentado nas fontes históricas sobre o contato, desde o período colonial. Os Werekena, que eu ainda não conhecia pessoalmente, em princípio se enquadravam nesses pré-requisitos.

Com a primeira viagem de campo, exploratória, fui estimulado a mudar um pouco o rumo da pesquisa, pois a realidade do local era distinta da que eu imaginara. As próprias circunstâncias históricas da região me levaram a crer que os Werekena, como qualquer outro grupo indígena do alto rio Negro, só devem ser estudados na medida em que sejam contextualizados ao quadro mais amplo da situação de contato estabelecida com os diversos segmentos brancos ou indígenas historicamente presentes na região. Ou seja, a história do contato entre índios e brancos é um fator que não pode simplesmente ser "descartado" da análise antropológica.

A partir dessas avaliações, retomei o projeto de pesquisa original no sentido de adaptá-lo à realidade que pude observar e sentir naquela primeira viagem de campo. Decidi, portanto, fazer um trabalho sobre o extrativismo da piaçava, o produto extrativo mais explorado no rio Xié pelos Werekena, e de grande importância econômica para eles.

As etapas de campo foram iniciadas em janeiro de 1990. Porém, um fator político externo, que aliás não pode ser excluido dessa pesquisa, acabou modificando o cronograma original, que previa a conclusão dessa dissertação em dezembro de 1992. Os índios do "baixo rio Negro", ou seja, aqueles que vivem imediatamente à jusante da cidade de São Gabriel da Cachoeira e nos rios Curicuriari e Marié, solicitaram da Procuradoria Geral da República, com indicação da Associação Brasileira de Antropologia, a realização de um laudo pericial antropológico no seu território, para fins de identificação de Área Indígena. Este laudo foi-me confiado, e a partir de outubro de 1990 até às vésperas do Natal daquele ano, estive singrando as águas do "baixo rio Negro" e não as do Xié, como havia programado[1]. Durante a viagem de campo para a realização daquele laudo, descobri que a região interfluvial dos rios Marié e Curicuriari e também da margem esquerda deste último, estão repletas de mananciais nativos de piaçava, e que os índios da região, de várias etnias, há muito trabalham na extração do produto. Resolvi aproveitar o levantamento para também coletar informações sobre o extrativismo. Foi assim que inclui uma parte desses dados como complementares à pesquisa já iniciada no rio Xié.

Ao longo do ano de 1990, nas idas e vindas ao alto rio Negro, passei alguns dias em Manaus, onde estabeleci contato com pesquisadores do ORSTOM/INPA que desenvolvem um programa de pesquisa sobre o "Extrativismo na Amazônia Central", incluindo o rio Negro. A

1 A realização deste laudo antropológico sobre a Área Indígena "Baixo Rio Negro", além da etapa de campo, consumiu mais dez meses de levantamento de dados e redação, durante o ano de 1991, tendo sido concluido no mês de dezembro desse ano e entregue aos índios (um volume para cada comunidade da região) e à Procuradoria, em Assembléia Indígena realizada na foz do Curicuriari em fevereiro de 1992. Durante esse período, o trabalho de pesquisa para essa dissertação ficou temporariamente interrompido, com exceção de uma viagem ao Xié feita em setembro de 1991.

partir das primeiras conversas sobre o trabalho de campo, a coordenação do programa mostrou-se interessada em convidar-me para compor a equipe, pois havia a intenção de incluir um pesquisador das ciências humanas no projeto. Apresentei minha proposta de trabalho (o mesmo projeto de mestrado) e fui aceito, passando a dispor desde então do suporte institucional e financeiro do INPA, pois o programa é custeado pela UNESCO, Ministério do Meio Ambiente da França e Comunidade Econômica Européia. Isso facilitou o retorno ao campo, além de propiciar melhores suportes materiais para o trabalho de organização dos dados e redação.

Capítulo I - INTRODUÇÃO.

A. O trabalho de campo.

O levantamento de dados para essa dissertação foi feito através de pesquisa de campo, esta entendida não somente como a tarefa empreendida na região do alto rio Negro, mas também nas bibliotecas e arquivos onde se consultou fontes primárias ou secundárias sobre a região e o tema enfocado.

Foram realizadas ao todo quatro viagens ao alto rio Negro, tendo-se permanecido aproximadamente cinco meses e meio na região[1]. A primeira viagem, realizada antes da elaboração do projeto de pesquisa, objetivou um reconhecimento geral e o estabelecimento dos primeiros contatos na região. O trajeto de Manaus à São Gabriel da Cachoeira foi feito de barco rebocador, numa viagem de dez dias, durante a época da seca. Nesse percurso, com paradas em Barcelos e Santa Izabel, houve uma intensa convivência com diversos elementos que compõem o tecido social do alto rio Negro, propiciando uma ante-visão sintética do que se iria encontrar daí para frente: índios, missionários, garimpeiros, operários, militares, comerciantes, aventureiros de variadas origens étnicas e sociais que se dirigiam à região por variados motivos e que mantêm entre si relações em vários niveis[2].

Na segunda viagem de campo (outubro a dezembro de 1990), passou-se em média cerca de um dia e meio em cada "comunidade" ou "sítio"[3]. O levantamento de dados se deu basicamente através do preenchimento de fichas por família nuclear; um formulário geral sobre a história do contato e do povoamento, a situação de saúde e processos de cura utilizados, atividades econômicas, cerimoniais e/ou lúdicas; elaboração de mapas da região pelos índios, indicando áreas de caça, pesca, coleta e extrativismo; gravação de depoimentos e levantamento fotográfico. Sobre o extrativismo o questionário procurou listar, a partir de cada chefe de família, os produtos extraídos, sua localização, e os patrões com quem trabalhou[4].

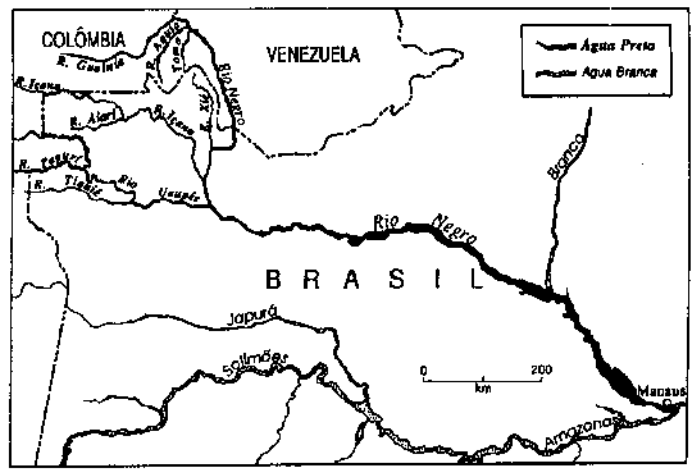
---

1 A primeira viagem de campo teve apoio financeiro do Museu Paraense Emílio Goeldi e da UNICAMP. O levantamento de dados no "baixo rio Negro" foi custeado pela Procuradoria Geral da República e as demais viagens foram totalmente financiadas pelo Programa "Extrativismo na Amazônia Central: Viabilidade e Otimização", com recursos provenientes da UNESCO, Ministério do Meio Ambiente da França e Comunidade Econômica Européia.

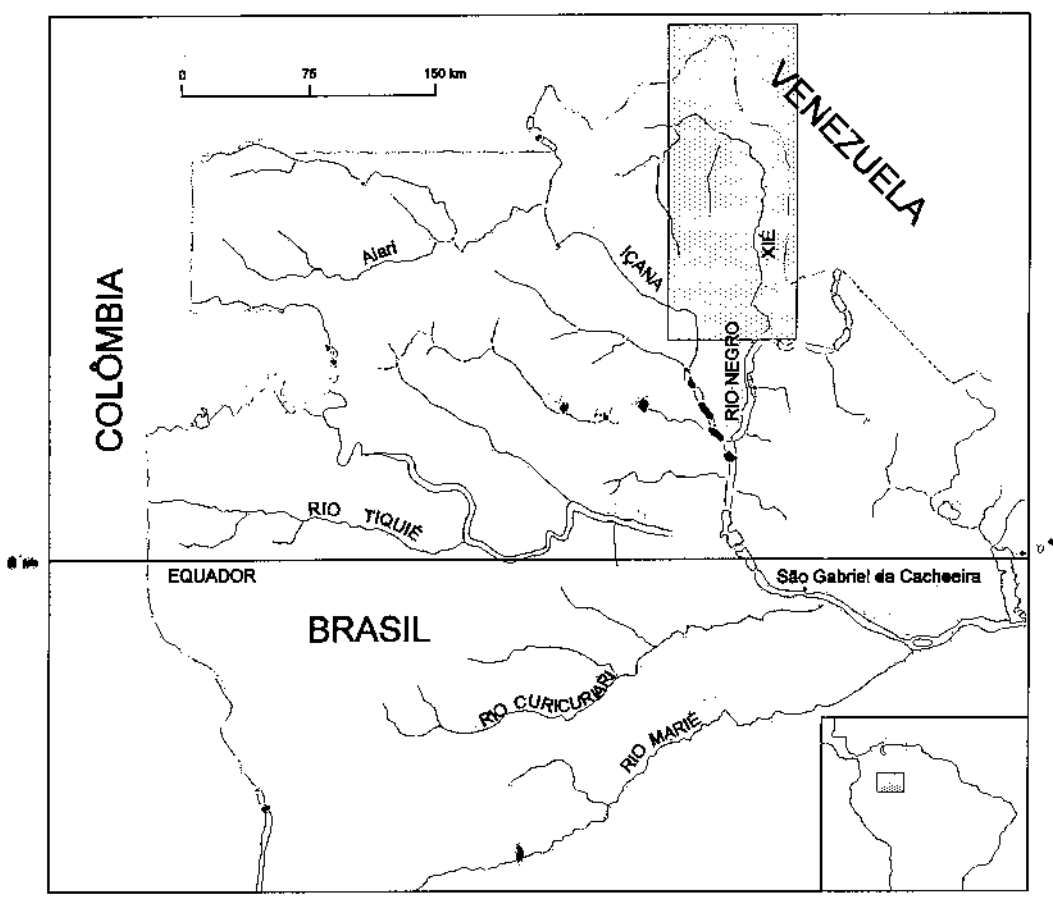
2 Em recente tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília ("O Mundo Transformado: um estudo da "cultura de fronteira" no alto rio Negro" - julho de 1992), a antropóloga Ana Gita de Oliveira faz uma análise desses elementos sociais no alto rio Negro, constituindo aquilo que denomina de "cultura de fronteira".

3 Comunidade é o local de habitação permanente com a presença de escola e igreja, cuja população é formada por várias famílias nucleares. Sítio é o local de habitação de uma família nuclear ou extensa geralmente ligado a uma comunidade.

4 Os dados coletados nessa pesquisa de campo foram pensados e utilizados em função da elaboração do laudo



Bacia do rio Negro desde a nascente até a foz



Região do alto rio Negro com destaque ao rio Xié

antropológico já referido. Os dados sobre o extrativismo são portanto os únicos aqui aproveitados, embora perifericamente, na medida em que esta dissertação optou por centrar seu enfoque no extrativismo da piaçava

Durante a terceira viagem (setembro de 1991), foram pesquisadas algumas "comunidades" e também barracas de piaçava no rio Xié. A viagem foi realizada num barco de um "regatão" de São Gabriel da Cachoeira que mantém relações comerciais com os índios, Sr. Nivaldo Amazonense da Costa, sendo portanto bastante interessante para a observação das relações sociais entre "patrão" e "fregueses". A viagem foi feita até a última comunidade, à montante, do rio Xié, denominada Anamoin, onde houve naquele ano grande produção de piaçava. Houve também uma permanência de 10 dias na comunidade de Vila Nova, objetivando uma maior aproximação com os informantes indígenas produtores diretos da piaçava. Foram coletadas informações gerais também, por um dia, numa aldeia dos Dâw (Maku), localizada na margem direita do rio Negro, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira, quando se pode obter algumas informações sobre as áreas de exploração extrativista utilizadas pelos Maku no Curicuriari e Marié, plotadas por eles no mapa, além de alguns depoimentos sobre o trabalho no piaçabal.

A última etapa de campo no Xié (agosto e setembro de 1992), foi realizada num barco dos próprios índios, na qual se contatou todos os sítios e comunidades do rio, realizando-se um recenseamento da população e registrando depoimentos sobre o extrativismo da piaçava. Foi feita também com os índios a plotagem no mapa das áreas de extração do rio Xié, com a localização dos sítios, comunidades, barracas de piaçava e varadores. Esta viagem foi fundamental para o estreitamento das relações com todos os índios desse rio, sobretudo com os da comunidade de Vila Nova, onde fica a sede da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié - ACIRX[5].

No alto rio Negro foram adotadas metodologias de pesquisa clássicas da antropologia, tais como a elaboração do diário de campo, entrevistas, censo populacional, plotagem de locais de moradia e exploração de recursos naturais em mapas. Não houve, porém, uma definição *a priori* de um modelo específico de enquete: optou-se por adotar uma metodologia de acordo com as circunstâncias e contextos em que se situava, e que dependia sobretudo dos interlocutores, que podiam ser índios Werekena, Baré, Tukano, ou militares, religiosos, comerciantes, garimpeiros, entre outros.

Esta abordagem permitiu captar uma visão ampla da região e também, conforme o caso, particularizar e aprofundar o levantamento específico de informações de interesse direto para a pesquisa, através das entrevistas individuais e preenchimentos de fichas-formulário por família

no rio Xié.

5 Entidade fundada em 1989, registrada em cartório e legalizada. Luta pela demarcação das terras e pela melhoria da assistência na área de saúde e educação. Tem sede na comunidade Vila Nova.

nuclear, aplicadas à população indígena. O material coletado nas duas primeiras viagens são úteis basicamente para fornecer um mapeamento inicial das características sociais da região, fortemente marcada pela presença indígena, além de informações esparsas sobre o extrativismo. As duas últimas permitiram uma observação mais localizada da produção extrativa da piaçava entre os índios do rio Xié, sobretudo os Werekena, como também das atividades dos regatões nesse rio.

Os dados observados e levantados, representam, em síntese, o recenseamento da população indígena envolvida na extração de piaçava, narrativas orais sobre a história do extrativismo, a produção e o processamento da piaçava, as áreas de localização dos piaçabais nativos, os "patrões" da piaçava, as formas de utilização do produto no passado, as relações sociais entre "fregueses" e "patrões". Dentro do possível, registrou-se com imagens fotográficas a população pesquisada e suas atividades, como também a indicação nos mapas da ocupação indígena do espaço.

A pesquisa nos arquivos e bibliotecas tem se desdobrado, nos últimos dois anos, em duas frentes: o levantamento de fontes documentais e o arrolamento de dados existentes nas obras dos viajantes e/ou outras fontes publicadas.

O levantamento de arquivos foi realizado nos acervos documentais existentes em Belém, sobretudo no Arquivo Público do Pará, no Museu Paraense Emílio Göeldi e na Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites[6]. No primeiro acervo foram consultadas diversas peças do final do período colonial[7], a maioria com pouca ou nenhuma informação sobre o extrativismo da piaçava. No MPEG foi consultada documentação proveniente dos relatórios do antigo Serviço de Proteção aos Indios (SPI), datados dos anos 30, 40 e 50 de nosso século; do acervo do engenheiro Silva Coutinho, da segunda metade do século XIX e do diário de campo do antropólogo Eduardo Galvão, de 1951 e 1954. Na PCBDL há material do período entre 1930 e 1960, sobretudo os relatórios de campanha na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. As fontes bibliográficas foram encontradas majoritariamente na biblioteca do MPEG, como também na da PCBDL, na maioria edições já esgotadas de obras dos viajantes do século XIX como Humboldt, Wallace, Spruce, entre outros (ver bibliografia).

6 Infelizmente não pudemos levantar dados no acervo da empresa J.G. Araújo, tornado recentemente disponível ao público no Museu Amazônico, em Manaus.

7 Em razão da grande quantidade de documentos desse Arquivo não estar devidamente classificada, muito pouco pode ser observado nessa pesquisa, em razão sobretudo do pouco tempo disponível. Nesse sentido, é muito provável que ainda haja informações sobre o tema desse trabalho naquele acervo.

B. A temática e o problema.

O tema desta dissertação é o extrativismo da piaçava no alto rio Negro, tomando-se como exemplo a região do rio Xié, habitada por uma população indígena de origem Werekena e Baré, na sua grande maioria. O foco também envolve a relação dessa população com os comerciantes que negociam a produção extrativa. Trata-se de um tema, ao nosso ver, de extrema importância para a compreensão da realidade sócio-cultural alto rio negrina.

Além desse aspecto, devemos considerar que o extrativismo voltou a ser nos últimos anos, certamente com a influência do movimento ambientalista mundial, uma atividade econômica de significativa importância política para diversos setores da sociedade amazônica, em que desponta o Conselho Nacional dos Seringueiros. Em termos da elaboração de políticas econômico-sociais alternativas para a Amazônia, a criação de Reservas Extrativistas está sendo posta em prática pelo governo federal, inclusive com apoio internacional[8].

O extrativismo é um termo próprio da língua portuguesa que se refere a toda e qualquer atividade de coleta ou extração de produtos naturais, de origem mineral, animal ou vegetal. Neste trabalho consideramos extrativismo apenas a atividade de coleta de recursos naturais vegetais (excluindo-se a madeira) para fins comerciais, retirando dessa definição toda a atividade indígena de coleta para fins de autoconsumo, que é designada pelo termo "coleta".

A atividade extrativista tem uma importância histórica significativa para o Brasil, cujo nome advém exatamente do produto vegetal, o pau-brasil, que foi o primeiro ítem extrativo, - mas não o último -, a ser explorado pelos europeus recém-chegados nessas terras. Foram os índios tupinambá que penetraram a floresta atlântica e trabalharam no corte da referida árvore, sob as ordens dos comerciantes portugueses ou de corsários holandeses, ingleses ou franceses. O extrativismo também não é uma atividade cativa da história do Brasil: esteve presente também em outras partes da América, da África e da Ásia, sempre relacionado à expansão da economia de mercado nas diversas regiões do mundo, com uma enorme diversidade de riquezas naturais então desconhecidas, regiões e povos cuja descoberta pelo ocidente foi provocada, em certa medida, pela própria procura desses produtos extrativos, denominados então pelos portugueses, no Brasil, de "drogas do sertão"[9].

8 O Projeto Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, elaborado pelo governo brasileiro, e que está sendo financiado com recursos do grupo dos sete países mais ricos - G-7, tem um programa específico para a demarcação de Reservas Extrativistas.

9 O livro de Eric Wolf, "A Europa e os Povos sem História" de 1982, fornece um quadro mundial dessa expansão do ocidente em busca de riquezas, a maioria delas extrativas, e como essa busca significou fortes impactos nas populações indígenas de todo o mundo. Dos exemplos citados pelo autor, podemos ressaltar o do comércio de peles de animais: "Para os europeus que buscavam riquezas, as peles não eram bens de alta prioridade; mais desejáveis para eles eram o ouro, prata, açúcar, especiarias e escravos, que davam mais lucro. Entretanto, a

Mais particularmente nessa região conhecida hoje como Amazônia, a economia extrativa teve papel significativo na sua conquista colonial, como também no desdobramento do processo de ocupação de seus espaços mais isolados, que ainda hoje sofrem os impactos desse modelo de exploração dos recursos naturais que é o extrativismo[10]. Ao longo dessa história, o envolvimento das populações indígenas como mão-de-obra na coleta e transporte das "drogas" é intenso, tendo assumido esse trabalho um forte impacto nessas populações que muitas vezes, após o primeiro contato com os brancos, quando não foram dizimadas, passaram a depender dessa economia para manter sua sobrevivência, como é o caso da população indígena do alto rio Negro[11].

A exploração de alguns produtos foram marcantes na história da região amazônica, como por exemplo o cacau no período colonial e a borracha no segundo reinado e na república velha (cf. Alden, 1974; Santos, 1980). Durante o período áureo da borracha, este produto era o segundo ítem das exportações brasileiras, perdendo apenas para o café. Sua importância foi tão grande para a Amazônia que serviu de temática para várias obras literárias, em que se destacam **A Selva**, de Ferreira de Castro e **Inferno Verde**, de Alberto Rangel, com a célebre introdução à sua primeira edição, escrita por Euclides da Cunha, em 1908.

A força da economia do latex provocou na historiografia amazônica uma associação quase automática entre extrativismo e borracha; economia regional e produção gomífera. A produção historiográfica, em grande medida, "esquece" o restante dos ítens extrativos regionais e restringe ou privilegia sua análise à atividade seringalista[12]. Os produtos naturais explorados historicamente na Amazônia, entretanto, não se restringem à borracha. O cacau, a castanha, a balata, a sorva, o pau-rosa, a copaíba, a andiroba, o puxuri, a salsaparrilha, a piaçava, entre outros, têm um significado importante para a compreensão da economia e da sociedade da região. As formas de exploração desses produtos são diversificadas e distintas da borracha, atingindo grupos sociais também diferenciados, incluindo muitos povos indígenas. Como apontou Oliveira Filho (1979:102-103),

---

busca de peles teria uma repercussão profunda nos povos nativos da América do Norte e nos seus modos de vida, e constituiria um dos episódios mais dramáticos na história da expansão mercantil européia" (op. cit.: 158ss.).

10 A implantação de diferentes "situações" de exploração extrativa na Amazônia é aqui entendida enquanto "fronteira", tal como foi definida por Oliveira Filho (1979: 106): "um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado".

11 O fato da população indígena do alto rio Negro ter se integrado à economia extrativa não significa, entretanto, que tenha assumido ao longo da história do contato, uma atitude de sujeição passiva em relação às frentes de expansão, o que pode ser verificado pela força atual do movimento indígena na região (cf. CEDI, 1991: 98-142).

12 A produção historiográfica sobre a borracha na Amazônia é vasta e variada. Eis alguns trabalhos que variam entre "histórias gerais" da borracha e folhetos estatísticos, ambos privilegiando essa temática: Akers, 1913; Cordeiro, 1920; Santa Rosa, 1926; Gusmão, 1932; Viana Moog, 1936; Reis, 1944, 1953; Ferreira Filho, 1965; Vergolino, 1975; Santos, 1980; Weinstein, 1983; Dean, 1989, entre outros).

"O estudo da borracha tende a excluir ou desvalorizar a menção das produções que antecedem o apogeu do surto gomífero, mas que formam as modalidades iniciais de realização dessas produções; paralelamente ocorre a omissão das formas atuais pelas quais a produção se realiza hoje em dia segundo padrões semelhantes embora com produtos diversos; pouca atenção é dada aos outros fenômenos que ocorriam na Amazônia contemporaneamente ao "ciclo da borracha" e a relação que mantinham com esse processo, sendo o caso tanto do estudo de outras produções como de fatos da ordem política ou cultural".

Mesmo no caso dos estudos históricos mais recentes sobre o período da borracha, como os de Santos (1980) e Dean (1989), embora tratem-se de abordagens sérias e competentes, contêm objetivos gerais que dizem respeito às variantes políticas e econômicas que essa atividade exerceu a nivel das relações entre a economia amazônica e a nacional e mundial. Em outras palavras essas obras contêm análises ao nivel macro, que embora façam referência ao conteúdo social do extrativismo, não desenvolvem suas abordagens numa descrição mais localizada dos fatores sociais, no caso, do "seringal". Foram os antropólogos que deram início a tais estudos, embora partindo de pressupostos teóricos distintos.

De fato, do ponto de vista da história dos povos indígenas da Amazônia, a empresa extrativista representa, na maioria dos casos, o primeiro contato que estes mantêm com a sociedade nacional em expansão. Desse modo, a reconstituição histórica das diversas situações de contato entre índios e brancos na Amazônia terá quase sempre alguma relação com a exploração de produtos extrativos, o que pode ser vislumbrado em alguns trabalhos antropológicos que abordaram a temática do contato entre índios e brancos no Brasil (cf. Wagley & Galvão, 1955; Galvão, 1959, 1964; Murphy, 1960; Cardoso de Oliveira, 1964; Laraia & Da Matta, 1967; Oliveira Filho, 1988). Mesmo nesse campo, entretanto, restam ainda muitas "situações" a serem estudadas.

A discussão geral sobre o extrativismo têm recebido recentemente também aportes de economistas, sociólogos, agrônomos e ecólogos que, em certa medida, adotaram em suas pesquisas alguns pressupostos metodológicos da antropologia (cf. Allegretti, 1979; Teixeira, 1980; Homma, 1989; Pereira, 1990 e Filocreão, 1992).

Define-se atualmente (Homma, op.cit.:39) dois tipos de extrativismo: o "de coleta" e o

de "aniquilamento". O primeiro mantém "a integridade da planta matriz geradora do recurso", como por exemplo os casos da seringueira e da castanha. No "de aniquilamento", como o próprio nome pressupõe, "há a destruição da planta matriz", como no caso da extração madeireira e do pau rosa. O extrativismo da piaçava, por essa definição, deve ser classificado como "extrativismo de coleta", visto que "assegura uma extração ad infinitum" do produto (ibid).

No debate sobre a viabilidade ou não das "reservas extrativistas" e do próprio extrativismo vegetal, Homma (op. cit:44-45) afirma que esta atividade econômica "não pode ser considerada como modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia". Argumenta este autor que os recursos extrativos, mesmo os "de coleta", são paulatinamente aniquilados, gerando uma redução da sua oferta e elevação dos preços. Além disso, afirma, na Amazônia a expansão da fronteira agrícola tende a subtrair as áreas extrativas, que exigem grandes dimensões espaciais.

Contrária à visão de Homma, Allegretti (1991:8-10) a considera como baseada em "conceitos da economia convencional" e separada de contextos políticos e sociais. Esta autora propõe que se considere o extrativismo amazônico a partir de "novos conceitos econômicos ("ecological economics") e de dados sobre a dinâmica sócio-econômica regional". Ressalta a importância de se levar em conta a "base humana" que vive do extrativismo, sobretudo populações indígenas e rurais. Na sua opinião a economia extrativista deve ser entendida

> *"como o conjunto de riquezas materiais existentes em estado natural, que permitem a sobrevivência humana em ecossistemas peculiares, nos quais os recursos naturais são vistos como recursos produtivos, ou seja, como capital. O valor dos produtos que existem nestas áreas decorre não somente de seu potencial de mercado, de sua oferta em relação à demanda, mas do conjunto das funções desempenhadas na manutenção dos sistemas básicos de suporte para a vida humana" (ibid).*

Quando se refere à "base social do extrativismo" na Amazônia, Allegretti adverte que existe na região "uma população ocupada em atividades florestais que precisa ser melhor conhecida e estudada" (ibid:13). De fato, mesmo que as estatísticas econômicas apontem para um decréscimo da atividade extrativista na Amazônia, ela ainda contribui significativamente na economia da região e sobretudo para cerca de 53,39% de sua população rural (censo do IBGE de 1980, apud Allegretti, 1991:13), índice econômico-social que, ao nosso ver, não pode ser negligenciado.

Como se vê, apesar do extrativismo ser um tema bastante estudado na Amazônia, os enfoques utilizados foram bastante variados, geralmente enfatizando estudos sobre a atividade seringalista, tomando-a como um paradigma do extrativismo. Por outro lado, houve uma certa negligência em se considerar outras formas extrativas e, sobretudo, a identificação e conhecimento das populações humanas envolvidas diretamente nessas produções. Afinal, qual a dimensão real da economia extrativa na Amazônia atual? Quais populações estão envolvidas diretamente nessa atividade? No caso das populações indígenas, qual o significado que as atividades extrativas diversas representam na sua realidade sócio-cultural? Essas são questões, de nosso ponto de vista, que devem ser incluidas na pauta sobre o conhecimento da região.

C. Objeto e objetivo da investigação.

A partir dessa prévia exposição, pode-se agora apontar onde esse trabalho se insere. Pretende-se aqui apresentar uma contribuição para o conhecimento de um elemento dessa "base social" do extrativismo a que se refere Allegretti, e dessas "formas atuais de produção [extrativa] de produtos diversos [da borracha]", a que se refere Oliveira Filho.

Esta dissertação, como já referido, tem como objeto principal a atividade extrativa da piaçava (*Leopoldinia piassaba* Wall.) na região do alto rio Negro[13], nos municípios de Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, Brasil (ver mapa). Tal atividade envolve uma força de trabalho majoritariamente indígena, e dentre as várias etnias habitantes naquela região, as mais envolvidas na sua exploração são os Werekena e Baré, no rio Xié, e os Tukano, Baré, Dâw (Maku) e outros nos rios Marié e Curicuriari.

Foi escolhido como objeto o trabalho de extração da piaçava e não de outro produto porque a venda desta constitui atualmente uma das fontes de renda básicas para parte significativa da população indígena do alto rio Negro, sendo também um produto que tem tido uma participação na economia local, relativamente constante, desde o início do século XIX. E o rio Negro, por razões ecológicas, é a única região da Amazônia a produzir piaçava, sendo os índios, historicamente, seus produtores diretos.

Trata-se portanto de uma situação sobre a qual há necessidade de se dissertar tanto sobre suas características gerais, tomando-a como um exemplo de atividade extrativa amazônica que não a da seringueira, quanto sobre sua "base humana", que é diferenciada, tendo-se optado aqui

13 A definição de "alto rio Negro" que utilizarei ao longo de todo o texto inclui também a área denominada pelos índios de "baixo rio Negro" (cf. Meira, 1991a, 1991b), que recebe esse nome por estar situada à jusante da cidade de São Gabriel da Cachoeira, mas geograficamente fazendo parte de um mesmo contexto (ver cap. II A).

em privilegiar os produtores do rio Xié, os índios Werekena e Baré. Nesse sentido, cremos que o objeto e objetivo desse trabalho tem esse papel de somar informações nesse campo de análise. Por outro lado, a história do contato dos índios com os brancos, e a do próprio extrativismo, corresponde, naquela região, a uma das chaves para a compreensão de sua presente dinâmica sócio-política[14].

Há também a preocupação de se investigar mais de perto uma situação específica (indígena) de exploração extrativa no contexto amazônico, num momento em que as propostas de criação de "reservas extrativistas" são encaradas como "alternativas de desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável", respondendo à questão social dos seringueiros (cf. Allegretti, 1989, 1991; Anderson, 1989, 1990), mas que também são questionadas, como apontamos acima, quanto a sua viabilidade econômica (cf. Homma, 1989). Afinal, é possivel que as "reservas extrativistas", que nasceram a partir da experiência dos seringueiros, sejam tomadas também como um paradigma generalizante, tal como foi feito pelos estudos tradicionais que tomaram toda a atividade extrativa amazônica pela da extração da borracha, como sublinhado acima. E isso pode significar, eventualmente, novos erros políticos e sociais para a região.

Esta dissertação pretende, finalmente, ser um estudo de caso sobre uma forma de produção extrativa diversa da do seringueiro, numa dada região da Amazônia, mas não ambiciona, em princípio, responder a tais questões gerais sobre as viabilidades técnicas e políticas do extrativismo. O objetivo aqui é tão somente dissertar sobre o caso particular dos índios Werekena e Baré (ver censo), enquanto extratores de piaçava do alto rio Negro.

14 Os estudos realizados por Galvão no médio rio Negro, durante a década de 50, registram a produção de piaçava naquela região, assim como no trabalho posterior de Oliveira (1975). Tais estudos, porém, trataram o extrativismo da piaçava, somado a outros aspectos econômicos e culturais, como um dos fatores de um processo de aculturação, que conduziriam os índios a se tornarem caboclos, integrando-se à sociedade nacional. Esta não é, porém, a situação dessas populações na atualidade, havendo entre os índios (a maioria deles extratores) uma forte tendência de reafirmação étnica.

Capítulo II - O EXTRATIVISMO DA PIAÇAVA EM CONTEXTO.

A. O contexto físico do alto rio Negro e os piaçabais.

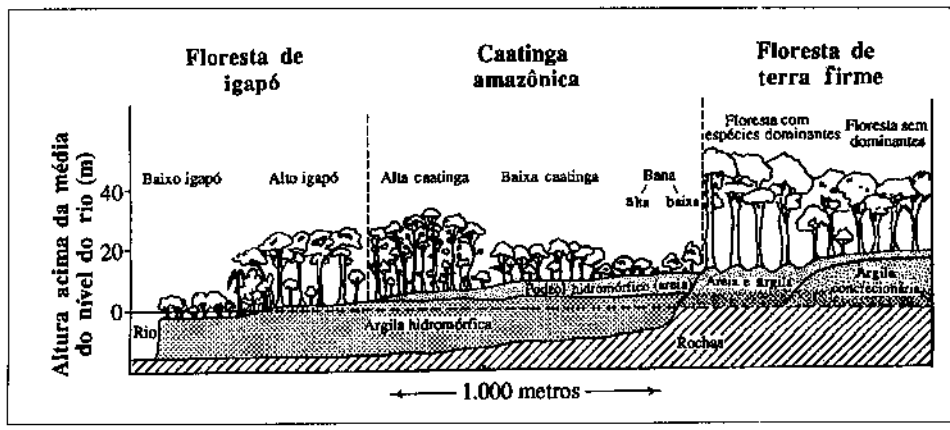
A bacia do alto rio Negro, um rio de águas pretas, é composta, além do rio principal, de vários afluentes tais como o Xié, Içana, Uaupés, Curicuriari e Marié pela margem direita, e Cauaburis, Demiti e outros igarapés menores pela margem esquerda. O rio Negro é denominado, à montante do canal Cassiquiari, de rio Guainía. Aquele canal interliga a bacia do rio Negro com a do rio Orinoco, na Venezuela. Como tributários mais importantes desta rede maior, sobressaem os rios Tiquié e Papuri, afluentes do Uaupés, e os rios Aiari, Cubate e Cuiari, afluentes do Içana. O rio Negro penetra no Brasil com direção geral norte-sul e seus principais afluentes, que também nascem na Colômbia, seguem a direção oeste-leste. Esses rios estão "encaixados" nas falhas ou fraturas do Complexo Guianense, apresentando "trechos com corredeiras ou cachoeiras sem entretanto apresentar desníveis superiores, em média, a 8m." (RadamBrasil, 1976:147).

O Noroeste da Amazônia, como também é conhecida a área, tem características físicas bastante particulares, as quais têm implicações na constituição do relevo, clima, vegetação e nas formas de adaptabilidade humana a ecossistemas diferenciados (cf. Chernela, 1982, 1993; Hill & Moran, 1983; Clark & Uhl, 1987; Moran 1990, 1991).

A região do rio Negro é a única área da Amazônia onde ocorrem piaçabais nativos, ou seja, concentrações dessa palmeira cuja identificação científica é *Leopoldinia piassaba* Wall. Os piaçabais, entretanto, não estão presentes em toda a cobertura vegetal da região, mas sim em alguns trechos específicos, já que se trata de uma área com grande variedade de micro-ecossistemas. Segundo o "Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RadamBrasil" (1976:279), há ali três regiões fito-ecológicas: campinarana, florestas densa ou aberta, e áreas de refúgios ecológicos. Tal estudo conclui que a campinarana ou caatinga do rio Negro assume características próprias, diferentes das do restante da Amazônia como também da caatinga nordestina. É nesta campinarana que ocorrem os piaçabais nativos[1].

A campinarana, ou caatinga do rio Negro, "é uma floresta coriácea de 10-20m que cresce sobre areias quartozas hidromórficas" e também pode ser sub-dividida em três tipos: a alta

1 Deve-se destacar aqui que, apesar da piaçabeira ocorrer nas campinaranas, não é encontrada em todas as áreas de campinarana da região, como por exemplo nas áreas localizadas nas bacias do Içana e Uaupés. Talvez a explicação para esse fato sejam as características diferenciadas de solos. Pelo menos essa é a explicação dada pelos índios quando questionados a esse respeito.



Fonte: Clark e Uhl 1987:5 **apud** Moran 1990:164

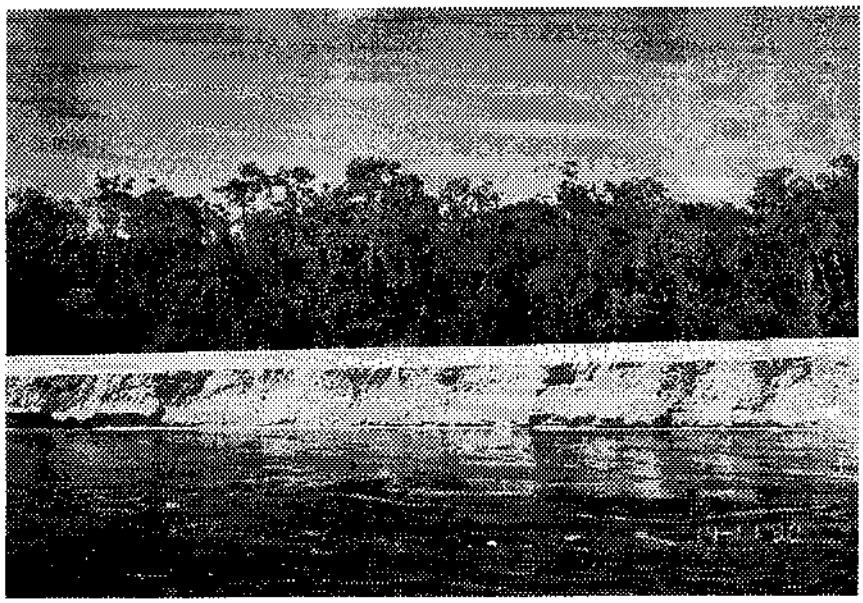
Gradiente de vegetação no Rio Negro

caatinga, a baixa caatinga e a bana, que por sua vez pode ser dividida em alta e baixa (Moran, 1990:161). A campinarana ("falsa campina") faz parte do sistema das formações edáficas, cujas plantas dependem da influência dos solos, e é característica das regiões de rios de "água-escura". Vejamos o comentário feito à piaçava pelo projeto RadamBrasil (ibid:289):

> *"Ainda ocupando o ecossistema [da campinarana em superfície aluvial] vêem-se algumas palmáceas mais significativas, tais como: piaçava (Leopoldínia piassaba), piaçabarana (Barcela odora), jará-açu (Leopoldínia maior), buritirana (Mauritia aculeata) e açaí (Euterpe sp.).*
>
> *No entanto, dentre elas chamamos a atenção para a piaçaba, em face da maior importância para a economia regional. De suas bainhas foliares o caboclo [sic] faz a excelente piaçaba-do-pará. Na cidade de S. Gabriel existe um grande entreposto de venda e exportação, inclusive para outros países, desta matéria-prima, para a confecção de vassouras.*
>
> *Este gênero é tipicamente amazônico e sua área de distribuição limita-se quase que totalmente aos cursos Médio e Alto Rio Negro e seus afluentes, principalmente o Xié, considerado pelos habitantes da região como o "rio da piaçaba", ocorrendo a mesma em suas margens encaixadas e pedregosas."*

O Xié porém, não é o único "rio da piaçaba" no alto rio Negro. As áreas de piaçabais nativos estão concentradas nas zonas interfluviais do alto rio Téia, do rio Marié e seu afluente

Iá, do Curicuriari e do Xié (no médio Rio Negro, estão concentradas nos rios Padauiri, Preto e Aracá). Tais concentrações são denominadas pelos índios de "rebolados", espécies de "ilhas"



Vegetação de Campinarana no Rio Curicuriari

onde a presença da palmeira é mais frequente (ver capítulo IV). Ficam todas situadas nas zonas denominadas pelos índios de "caatinga alta", localizadas em regiões mais distantes da calha principal do rio Negro, e onde o solo é "de areia meio amarelada", diferente da "caatinga baixa", cujo solo é de "areia branca". Os índios informam também que nos piaçabais (caatinga alta) ocorrem o patauá (*Jessenia batuau* Mart.) e o açaí do mato (*Euterpe*), que juntamente com a piaçabeira fornecem frutos para fazer "vinho" (caldo), como também palmito.

No rio Xié, os "rebolados" de piaçava estão localizados somente na sua margem superior esquerda (ver mapa detalhado em anexo), estendendo-se até a Colômbia, às margens do Guainía. Os índios Werekena e outros, habitantes do Xié e extratores do produto, explicam que o tipo de terra que existe naquela faixa dos piaçabais é seca e amarelada (barrenta), denominada na sua língua de **tíkari**. De fato, os "rebolados" de piaçava por mim observados nessa área são geralmente localizados em áreas secas, cercados por terrenos mais baixos, alagáveis na cheia.

Nessas concentrações de piaçabeiras, pude observar que as mesmas podem ter entre si uma distância mínima de cerca de três metros. A vegetação associada ao piaçabal tem uma altura superior às piaçabeiras, que em grande parte se desenvolvem em pontos sombreados da floresta. Trata-se de um mato bastante intrincado, com o solo encoberto por folhas em processo de decomposição.

Foi o naturalista inglês Alfred Russel Wallace quem identificou cientificamente a palmeira amazônica, em meados do século XIX, na região do Cassiquiari. Estava andando por uma picada próxima daquele canal quando viu

"a curiosa palmeira denominada "piaçaba", que produz a fibra hoje empregada no fabrico de vassouras e escovas, aqui utilizadas para varrer as ruas e na limpeza doméstica. Este é o primeiro local - e um dos únicos - onde se pode avistar essa curiosa palmácea, quer se siga por via terrestre ou fluvial. A montante da foz do Padauari (um afluente do [médio] rio Negro), situada a 500 milhas acima da Barra [Manaus], essa árvore é encontrada à beira de diversos rios, mas nunca nas margens do rio principal. Boa parte dos habitantes do alto rio Negro ocupa-se na extração de sua fibra. Conversando com essas pessoas, fiquei a par dos nomes de todos os locais onde a piaçaba é encontrada. Esses locais situam-se à beira dos rios Padauari, Jaá e Daraá, afluentes da márgem direita do [médio] rio Negro, e dos rios Marié e Xié, da margem esquerda [sic]. Nos outros dois rios da margem direita, o Maraviá e o Cababuris, a planta não ocorre, assim como também não nos rios Curicuriari [sic], Uaupés e Içana, da margem esquerda, embora estes corram entre o Marié e o Xié, nos quais ela é abundante. Em toda a região que se estende nas cercanias do alto rio Negro, à montante de San Carlos, ela ocorre frequentemente, assim como também nas proximidades do Atabapo e seus afluentes, como pude constatar agora, quando a vi pela primeira vez, a poucas milhas da aldeia de Tomo.

[A piaçabeira] cresce em lugares úmidos, alcançando cerca de 20 ou 30 pés de altura e suas folhas são largas, penadas, brilhantes, muito lisas e homogêneas. Todo o seu tronco é densamente revestido pelas fibras, que dele pendem como grossos pelos, brotando da base das folhas e crescendo junto ao caule. Numerosos grupos de homens, mulheres e criancas entram para a floresta a dentro para cortar essas fibras. Elas são muito empregadas em toda essa região, servindo também para confeccionar os cabos e cordas utilizados nas pequenas e grandes embarcações que navegam pelos rios amazônicos.

Humboldt refere-se a essa planta, designando-a pelo seu nome venezuelano vulgar "chiquichiqui". Contudo, apesar de ter passado por esta mesma estrada, parece que ele não viu a planta.

Acredito que a piaçaba seja uma espécie do gênero Leopoldínia, o mesmo de duas outras árvores que ocorrem nas margens do rio Negro, as quais, assim como

esta, restringem sua ocorrência apenas àquela área. Quando a vi, não estava na época do florescimento ou da frutescência. Mesmo assim, fiz um esboço de seu aspecto geral e denominei-a Leopoldínia piassaba, designando a espécie pelo seu nome vulgar mais conhecido na maior parte de sua área de ocorrência." (Wallace,[1853] 1979:155).

A palavra **piaçava**, empregada por Wallace para identificar a espécie, tem origem na Língua Geral (Nheengatu, língua derivada do Tupi), do termo **piaçawa.** Segundo um velho Baré que encontrei no rio Curicuriari, **piaçawa** significaria "pelos ou cabelos que saem de dentro ou do 'coração' da árvore"[2]. De fato, a fibra da piaçabeira dá essa impressão de sair do interior do caule da palmeira, caindo verticalmente até o chão, dando a aparência de **barbas**, como aliás os índios chamam a fibra em seu estado virgem. Tais fibras são chamadas na língua Werekena (Aruak) de **típana maráma**, ou seja, fibras ou pelos (**típana**) da piaçabeira (**maráma**), que também significa "cabeludo". A mesma fibra é conhecida na Colômbia e Venezuela pelo nome popular de "chiquechique".

As características botânicas particulares da piaçabeira, com suas enormes **barbas**, faz dela um excelente habitat de animais de várias espécies, principalmente insetos, artrópodos e répteis, fator de ordem ecológica que interfere no processo de coleta da fibra (ver capítulo IV) e causa eventualmente acidentes graves nos coletores picados por aqueles animais (cf. Mascarenhas 1987:63ss.).

As fibras são longas e resistentes, mas podem variar de cor e textura, dependendo da idade da planta. As fibras das palmeiras novas, com até cerca de dez anos, que têm uma coloração marrom-clara ou marrom-escura, são as exploráveis comercialmente. As piaçabeiras velhas, geralmente com mais de dez anos, têm as fibras de cor acinzentada e menos resistentes, tornando-se inúteis para a exploração comercial (cf. Lescure & Castro, 1992:50).

Segundo informações dos índios, uma piaçabeira, após sua primeira exploração, pode ser

2 O dicionário de Tupi feito por Gonçalves Dias no século passado não indica a palavra piaçaba, mas o termo **çaba** significaria penugem e **pya** coração ou fígado. Para Stradelli, que estudou o Nheengatu do rio Negro, no início deste século, o termo **piá** se traduziria por coração, fígado, intenção, âmago, cerne, e **saua** por pelo, cabelo. No seu vocabulário Nheengatu-Portugues o significado da palavra **piasaua** seria o seguinte: "Cabello do coração, cabello do âmago. Os filamentos flexíveis de uma palmeira muito conhecida e muito comum em certas localidades do rio Negro, que servem para tecer cordas, cabos, esteiras, preparar vassouras, escovas e mais artefatos do mesmo gênero, especialmente usados a bordo dos navios". No dicionário de Lingua Geral feito por Grenand e Ferreira, baseado em estudos feitos mais recentemente, o termo **piá** também é traduzido por coração, estômago e fígado e **awa** por pelo, cabelo, pena, pluma, folha. Porém Antenor Nascentes, no seu Dicionário Etimológico, indica a palavra piaçaba como originada do tupi **pei'hab** "vassoura". (cf. Dias, [1858] 1965:58; Stradelli, 1920:599; Grenand & Ferreira, 1989:22,93,133-134; Nascentes, 1966: 578).

reexplorada depois de dez anos de "descanso", pois somente nesse tempo as fibras voltam a ter um bom tamanho para comercialização[3]. Observei casos, porém, de reexploração de piaçabeiras cujas fibras ainda não haviam recuperado um bom tamanho, do ponto de vista comercial[4].

Um informante indígena destacou-me outro fato interessante em relação à exploração da piaçabeira e que explica essa exploração de fibras ainda não totalmente recuperadas. Outrora, quando praticamente só havia produção de "espias" (cordas), a exploração dos piaçabais era mais reduzida, porque restringia-se o corte às árvores que possuissem "cabelos longos". Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos 50, quando o mercado de cordas diminuiu e foi substituido paulatinamente pelo de vassouras e escovas, o corte tornou-se mais predatório, ou seja, todas as árvores disponíveis iam sendo cortadas, não importando o tamanho das fibras.

Esse fator tem provocado uma forte diminuição dos mananciais nativos com capacidade produtiva, sobretudo os piaçabais localizados em regiões mais próximas dos igarapés e rios, portanto mais valorizados[5], e consequentemente deve ser visto também como mais um fator de redução da produção global de piaçava do alto rio Negro. Uma conclusão a que se pode chegar a esse respeito é quanto a forma do extrativismo de piaçava pela classificação de Homma (op. cit.). Trata-se de uma forma extrativa "de coleta" que, eventualmente poderia ou poderá tornar-se "de aniquilamento"[6].

B. Utilidades e comércio da piaçava.

A piaçava ou piaçaba, como já apontado, é a célebre fibra utilizada na fabricação de vassouras e outros produtos similares, outrora também usada na fabricação de cordames. Tal fibra é extraida no Brasil de duas espécies de palmeira: a *Leopoldínia Piassaba* Wall. e a *Atallea funifera* Mart., esta última encontrada no Nordeste, a qual assegura a maior parte da produção nacional da fibra. A primeira, considerada mais elástica, é encontrada na Amazônia, mais especificamente na bacia do rio Negro.

A fibra da piaçabeira provavelmente já era conhecida dos índios do alto rio Negro, que

3 As piaçabeiras já exploradas cujas fibras estão curtas são denominadas na língua geral de **mamaypuka** (cf. Grenand & Ferreira, 1989).

4 Nesses casos, as fibras pequenas são misturadas com as grandes, de forma que após a amarração ficam invisíveis ao comerciante (ver capítulo IV).

5 O corte predatório porém não é recente, como pode ser constatado na descrição de Silva (1833:11-12) indicada mais adiante no texto.

6 Atualmente, os extratores de piaçava do rio Xié fazem o trabalho de coleta do produto em locais distantes, localizados muitas vezes, no Rio Guainia, na Colômbia, em decorrência justamente dessa superexploração dos mananciais mais próximos, hoje de certa forma esgotados.

sabem identificar em detalhes as variadas espécies da fauna e flora de seu meio-ambiente. A tradição oral dos Werekena do rio Xié, por exemplo, faz referência a antigos matapis, utensílio utilizado na pesca e elaborado atualmente com talas de paxiúba tecidas com cipó, que seriam confeccionados outrora com talas da palmeira patauá e tecidos com fibras de piaçava.

No período colonial foram sendo descobertas pouco à pouco pelos europeus aquilo que denominavam "drogas do sertão", ou seja, produtos extraídos da fauna e flora amazônicas, geralmente já conhecidos dos índios, para fins múltiplos e que tinham mercado tanto na própria colônia quanto nos países europeus de então. Pelas informações de época, além do cacau, então o principal produto, foram coletados âmbar, umeri (planta aromática e medicinal), baunilha, cravo, copaíba (óleo medicinal), tabaco, cumaru (planta aromática), puxuri (planta aromática e medicinal), canela, breu, guaraná, gengibre, "leites" (gomas elásticas em geral), madeira, mel, madrepérola, "óleos" (óleos medicinais como a andiroba), pedras medicinais, pimenta, salsaparrilha, entre muitos outros (cf. Lisboa, [1625] 1967; Daniel, [1757] 1975:299ss.).

A economia do Amazonas (antiga Capitania do Rio Negro posteriormente alçada à categoria de Província) sempre esteve ligada ao extrativismo, incluindo a da região do rio Negro. No período colonial a produção extrativa desse rio era transportada em grandes canoas ou batelões, movidos à remo, diretamente para Belém, em cujas viagens de ida e volta gastava-se seis ou mais meses. No final do século XVIII e início do XIX, houve um incremento temporário da agricultura, sobretudo do anil, mas que depois decaiu completamente.

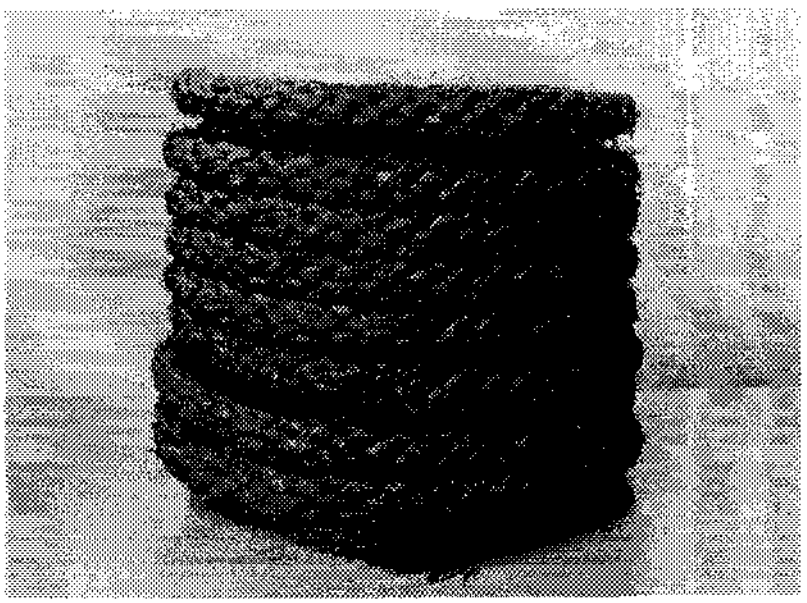
As fibras da piaçava, pelo que indicam as fontes, passaram a ser extraídas para fins comerciais dos brancos apenas na segunda metade do século XVIII. As referências de Lisboa (século XVII) e Daniel (meados do século XVIII), acima apontadas, sobre os produtos da Amazônia então conhecidos, não fazem qualquer referência a esta palmeira. Foi Alexandre Rodrigues Ferreira ([1783] 1983:81-82, 94 e 657-658), no último quartel desse século, viajando pelo rio Negro, que fez o primeiro comentário acerca do produto:

> *"Concluo o artigo da agricultura de Thomar com outra pequena reflexão sobre o nenhum apreço, que na dita villa se faz da piaçava, que tem perto, nas terras da costa fronteira, e dentro do rio Padauiri, donde a pode tirar e propagar pela capitania. É este um artigo tão recomendável por si mesmo, para o bom êxito da navegação pelas cachoeiras deste rio, que até eu, que ainda agora a empreendi, conheço e afirmo, que, ou se não deve dispensar, ou a dispensá-lo, o governo interino não se queixe depois dos naufrágios das canoas régias, e muito menos as*

sobrecarregue aos cabos".(...)

"Torno a insistir sobre o desprezo da piaçaba, e a Vossa Excelência recomendo a propagação desta palmeira".(...)

"Os gêneros que extraem do mato para o seu comércio exterior são: ...g) a piassaba dos rios Marié, Curicuriaú, Ixié, etc..."

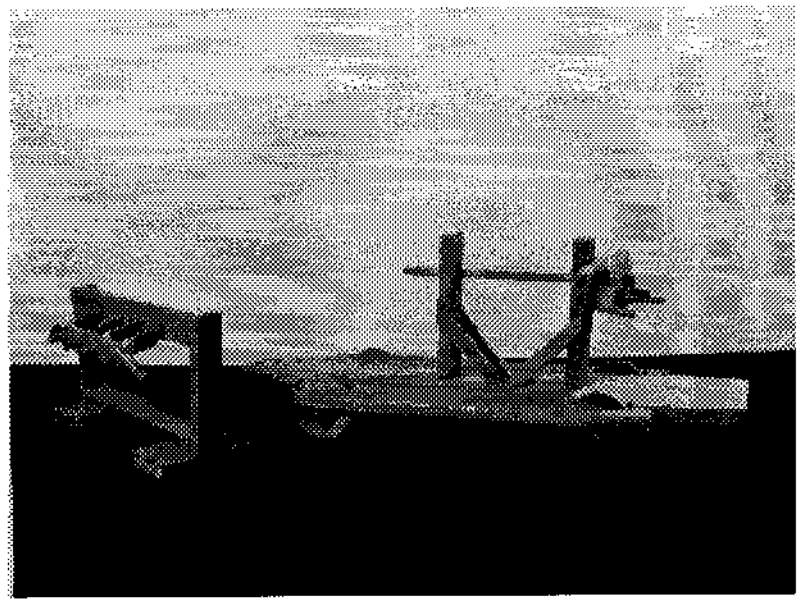


Corda de Piaçava produzida no início dos anos 70
(Foto: Janduari Simões)

A descrição de Rodrigues Ferreira pode ser interpretada também como uma indicação da prévia utilização das cordas de piaçava, na medida em que as embarcações que utilizou na viagem já a empregavam nas cachoeiras e corredeiras do rio Negro. De qualquer maneira, a fibra passou desde então a figurar como um dos ítens de comercialização da Colônia, sendo utilizada basicamente para a confecção de cordas necessárias para as embarcações que trafegavam na bacia amazônica, sendo até mesmo exportadas para o exterior.

As cordas de piaçava foram produzidas e exportadas até o final dos anos 60 de nosso século, quando foram substituidas pelas de nylon. Cada corda era chamada de "peça", que geralmente tinha entre 50 e 70 metros de comprimento. O que variava e determinava seu preço era a espessura das "peças", que podiam ser feitas de 2 a 7 polegadas. No final dos anos 40,

segundo um informante indígena do rio Xié, "comprava-se" uma espingarda com 20 "peças" de piaçava. A elaboração da corda era feita com a utilização de um instrumento de madeira, denominado "carro", com cerca de 2m. de comprimento por 1m. de largura, no centro do qual era colocada uma haste com arruelas giratórias, através das quais as cordas eram confeccionadas.



Réplica miniaturizada de um "carro" de piaçava
(Foto: Janduari Simões)

Eram necessárias no mínimo 3 pessoas para a elaboração de uma corda, exigindo técnica e esforço físico aprimorados.

Parecer emitido em 1798 pelo governador do Grão-Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho ao provedor do rio Negro aponta já naquela época o início da confecção das cordas de piaçava, assim como da utilização do braço indígena na sua produção:

> *"Nesta ocasião manda a junta da fazenda ao provedor interino dessa capitania [do rio Negro] estabeleça uma fábrica de amarras e vivadores (sic) de piaçava. Excuso dizer a V. Sa. que deve vigiar sobre a execução desta ordem, para que se consiga o fim que se pertende e fazer aprontar os índios que forem precisos, mas como segundo o regimen actual das povoações, trabalho fora delas não pode ser aturado, passará V. Sa. as ordens necessárias para que por conta do comum das que forem mais próximas aos districtos onde se achar mais abundância de piaçava, se fação semelhantes fábricas aumentando-se quanto for possivel pela certeza da extração não só para o serviço das muitas embarcações de Sua Mag. e dos moradores*

deste Estado mas ainda para os das outras colonias e para o Reino. Deus guarde a V. Sa., Pará, 24 de março de 1798. Dom Francisco de Souza Coutinho" (APP, 1798:100).

As informações de tal documento sobre o interesse em estimular a produção e comercialização do produto podem ser enriquecidas com o depoimento do cientista alemão Alexandre von Humboldt (1819:469-470), que esteve na região do alto Orinoco/rio Negro em 1800, ou seja, dois anos após aquele parecer, e aponta a existência da tecnologia de fabricação de cordas de piaçava na colônia portuguesa, a qual recomenda seja expandida para fins de exportação para os mercados europeus:

"Nous eûmes à peine le temps d'examiner, dans le couvent, de grands amas de résine mani et les cordages du palmier chiquichiqui [piaçava] qui mériteroient bien d'être plus connues en Europe. Ces cordages sont extrêmement légers, surnagent à l'eau, et ont plus de durée dans les navigations des rivières de les cordages de chauvre. Sur mer, il faut pour les conserver les mouiller souvent, et les exposer peu aux ardeurs du soleil des tropiques. C'est Don Antonio Santos, célèbre dans le pays par son voyage à la recherche du lac Parima, qui a enseigné aux Indiens du rio Negro espagnol à tirer parti des pétioles du chiquichiqui, palmier à feuilles pennées dont nous n'avons vu ni les fleurs ni les fruits. Cet officier est le seul homme blanc qui soit venu de l'Angostura au Grand-Pará, en passant par terre des sources du Carony à celles du rio Branco. Il avoit étudié la fabrication des cordes de chiquichiqui dans les colonies portugaises; et, après son retour de l'Amazone, il introduisit dans les missions de la Guyane cette branche d'industrie. Il seroit à désirer qu'on pût établir de grandes corderies sur les rives du rio Negro et du Cassiquiari pour faire de ces câbles un objet de commerce avec l'Europe. On en exporte déjà une petite quantité de l'Angostura aux Antilles. Ils y coûtent 50 à 60 pour cent de moins que les cordages de chauvre. Comme on employe que les jeunes palmiers, il faudroiet les planter et les soigner par la culture"

"Un câble de chiquichiqui, de 66 varas (171 pieds de roi) de long et 5 pouces 4 lignes de diamètre, coûte au missionaire 12 piastres fortes; on le vend à l'Angostura 25 piastres. Un cordage de 1 pouce de diamètre, 70 varas (182 pieds de roi), se vend, dans les missions, 3 piastres; sur les côtes, 5."

Observa-se nesta consideração final de Humboldt, quanto aos preços das cordas de piaçava, a grande diferença entre o preço local, pago pelos missionários aos produtores, certamente indígenas, e o preço de venda na cidade de Angostura, cujo valor chega ao dobro. Nota-se ali na sua gênese, a forte exploração do trabalho indígena, em termos das diferenças de preço, portanto do valor do trabalho dos extratores, que perdura até os nossos dias na produção de piaçava no rio Xié. Trata-se portanto de uma antiga forma de exploração do trabalho indígena pelos brancos na região do Noroeste Amazônico. Senão vejamos.

O Presidente da Província do Amazonas, em seu relatório de 1853 (apud Silva 1922:50), afirma que "as indústrias manufatureiras, que chegaram a relativo desenvolvimento no período colonial, como já vimos, haviam quase desaparecido ao ser instalada a Província em 1852, subsistindo apenas a do tecimento de cordas [de piaçava] e redes (maqueiras) com a fibra de certas palmeiras". Isto leva a crer que houve, durante a primeira metade do século XIX, uma continuidade na extração do produto no médio e alto rio Negro.

Manuscritos de Silva Coutinho (Arquivo MPEG - FSC, Pcm 20), datados do século passado, dão luz ao surgimento e desenvolvimento dessa atividade extrativa na Bahia e na Amazônia, apontando não somente a confecção das cordas mas também o aproveitamento na indústria de vassouras e a diferença de preços já apontada[7]:

> *"A piassava dá fibra todos os anos. Encontra-se a fibra em qualquer época. A fina denomina-se piassava de ouro. Dá-se o nome de mondongo ao volume de 15 kilos, tendo o fardo de 60 a 80 kilos. Vende-se por 1.500 no mercado de (?); por 800 a 1.000 (?) no logar de produção; na Bahia atualmente a 2.700, tendo chegado a 4.800 de primeira qualidade da nova.*
>
> *A presidência concede licença para extração da piassava em terras devolutas, mediante o pagamento de 230$ de sello (?) por seis meses.*
>
> *Do Pará [vinda do rio Negro] exporta-se a piassava e também da Bahia, desta última (?) principalmente. É leve, flutua n'água e dura mais que as cordas de cânhamo, principalmente nos rios.*
>
> *Chegou à Inglaterra em 1838, como amostra, e foi lançada ao Tâmisa por não conhecerem o préstimo. Não fazem direito no princípio, mas depois foi taxada,*

7 Referências à produção e exportação da piaçava durante o século XIX e início do XX estão presentes também em Silva ([1828-30] 1833:11-12, 154-55), Wallace ([1848-50] 1979:155), Herndon & Gibbon ([1850] 1854:266), Araújo e Amazonas (1852:29, 43), Gurjão ([1854] 1896:189-90), Coudreau (1886 I:282ss. e II:115ss.) e Souza ([1927] 1959:32/34).

e os importadores só levavam a porção que era encomendada para pouco.

Em 1845, um navio chegava a Liverpool, e teve de entrar na doca, foi lançado o conteúdo para amortecer o choque, um masso de piassava, o qual foi apanhado por um fabricante de vassouras que por acaso passava por ali, o qual tentou utilizar a fibra na fabricação de vassouras e com tão bom resultado que outros (...) para logo pedilas da Bahia.

A 1a. remessa foi como lastro, constituindo amarrado ou feiches (?) de 10 libras, obteve o preço de 50$ a tonelada de 74@. O consumo desenvolveu e aí à exportação de modo que em 62 os navios levaram 60 a 100 toneladas (...?).

Em 58, 278.500 feixes. O preço subiu muito e em 62 era de 170 a 180$000 a tonelada (?). A fibra fina, que se emprega a mesma quantidade, contava o dobro.

O Kilo de piassava grossa regula já a 164 réis e a fina a 300 presentemente, valor superior ao do assucar bruto."

Spix e Martius (1817-20) incluem a piaçava como um dos produtos que o Pará exportava para fora da região, ressaltando novamente os índios como seus produtores diretos e os seguintes aspectos de sua constituição física, locais de utilização e comercialização, incluindo preços:

"Na bacia superior do rio Negro e no rio Branco, tem o governo ainda outros estabelecimentos, nos quais são empregados só homens, também só índios. Os mais rendosos dentre eles são as fábricas de cabos e cordoalha de piaçaba, que são preferidas às melhores cordas de cânhamo da Rússia, e que geralmente se empregam no Arsenal do Pará, exportando-se também dali para as ilhas da India Ocidental. As fibras são de grande solidez, resistência e dureza, e resistem à ação da água por muitíssimo tempo. Infelizmente, não sei dizer com certeza se a piaçabeira de rio Negro é a mesma espécie ou uma diversa das palmeiras observadas na Bahia, pois não a avistei. O Sr. von Humboldt refere-se a elas sem comentário, sob o nome de chiquichiqui, que lhe dão no alto rio Negro. Os espanhóis de São Carlos do rio Negro vendem muito dessas cordoarias de piaçaba aos brasileiros. Os pedidos são tantos, que o governo poderia vender anualmente cerca de 10:000$000; mas, como emprega pouca mão-de-obra neste míster, monta a produção anual, quando muito, a 2:000$000 ou 3:000$000. Até hoje não se entrega esse artigo a arrendatários, mas

consideram-no como bem da Coroa e o fornecimento do mesmo é feito pelo Arsenal da Barra diretamente ao Pará".

Os comentários de Silva (1833:11-12) àcerca desse produto destacaram sua utilização e, fato importante, alertaram quanto a possibilidade de extermínio de piaçabais nativos pelo "abuso" nos cortes das palmeiras inteiras para a extração do produto:

"*A piassaba, peculiar á Comarca do rio Negro, he uma palmeira cujo fructo oleoso he appetecível, cresce em terrenos paludozos, a que chamam cahatinga. Entre a árvore, suas folhas e raiz se colhe a piassaba circulando os fios o tronco, e tão unidas que parecem uma só casca: a piassaba de três ou quatro palmeiras forma a carga de um homem, e decorrido o espaço de cinco ou seis annos tem a mesma abundância; esta piassaba passa pela melhor, que ora se conhece, he mui flexível; o abuso porém de cortarem as palmeiras pelo tronco para a colherem já vai consumindo grande parte da antiga abundância*".

Este autor também informa que em 1828 foi exportada piassaba do Pará para o Maranhão, e que a produção anual desse produto na Comarca do Rio Negro, em 1830, era de 850 polegadas, ao preço unitário de (em mil-réis) 3$200 e total de 2:720$00. O valor unitário era dado, como já indicado, conforme a grossura, em polegadas, dos cordames.

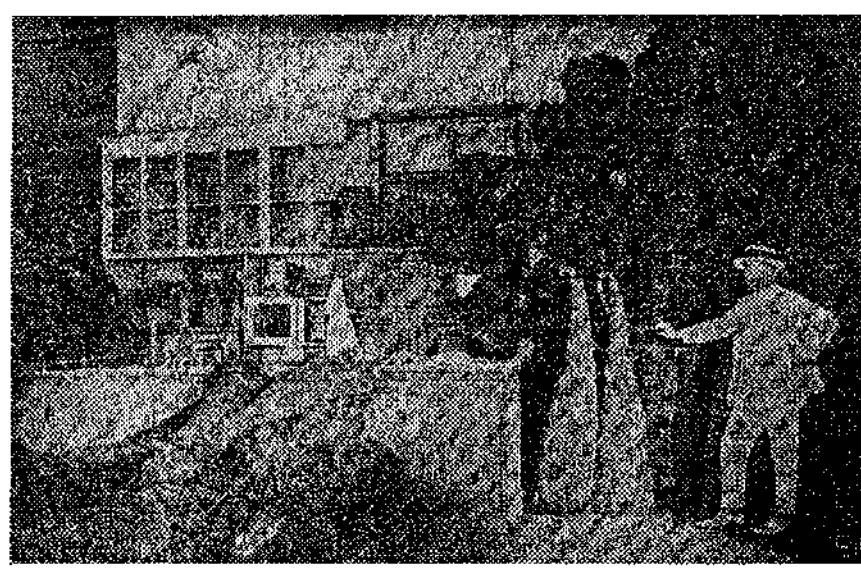
Em 1850, segundo Herndon & Gibbon, foram exportadas da cidade da Barra piaçava em corda (1.792 polegadas a $0,50 a unidade) e em fardos (4.292 arrobas a $0,42 a unidade). Em 1851 o Pará exportava 42.192 arrobas a $1,00 a unidade. A importância do produto é ressaltada pelos autores da seguinte forma:

"*Piassaba é uma palmeira de cuja casca [sic] é feito quase todas as cordas usadas no Amazonas. O aspecto da corda feita dela é exatamente a mesma da coir da India Oriental. Ela é muito forte, porém propensa a apodrecer no calor e na umidade deste clima. As fibras da casca são trazidas através do rio Negro e rio Branco, reunidas em fardos e em Barra são transformadas em cordames de grande procura. Os rolos possuem às vezes 60 braças de medida e são vendidos pelas medidas de circunferência, em polegadas*".

Segundo Coudreau (1886, I:284 e II:115ss.), em 1882 a Inglaterra era o único país que importava piaçava do Pará: 55:676$732, sendo a extração deste produto, juntamente com a borracha, a mais importante atividade econômica do rio Negro. Indica também o baixo preço do produto no local de produção:

> *"A cette époque de l'année, la plupart de maisons sont désertes: les habitants sont au caoutchouc et à la piaçaba (...) Le Mojú [barco] rentre ici le 27, retour de Santa Izabel. Il a beaucoup de charge à prendre à Thomar, qui est un centre de quelque importance. La maison Edmundo et Mendonça, donne à elle seule, au Mojú 22.000 kilogrammes de caoutchouc. Il charge aussi beaucoup de piaçaba. On sait que la piaçaba est la chevelure d'un palmier, chevelure qui, coupée et roulée en bottes, se vend, sur place, 300 réis le kilogramme."*

Durante a segunda metade do século XIX, apesar da economia regional girar principalmente em torno da borracha e cacau, a produção e exportação de piaçava continuou. Entre 1853 e 54, a exportação desse produto em embarcações à vela partindo do Amazonas chegou a 2.896 arrobas em ramas e 10.733 em cordas; em 1863-64 exportou-se do Pará cerca de 169.875 libras, no valor total de 24:039$; entre 1865 e 1870 o Pará exportou 175.935 arrobas de piaçava, ao preco total de 159 contos de réis; entre 1871 e 72 foram 174.893 Kg, no valor de 41:974$320 (Reis, 1944:66,69; Cordeiro, 1920:15,63), representando uma arrecadação anual em dinheiro vinte vezes maior que aquela dos tempos de Martius, cerca de 50 anos antes. Entre 1874 e 1878, a piaçava era o nono produto de exportação do Pará, tendo representado no período uma arrecadação de 284 contos de réis (Cordeiro, 1920:99). Entre 1888 e 1892, deu entrada no porto de Belém, vindo do Amazonas, 126.473 Kilos de piaçava (ibid:141).

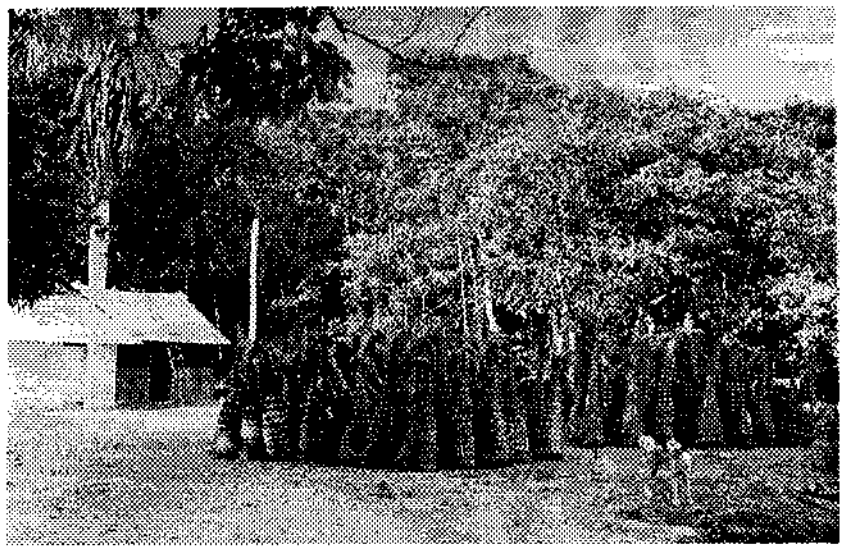


Comerciante com "piraíbas" de piaçava nos anos 20

Entre 1898 e 1907, só de entrada no porto de Belém, vindos do Amazonas, foram registrados 79.341 Kg. de piaçava (Cordeiro, 1920:189,208). Em 1918 foram exportados do Amazonas 369.003 Kg, no

valor de 166:032$ (Reis, 1944:96). Em 1925 chegou ao Pará, importados do Amazonas, cerca de 85.000 Kg. de piaçava, o que demonstra novamente a continuidade dessa produção (Santa Rosa, 1926:apêndice). Segundo SNAPP (1951:34), a produção de piaçava do Amazonas em 1948 atingiu 1.203 toneladas vendidas por CR$ 5.500.000,00. Dessa producão, somente 450 toneladas foi consumida no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir dos anos 50 e 60, a produção deixou paulatinamente de atender à demanda de cordames, em função da introdução do nylon no mercado nacional. A produção de vassouras e similares continua porém até hoje estimulando a extração desse produto no alto rio Negro, apesar da substituição da fibra vegetal por materiais sintéticos recentemente introduzidos na indústria de vassouras.



Depósito de "piraíbas" de piaçava nos anos 50
(foto: E. Galvão)

Apesar da continuidade da produção, a economia da piaçava na Amazônia, do ponto de vista macro-econômico, representa um ítem menor dentre vários outros ligados ao extrativismo vegetal regional, tais como o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), o babaçu (*Orbignia martiana* Barb. Rodr.), a borracha (*Hevea brasiliensis*) e a castanha (*Bertholletia excelsa*). Dados do IBGE de 1985 indicam que a produção de piaçava amazônica representava 0,59% da produção nacional (300 toneladas em 1986). A maior produção (65.000 toneladas em 1986) era proveniente da exploração da *Attalea funífera,* que ocorre no nordeste brasileiro e que, como já referido anteriormente, também fornece a fibra (cf. Lescure e Castro, 1992:35-51)[8].

Uma análise das exportações de produtos extrativos do Amazonas entre 1984-1988, feita por Lescure & Castro (1992), aponta que estes representavam cerca de 19,23% do total das exportações do Estado. Neste período a exportação de piaçava foi bastante irregular, mantendo

8 A piaçava produzida na Bahia também tem sido utilizada, mais recentemente, como matéria-prima de coberturas rústicas, tendo inclusive empresas especializadas nessa produção, que atende sobretudo projetos de paisagismo urbano em áreas de lazer como praias ou clubes.

um preço estável em torno de 0,86-0,96 US$/Kg, enquanto que no local de produção o preço observado foi de cerca de 0,15 US$/Kg. Assinalam aqueles autores também que a produção e exportação do produto vinha diminuindo ano a ano.

Há que se registrar também que na região do rio Negro há diferenças internas de produtividade entre os seus quatro municípios, sendo que São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel do rio Negro (região do alto rio Negro: Xié, Curicuriari, Marié) produziram em 1987 (cf. IBGE) apenas 32 toneladas do produto (6% do total regional), enquanto a produção de Barcelos (médio rio Negro: Preto, Padauiri, Aracá) foi de 508 toneladas (94% daquele total). Conclui-se portanto, de um ponto de vista tanto nacional quanto regional, que o extrativismo da piaçava no alto rio Negro, em termos de producão, é bastante reduzido em termos relativos.

Confirmando a indicação de Lescure & Castro (op. cit.) quanto à queda nos índices de produção, no ano de 1992 a tendência de produção de piaçava na região do rio Xié teve grande declínio (somente 5 famílias foram ao piaçabal do Teuapuri, o principal), causada pelos baixos preços oferecidos pelo mercado, o que provavelmente indica uma diminuição ainda maior da participação amazônica, já pequena, na produção nacional[9]. Nesta ótica, pode-se observar a reduzida participação que esta atividade econômica representa no quadro da produção e exportação de produtos extrativos do Estado do Amazonas, e consequentemente da contribuição do mesmo à demanda nacional. Creio que essa diminuição da produção pode ser explicada sobretudo por variáveis econômicas e tecnológicas externas.

Rio Xié 1992:
canoas indígenas amarradas com corda de piaçava

Em primeiro lugar há que se destacar as vantagens dos produtores nordestinos, responsáveis pela quase totalidade da produção nacional, localizados mais próximos dos centros consumidores, e dispondo de maior quantidade de mão-de-obra e facilidade dos meios de transporte rodoviário

9 Em abril de 1993, soubemos que várias famílias estavam se deslocando novamente aos piaçabais do rio Xié, indicando um provavel crescimento dessa produção neste ano em relação a 1992.

para a distribuição do produto, o que o torna mais barato. No caso do rio Negro, todos esses fatores são negativos do ponto de vista da produtividade: carência e super exploração de mão-de-obra, dificuldades na distribuição/transporte do produto e enorme distância dos centros consumidores. Soma-se a isso o desenvolvimento de novas tecnologias de produção sintética de similares de piaçava, como apontado acima, mais baratas, e com penetração na indústria de vassouras dos principais centros consumidores brasileiros, o que provoca uma diminuição geral da demanda do produto. Enfim, todos esses fatores, somados também aqueles internos à região, são indicadores de uma perspectiva econômica desfavorável dessa atividade extrativa no alto rio Negro.

Por outro lado, apesar da queda do último ano, a produção e comercialização da piaçava (juntamente com o cipó) constitui-se ainda na principal atividade econômica das populações indígenas do rio Xié. Em certos casos proporcionando-lhes a única fonte de renda que permite a compra de mercadorias industrializadas atualmente necessárias à sua sobrevivência. Isto significa que a população indígena historicamente envolvida na extração da fibra poderá, com um possível declínio da economia da piaçava, ser obrigada a procurar novas alternativas de produção que lhes permita a troca pelas mercadorias industrializadas. Atualmente estas alternativas não estão dirigidas a um único produto, mas a uma diversidade de atividades tais como o incremento na produção de farinha e/ou frutas, o garimpo, a migração para São Gabriel, entre outras possibilidades, nem sempre favoráveis aos índios.

Capítulo III - OS ÍNDIOS DO RIO XIÉ E A EXTRAÇÃO DA PIAÇAVA.

A. Quem são os índios do rio Xié?

Antes de mais nada, devo destacar aqui, de forma breve, algumas considerações sobre a dificuldade de se apontar a identidade étnica de diversos grupos indígenas no alto rio Negro, onde convivem inúmeras sociedades. Desde o período colonial, no início dos contatos com a sociedade branca, os índios da região já demonstravam uma tendência, talvez fruto do próprio contato, em apresentar uma identidade comum, como foi o caso dos "Boupés", cujas características foram analisadas por Wright (1992).

Atualmente há uma população indígena no alto rio Negro, que habita as regiões da calha desse rio, do baixo Uaupés, do baixo Içana e dos Xié, que encontra-se extremamente "misturada". Questionando-os sobre sua identidade étnica, certa vez obtive uma resposta que considero paradigmática dessa situação: "Somos todos mingau", disse-me um morador da comunidade de Ilha das Flores, no rio Negro.

Essa população indígena "mingau", tem como características os seguintes aspectos: (1) falam uma língua franca, o Nheengatu, que foi imposta pelos carmelitas no período colonial, mas muitos ainda conhecem suas línguas maternas, as quais são utilizadas situacionalmente; (2) trata-se de uma sociedade que é produto da história do contato, história na qual a exploração do trabalho extrativo dos índios foi um dos aspectos mais marcantes; e (3), esses índios compartilham a incerteza de apontar a sua identidade tribal.

Esta pesquisa busca transmitir conhecimentos mais sistemáticos acerca da população indígena que habita o rio Xié, visto que é pouco conhecida. A antropologia do alto rio Negro sempre privilegiou as regiões dos rios Uaupés e Içana, desde as viagens de Theodor Koch-Grunberg e Curt Nimuendaju, nas primeiras décadas deste século, até as monografias modernas, que têm enfocado a família Tukano Oriental e Maku. Pesquisas sobre os Aruak concentram-se sobre os Baniwa e Curipaco do Içana e Guainía.

O rio Xié possui atualmente uma população de cerca de 595 habitantes[1], segundo

---

1 Esta população é certamente maior, pois o recenseamento feito na comunidade de Anamuim ficou incompleto devido a ausência de várias famílias no local na época do levantamento e também pela pouca disponibilidade da população daquela comunidade em fornecer os dados, devido a desconfianças políticas em relação ao trabalho da FOIRN e ACIRX, assim como da presença do antropólogo. Soubemos posteriormente que campanhas anti-movimento indígena eram levadas pelos comerciantes e pela própria FUNAI naquela comunidade, onde existe um posto do órgão, o que teria causado tal desconfiança.

recenseamento realizado por mim em agosto e setembro de 1992[2]. A maioria dessa população vive em "comunidades", nome dado pelos missionários católicos, e adotado pelos protestantes, há décadas, às unidades de moradia que vieram a substituir as antigas malocas comunais que constituiam uma aldeia. Há mais de três gerações que os índios não vivem mais nas ditas malocas, presentes hoje apenas na memória dos mais velhos.

A comunidade compõe-se geralmente de um conjunto de casas de pau-a-pique construidas em torno de um amplo espaço de areia limpa; uma capela (católica ou protestante); uma escolinha; e eventualmente, um posto médico. Há porém comunidades que não possuem nada além das casas de moradia. No rio Xié existem hoje nove comunidades[3]: Vila Nova, Campinas, Yoco, Nazaré, Cumati, Tunu, Umarituba, Tucano e Anamuim.

Cada comunidade possui um "capitão", geralmente uma pessoa idosa, sempre do sexo masculino, que tem o papel de reunir o grupo, "animando-o" para trabalhos comunitários e também respondendo às demandas gerais ligadas a tais tarefas. Não se trata porém de um chefe ou comandante todo-poderoso que dá ordens e aplica punições. Na maioria dos casos ele apenas orienta, sem impor sua posição. Constituindo muito mais um interlocutor interno da comunidade, eles podem ou não intermediar os contatos da mesma com os brancos, pois esse papel é muitas vezes realizado por líderes da ACIRX ou indivíduos com maior experiência de contato com brancos[4].

As comunidades de Cumati, que está localizada ao lado da cachoeira homônima, Nazaré, Yoco, Campinas e Vila Nova, todas situadas à jusante da cachoeira, têm uma população protestante, sob a influência da Missão Novas Tribos do Brasil, que possui uma sede próxima à Vila Nova, quase na desembocadura do rio Xié, com um contingente de quatro missionários permanentes. Esta sede instalou-se no Xié no início dos anos 80, mas o trabalho missionário já era coordenado desde antes pela Missão localizada na foz do rio Içana. Nestas comunidades, ao menos publicamente, não se bebe nem fuma, o que significa dizer que não fazem mais "festas de cachiri" nem dabucuris, nas quais a bebida e o tabaco são essenciais. Ali se realizam "conferências", que são as reuniões dos "crentes". Entretanto, a maioria de seus habitantes,

---

2 Este recenseamento fez parte de um censo indígena geral de toda a região do alto rio Negro, patrocinado e realizado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN e Associações locais, no qual participei como assessor no levantamento de campo no rio Xié. A utilização dos dados populacionais aqui apresentados tem a autorização tanto da FOIRN quanto da ACIRX.

3 Ver mapa detalhado em anexo.

4 No meu caso, da primeira vez que cheguei a uma comunidade do rio Xié, meus interlocutores iniciais foram os líderes da ACIRX, e não o capitão, que só conheci posteriormente.

quando doentes, sempre procura os pajés e benzedores das comunidades católicas, que ainda utilizam os recursos tradicionais como o tabaco, o paricá e as "rezas" (cantos), proibidos pelos missionários, para as atividades de cura.

Os índios que são protestantes, estão, na verdade, um pouco insatisfeitos com a missão, que não os ajuda em questões práticas. Um exemplo: a comunidade de Vila Nova tem uma escola da Prefeitura localizada no seu próprio terreno. As professoras, que também são missionárias, se recusam a vir até a comunidade, a dez minutos de motor de popa, mas insistem em que as crianças se desloquem até à missão, à remo, para as aulas. Os índios não querem seus filhos pequenos remando diariamente para a missão, e por isso pediram um professor à Prefeitura, que se dispôs a ajudá-los. Mas a missão, sabendo que o professor poderia ser católico, pressionou a prefeitura a não enviá-lo, o que decepcionou ainda mais os índios.

As comunidades situadas à montante da cachoeira de Cumati: Tunu, Umarituba, Tucano e Anamuim, são católicas. No caso de Tunu, localizada numa ilha, sua população vive majoritariamente em sítios pequenos, tais como Macuxixiri ou Cuati, indo para a comunidade apenas na época das festas de santo, em junho, para realizar festividades onde se bebe, se come, se dança e se reza em demazia, por vários dias seguidos. Sendo uma tradição católica já incorporada pelos indios, sua antiguidade pode ser comprovada pelas ladainhas cantadas em latim, que a tradição oral soube manter desde os séculos XVIII ou XIX. Essa população católica também soube resguardar mais suas tradições eminentemente indígenas, tais como a mitologia e os conhecimentos dos pajés.

A Igreja Católica nunca construiu uma Missão no rio Xié, tal como existem em Assunção (Içana) e Taracuá, Yauaretê e Pari Cachoeira (Uaupés). Entretanto, no caso dos Salesianos, estes têm feito sucessivas "visitas" ao Xié. Perguntei ao morador mais idoso do rio, senhor Viriato Cândido, 97, qual teria sido o primeiro padre que ele avistou nesse rio, no que respondeu: "padre Lourenço", ou seja Lourenço Giordano, um dos que implantou a Missão Salesiana no rio Negro em 1914. É irrefutável que a presença do catolicismo na região é anterior, repercutindo ainda hoje nas festas de santo acima aludidas.

A divisão religiosa do rio em duas partes coincide também com uma divisão geográfica representada pela cachoeira de Cumati. No entanto, há casamentos que se efetuam entre pessoas "de cima" e "de baixo" da cachoeira. As relações sociais são geralmente amistosas (em contraste com a situação no Içana [Galvão, 1959; Wright, 1981]), pelo que pude observar na viagem que fiz com um grupo de protestantes até a última comunidade. Mais recentemente, após o início da organização da Associação das Comunidades Indígenas do rio Xié - ACIRX, em 1989, cuja

diretoria é composta basicamente por crentes, oriundos das comunidades de Vila Nova e Campinas, começou a haver desconfianças de parte da população de Anamuin em relação à Associação, em razão de intrigas muitas vezes estimuladas pelos comerciantes ou pelo chefe de posto da FUNAI. Dizem estes que a "Organização é coisa do CIMI e dos comunistas..."

Como a temática que nos ocupa é a atividade extrativa da piaçava entre os índios do rio Xié, julgamos conveniente apresentar algumas informações históricas sobre os povos que ali vivem e que têm o extrativismo como uma de suas atividades econômicas fundamentais. Trata-se, antes de mais nada, de sociedades indígenas que vivem em contato com os brancos pelo menos desde a primeira metade do século XVIII. Este fator histórico pressupõe que tais sociedades passaram a dispor, através do comércio, de uma série de bens industrializados que foram sendo incorporados paulatinamente a sua vida doméstica. A produção extrativa representa uma forma que está disponivel aos índios, para que esses possam adquirir as mercadorias industrializadas levadas às aldeias pelos comerciantes, daí a importância do extrativismo da piaçava na história daqueles povos.

A maioria dos índios do Xié se identifica como Werekena (mais de 60%). Omar Gonzalez Nañez, estudioso dos Werekena da Venezuela e conhecedor das línguas Aruak, viajou pelo Xié em 1970 (cf. Nañez, 1972:29ss.) e constatou o seguinte de sua população:

> "*Los resultados obtenidos fueron sorprendentes. En primer lugar, cuando se les preguntaba a los indígenas del Xié si hablaban baniva respondían que "Uerequena" y lo que realmente hablan es baniva* [que é diferente do baniwa do Içana]. *Recuérdese que no había lugar para engaños ya que contábamos con dos informantes de control, uno baniva, el Sr. Camico, y otro guarequena, Júlio Yavina, ambos de Venezuela. Además este último dominaba el yeral. En ese río, el baniva constituye la lengua materna, sobre todo para los más adultos, pero la ejercitan muy poco ya que modernamente la lengua más extendida en toda la región es el Yeral (lengua tupí) (...) Descubrimos siete hablantes Guarequenas, en Sárapuruka nacidos en ese río pero descendientes de las famílias Dawema y Yanave que también huyeron de Venezuela durante la época señalada. El idioma guarekena lo habían reemplazado por el yeral, pero no lo habían olvidado.*"

Este linguista conclui de sua expedição ao rio Xié que este rio não seria "a pátria dos

Uerequena" como afirmara Nimuendaju, sua população sendo majoritariamente Baniwa, inclusive indicando os velhos Hipólito Waroya, Viriato Cândido e Quintino Cândido como "patriarcas banivas". Tendo eu conhecido o Sr. Viriato Cândido em 1992, com seus 97 anos de idade, perguntei-lhe qual era sua tribo: "Werekena", respondeu-me convicto. Entretanto, muitos índios não parecem tão convictos de sua etnia. Observei alguns casos de pessoas que, ao longo do trabalho de campo, afirmaram ser de duas etnias diferentes: no início, por exemplo, era Werekena mas depois acabava confessando ser um Baré[5].

Por outro lado, duas famílias Werekena foram apontadas por Nañez, os Dawema y Yanave, que segundo ele falavam um idioma Werekena "casi puro, arcaico sin interferencias del español ni del português". Os Dawema, pelo levantamento realizado, não deixaram descendentes no Xié ou migraram novamente para a Venezuela nos últimos 20 anos. Quanto aos Yanave, a história é diferente. Desde que comecei a recensear a população do rio, muitos me contavam de um senhor e sua mãe, habitantes de Macuxixiri, que falavam uma língua estranha, diferente do Geral, do Baniwa e do Werekena. Transcrevo aqui um trecho de meu diário de campo: "paramos no sítio Macuxixiri, onde já sabia que morava um senhor, Lino Oliveira, pajé, que falava uma língua que ninguém mais conhece no rio Xié. De fato, este senhor fala uma língua com sua mãe, Mariana Yanave, que não é Werekena, segundo o Sr. Lorivaldo Baltazar, que conhece esta última língua. Segundo eles, também não seria Baniwa. O Sr. Lino, um velho de 63 anos, falou-me que esta língua se chama Wereke. Perguntei-lhe se não se tratava do Baré, mas me respondeu negativamente."

Fiquei sabendo mais tarde que o capitão de Anamuin, de nome Pedro Ângelo Tomás, apesar do nome, era de fato da família Yanave. O sobrenome Tomás lhe teria sido conferido pelo Capitão Barcelos, de Cucuí. Supõe-se correta essa informação ao se cotejar os sibs de Pedro e Mariana Yanave, ambos tendo-se identificado como Piranha-Mira, apesar de Pedro se considerar Werekena. Pedro conta que seu pai veio da Venezuela na época da guerra do Arévalo, cujo inimigo era o militar "Pone" (Tomás Funes, comandante e barão de borracha dos anos vinte). A guerra teria ocorrido nas cercanias de San Carlos e os guerrilheiros capturavam os índios para atuarem como soldados, o que provocou a fuga de seu pai para o Xié, pelo varador. Soube também, pelo velho João Yarumari, que ainda conhece a língua Baré, que de fato a língua falada por Lino e sua mãe era Wereke, que por sua vez seria diferente da língua Werekena e Baré. Segundo os índios do Xié, Wereke seria uma etnia que habita a cabeceira do rio Guainía e no

5 Ver o exemplo indicado no censo populacional em anexo, sobre os representantes da família Tomás, que se identificam ora como Baniwa ora como Werekena.

igarapé Áquio, na Colômbia. Segundo Lorivaldo Baltazar, que lá já esteve, eles seriam muito poucos hoje em dia. Enfim, seriam os Wereke os verdadeiros Werekena ou outro grupo? Vale lembrar que os Werekena que conheci no Xié mantêm contatos frequentes com os da Venezuela, com os quais, segundo me contaram, comunicam-se nessa língua. Por outro lado, se eles não são Werekena, porque se auto afirmam como tal? Devemos considerar aqui as dificuldades apontadas no início do capítulo sobre a identificação étnica dos grupos do alto rio Negro.

Mesmo levando-se em conta a possibilidade dessas identidades indígenas variantes serem situacionais, suponho que, ao contrário da opinião de Nañez acima apontada, o rio Xié é habitado pelos Werekena e outros povos Aruak, juntamente com o Içana e Guainía: comprovam-no as fontes históricas. Ocorre que muitas migrações foram forçadas pelo cerco dos brancos ao longo da história do contato, o que levou a diversas mudanças populacionais nessa região, os índios utilizando a linha de fronteira internacional como estratégia de defesa de sua integridade, conforme as circunstâncias históricas a eles impostas. Considero, nesse contexto, que a atividade extrativista em geral e a da piaçava em particular, foi um dos fatores significativos para a situação de transumância que os povos do rio Xié passaram a viver desde pelo menos o início do século XIX[6]. Senão vejamos.

Os Werekena entraram em contato com o homem branco provavelmente no início do século XVIII, havendo várias referências a este povo em relatos e documentos desse século. Em 1753, o Padre Jesuíta Ignácio Szentmatonyi (apud Wright 1981:603-608) noticiava que os Verikenas habitavam o rio Issié (Xié), falando sua própria língua, muito parecida com a dos Mallivenas. Indicava também que o chefe deles havia sido "convidado" dois anos antes para "descer" o rio e adotar o cristianismo. Outras fontes (Caulin 1841: 70-75; Cuervo 1893, T.III: 244, 322-323, 325, 327; Arellano Moreno 1964: 389; apud Vidal 1987: 107-108), indicam a presença de aldeias Werekena, em 1758-60, nos rios Guainía (acima da foz do Cassiquiari), Tiriquin, Itiniwini (atual São Miguel e seus afluentes Ichani, Ikeven ou Equeguani e Mee), Atacavi, alto Atabapo e Caño Maruapo (afluente do Cassiquiari), região onde ainda hoje vivem os Werekena, na Venezuela. Estas mesmas fontes indicam a presença desses índios, em 1767, na confluência do Cassiquiari com o Guainía e na boca deste canal com o Orinoco, trazidos pelos colonizadores do Itiniwini e do Caño Muruapo.

O Padre José Monteiro de Noronha ([1768] 1856: 79-80), indica a presença dos

---

6 Entre outros fatores que têm provocado essa situação de transumância, podemos apontar as relações de casamento e as fugas provocadas pelos movimentos guerrilheiros colombianos e venezuelanos.

Uerequena, em 1768, no rio Xié, convivendo com outros povos: Baniba (Baniwa), Lhapueno (?), Mendó (?) e outros. Viveriam também no rio Içana, juntamente com os Baniba, Tumayari (?), Turimari (?), Deçana, Puetana (?), e outros. Para este Padre, os Uerequena "chamados comumente, por corrupção do vocábulo, Ariquena, tem por distintivo hum furo mui largo entre a cartilagem, e a extremidade inferior das orelhas em que metem molhos de palha. Entre eles se acharam muitos, que antecedentemente a comunicação e conhecimento dos brancos, tinham nomes hebraicos, huns puros e outros com pouca corrupção, como: Joab, Jacob, Yacobi, Thome, Thomequi, Davidu, Joanau e Marianau". Estas informações sobre os Werekena serão repetidas ao longo do século XVIII, com algumas modificações e acréscimos, pelos viajantes da região.

Nos anos de 1774-1775, grupos de Uariquena estariam morando em Barcelos, provavelmente "descidos" em anos anteriores pelos colonos portugueses, conforme o relato de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1825: 104-114). Este militar português também fez referência à presença de Uerequena no rio Içana, enquanto que no Xié informou que viviam os Assauinaui (Provavelmente trata-se de uma fratria Baniwa, os Dzauinai). Dos Uerequena, afirmou novamente que são "célebres pela comunicação, que antecedentemente tiveram com os brancos, e usarem os nomes hebraicos, como são: Joab, Jacobi, Thome, Thomequi, Davidu, Joanau, e Marianau. He esta nação antropófoga, é célebre por usar de escrita de cordões, na forma dos quipos dos antigos peruvianos, com o que transmitem os seus pensamentos a pessoas distantes, que entendem, e sabem decifrar aqueles nós, e cordões, que também lhe servem para uso aritmético".

No ano de 1784, Manoel da Gama Lobo d'Almada (apud Reis 1940: 58-59), militar português, não aponta ter avistado qualquer indígena nas margens do rio Xié, mas dá sinais de que haviam muitos - embora não os nomeie - entre as cabeceiras deste rio e o Tomo, afluente da margem direita do Guainía:

> *"entrei pelo rio Xié e naveguei por ele aguas acima até a um braço oriental dele, chamado Uheuaupury [provavelmente ig. Teuapuri], pelo qual subi até dar em um torrão de terra baixa aonde achei por entre matos a trilha de um caminho estreito e fundo mas bem seguido. (...) hera preciza toda a boa ordem na marcha porque havia muita gentilidade, a quem estávamos ouvindo todas as madrugadas tocarem os seus trocanos, espécie de tambores. Duas vezes nos sairam espias deles armados de Curabis que são umas pequenas flechas ervadas com que nos atiravam; mas com alguns tiros de vanguarda os fizemos retirar e seguimos pacificamente a nossa*

marcha".

Alexandre Rodrigues Ferreira ([1885-88] 1983: 253-254) viajou pelos rios Xié e Içana em 1785, informando-nos que foi advertido no Xié pelo índio piloto de que o "gentio Uerequena as tinha [sentinelas] sempre avançadas neste passo [cachoeira], para ser informado das canoas que chegavam, e segundo as forças que nelas reconheciam, e de que davam parte às espias, assim se resolviam a abalroá-las ou não". Interessante observar que o naturalista, chegado à cachoeira de Cumati, anota no seu diário que "d'ella para cima ha bastante piassaba", anunciando desde já o interesse econômico pelos mananciais desse rio.

No rio Içana, Alexandre Rodrigues Ferreira indica também a presença dos Uerequena, juntamente com os Banibas, Termaisaris, Turimaris, Duanaes, Puitenas e outros. Dos Uerequena, apesar de não tê-los visto pessoalmente, repete as afirmações de Monteiro de Noronha sobre a comunicação por cordões e seus nomes hebráicos, e diz "fazerem um largo furo entre a cartilagem e a extremidade inferior das orelhas para nele introduzirem molhos de palha" (ibid: 249). Numa memória escrita posteriormente, em 1787 (1974: 69-73), o naturalista revela uma série de características dos Uerequena, certamente advindas de informações fornecidas por terceiros, tais como os que acompanharam a "tropa" chefiada por Miguel de Sequeira Chaves realizada em 1757, para reprimir um "ataque" de índios rebelados (provavelmente no baixo rio Negro), na qual havia alguns "Warekena domesticados". Dentre essas características, pode-se destacar, além do furo na orelha, o fato de que eram "antropófagos", de que costumavam praticar a eutanásia com velhos e enfermos irremediáveis e de que possuiam "currais" de prisioneiros. Completando sua descrição, anexa em seu relatório uma gravura desse "gentio" "forte, audaz e belicoso... vestido e armado a seu modo".

No início do século XIX, o cônego André Fernandes de Souza ([c.1822] 1848: 411ss.) repetia as informações sobre os Werekena advindas de Monteiro de Noronha e Alexandre Rodrigues Ferreira: "os índios da nação Uerequena são antropófagos, e tem o distintivo de trazerem as orelhas furadas nas cartilagens inferiores, em que metem pedaços roliços de pau, de modo que alguns já lhe chegam as orelhas aos ombros a força do uso dos paus". Habitantes do rio Içana, os Uerequena conviveriam com os Baniu, Tumayari, Turimari, Deçana e Puetana. Não nos fornece nenhuma referência aos habitantes do rio Xié. Refere-se também a Marcelino Cordeiro, o qual teria feito incursões contra os índios, capturando-os à força como prisioneiros, tendo havido reações por parte dos índios.

Todos esses relatos, apesar de serem algo duvidosos quanto à precisão da descrição física

e cultural dos Werekena, pois revelam que são majoritariamente informações de terceiros sobre esse povo, parecem deixar claro, porém, que tinham uma população razoavelmente grande, apesar dos descimentos e epidemias terem provocado baixas e intensas migrações; deviam ocupar um território entre o Içana, o Xié, e o Guainía, mantendo estreitas relações (inclusive guerras) com seus vizinhos, pelo menos até meados do século XIX, período em que as informações históricas são muito precárias sobre aquela região. A partir deste período voltam a surgir algumas referências a respeito dos Werekena em textos de natureza diversa, que apontam para uma diminuição populacional do grupo, na medida em que os brancos aumentam sua presença na região.

Viajando pelo rio Negro em 1848-50, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace, fornece novas indicações. Em seu relato de viagem ([1853] 1979: 149; 308), informa-nos que os Ariquenas estariam estabelecidos no rio Içana, juntamente com os Baniua, Bauatanas, Ciuci, Quatis, Juruparis, Ipecas, Papunauas, que são, na realidade, frátrias baniwa. Quanto ao rio Xié, afirma que "os indígenas que habitam suas margens são pouco conhecidos e selvagens" e "desenvolve-se nele um incipiente comércio". Entretanto, nenhuma observação sobre quem e como seriam esses "indígenas selvagens" do Xié, e qual seria esse comércio incipiente, que poderia ser de piaçava, cuja produção era já significativa nessa época e encontrada nas páginas de seu relato. Aos Ariquena habitantes do Içana, reporta apenas que "do mesmo modo que os cobeuas, atacam as outras tribos para capturarem prisioneiros. Seus conceitos religiosos e superstições assemelham-se bastante aos dos Uaupés".

Poucos anos depois de Wallace, entre 1852 e 1854 aproximadamente, o Frei Gregório José Maria de Bene, padre capuchinho, e o Diretor dos Índios Jesuino Cordeiro, comerciante no alto rio Negro, segundo os documentos registrados por B. F. Tenreiro Aranha na Revista do Arquivo do Amazonas (1906: 67-68), apontavam os Uriquena como habitantes do rio Içana, juntamente com os Baniua, Piuns, Cadauapuritaua, Murureni, Iurupari, Siussi, Quaty, Ipeca, Tapihira, Tatutapia, Caetitu, Iuiudeni, Uaripareri (todas frátrias baniwa). Segundo Tenreiro Aranha, o citado Diretor dos Índios conhecia também o Xié, mas o historiador amazonense não fornece, à luz dos documentos que apresenta, nenhum dado referente à população que ali residia.

Em 1857, o capitão de artilharia Joaquim Firmino Xavier (apud Avé-Lallement, [1860] 1961: 122ss.), vem assumir no alto rio Negro a tarefa de "domiciliar índios na fronteira", ou seja, "colonizar com índios (...) o rio Içana (...) e o Xié (...)", índios com quem encontrou-se pessoalmente, o que talvez permita inferir quem sejam aqueles "selvagens pouco conhecidos" de Wallace e visitados por Jesuino Cordeiro no Xié. Creio que as palavras do militar, transcritas "ipsis litteris", refletem melhor a situação desse povo em meados do século XIX:

"Nas nascentes do rio Ichié (Xié), mantinham-se dispersos vários índios da tribo dos Aeroquenas (Werekena). Mandei chamar o seu tuchaua, ordenei-lhe estabelecesse uma aldeia nas nascentes do rio, e se esforçasse para reunir todos os índios.

A povoação prosperou. Os moradores melhoraram as casas e amanharam os campos; o tuchaua Diogo, dos Aeroquenas, começara sua aldeia, quando enviados de Frei Miguel de S. Ana Salgado espalharam a notícia de que eu queria prendê-los e matá-los todos. O medo e o terror apoderou-se dos nativos, que deixaram a povoação, se esconderam na floresta ou emigraram.

A esse mesmo tempo, apareceu um desertor, Basílio Melgueiro, que se dizia um novo Cristo e repetiu as cenas de Venâncio (outro lider messiânico). Os índios abandonaram o trabalho e entregaram-se a uma vida relaxada de preguica.

Quando em julho o delegado de polícia convocou os habitantes da margem do Ichié, poucos foram os que compareceram, porque, antes da chegada dessa escolta, já tinham atravessado a fronteira para a Venezuela, sendo fácil o caminho por terra para lá. O Tuchaua Diogo, convidado pelo Dr. Delegado a reiniciar a construção de casas na povoação, atendeu-o. Mas quando o Doutor, se retirou, tudo voltou à situação primitiva, se não ficou pior ainda.

O tuchaua Diogo desconfiou do convite, abandonou a aldeia começada nas nascentes do rio, passou-se com toda sua gente para a Venezuela. Os habitantes emigraram também, de sorte que S. Marcelino conta apenas 6 casas em bom estado, cinco em ruínas, e uma em construção. Seus habitantes compreendem 5 homens, 10 mulheres e 11 criancas, segundo me informou nesse mês o primeiro sargento Raposa, que eu mandara lá.

Os habitantes de S. Marcelino e do Ichié pertencem à tribo dos Aeroquenas; os homens falam o português; algumas das mulheres falam a língua geral, o resto um jargão (gíria particular).

A facilidade com que se pode ir do Ichié para a Venezuela é a causa de não se poder contar com os índios desse rio para um fim geral ou particular. Plantam apenas alguma mandioca para seu sustento; pescam e caçam sua alimentação cotidiana. Poucos andam vestidos, e isso mesmo só diante dos brancos. O comum

entre eles é uma pequena tanga de tururi ou casca de pau, do comprimento dum palmo.

Pouco se pode esperar dessa gente, graças a sua preguiça, moleza e indolência inatas." (grifos nossos)

A leitura desse relato e das fontes mais antigas parece indicar, como já apontei acima, que os Werekena viajariam, ou manteriam uma vida itinerante entre o Içana, Xié e o Guainía, provavelmente pelo rio Tomo e diversos "varadores", itinerância ativada ainda mais pelas pressões da penetração dos brancos, tanto do lado venezuelano quanto brasileiro[7]. Tal hipótese talvez possa explicar as referências que se faz a esse povo, em épocas distintas, no Içana, no Xié e no Guainía. Quanto aos movimentos migratórios referidos neste documento, porém, seriam causados em grande parte, como evidencia não só o relato de Firmino Xavier mas o do próprio Avé-Lallement, pela repressão que os militares vinham fazendo contra os movimentos messiânicos surgidos naquela época entre os índios do Içana e Xié (cf. Wright, 1981; Wright & Hill, 1986), como também pela obrigatoriedade desses índios trabalharem nas obras da fortaleza de Cucuí. Certamente, em anos imediatamente anteriores a 1857, os militares tenham provocado muita violência contra os índios, inclusive aos Werekena, pois nada mais poderia explicar o temor que haviam adquirido em relação aos oficiais, provocando tamanha evasão populacional, que implica aos índios o abandono de casas recém-construidas, roçados e áreas de caça, pesca e coleta, fatores essenciais a sua existência física e cultural (cf. Wright, 1981: 289ss.).

Longas migrações foram levadas a cabo pelos índios devido às fugas, certamente relacionadas, entre outros motivos, à super-exploração dos comerciantes. Um exemplo: o Sr. Pedro, capitão de Anamuin, 73, tem na memória uma longa história de migração de sua família. Seu avô trabalhava só seringa. Morava num lugar chamado Castanhal, logo acima de Barcelos, médio rio Negro. Fugiu de lá devido a uma "guerra", seguindo um percurso pelo rio Negro, rio Cauaboris, rio Maturacá, rio Pacimoni, e deste para o Cassiquiari. Seu pai nasceu no sítio Tomu (foz do rio homônimo, na Colômbia), onde seu avô tinha se instalado. Fugindo da guerra do Arévalo, cerca de 1914, veio pelo varador para o Xié, com a intenção de retornar ao velho sítio de seu avô, Castanhal. Acabou ficando no Xié porque encontrou por ali parentes seus que teriam

7 Importa lembrar aqui os relatos citados por Vidal (1988), que apontam migrações muito antigas dos Werekena para o baixo rio Negro e voltando para o Cassiquiari, o que demonstra que a migração não é somente fruto do contato.

fugido de Castanhal, junto com seu avô, mas seguido caminho diferente, entrando naquela época no Xié.

Em decorrência a tal processo de violências e longas fugas, quando o Conde Ermano Stradelli (1889: 6-26), em 1881, desce o rio Negro desde Cucuí até Manaus, refere-se ao Xié como um rio quase deserto, embora não tivesse penetrado no mesmo:

> *"A notte arrivavamo alla foce del Xié, affluente di destra. Le 4 case e la cappella, che formano oggi S. Marcelino, sono i resti di un prospero villagio di 400 case, che sorgeva nel medesimo luogo sulla sponda destra del fiume, que alla sua foce ha poco piu di 200 metri di larghezza. Tutto e in decadenza; il basso Xié gia centro di numerose tribu, tra cui primeggiavano i Baniua, é quasi deserto".*

Esta "ausência" de gente no rio Xié no final do século XIX, revelada pelo Conde italiano aponta portanto para uma triste avaliação dos resultados da repressão dos anos anteriores, do lado brasileiro, contra os movimentos messiânicos e em razão do trabalho forçado. Entretanto, como o Conde não entrou no rio, creio que muitos Werekena teriam se refugiado no alto rio Xié, nas cabeceiras dos pequenos igarapés, longe da presença dos brancos, e uma boa parte teria migrado para a Venezuela através de varadores, do Tomo e Guainía. A povoação de Guzmán Blanco (Guayanapi para os índios), fundada "con indígenas por disposición del gobernador Fuentes" entre 1874-1877, durante o governo do General Guzmán Blanco (Cf. Tavera-Acosta, 1927:204), e o Caño San Miguel, que desemboca nesta povoação, foi onde, desde então, teriam passado a viver parte dos Werekena.

O que parece certo é que houve baixas populacionais em todos os grupos do Içana e Xié nesse período, grassando entre os índios, de forma profunda e duradoura, o pavor de avistar qualquer homem branco se aproximando de suas aldeias. Esses relatos, nesse sentido, reforçam a hipótese de que violências de ambos os lados da fronteira provocavam não só a diminuição da população indígena mas sua migração compulsória ora para o Brasil ora para a Venezuela.

Um relato do explorador venezuelano Michelena y Rojas, de 1867, (apud Nañez, op. cit.:4), pode comprovar não só a grande população indígena no Guainía na época mas também sua dedicação ao trabalho da piaçava:

"...Debiendo continuar la excursión para dar a conocer las poblaciones todas [do rio Guainía-rio Negro] remontaremos hasta la más occidental arriba del Guainía o Negro, en cuyo espacio encontraremos las de Tiriquín, San Miguel, Tomo, Maroa, Victorino, Tabaquén y el Tigre. Hasta Maroa, todas tienen más o menos la misma industria: torcer cables de chiquichiqui [piaçava], construir embarcaciones y hacer chinchorros... Tiriquin es la primera... sigue San Miguel a la misma margen, situada a bastante elevación, es de las mejores y tiene bastante gente".

Pouco mais de vinte anos após Stradelli, o etnógrafo alemão T. K. Grünberg, cerca de 1903-1905 (1910: V), dá-nos conta de que o rio Xié estaria habitado pelos Karutana (trata-se de um dialeto Baniwa). "Os Uarekena, Uerequena ou Aeroquena, - continua o etnógrafo -, outrora um numeroso e próspero povo da missão do rio Negro, agora vivem principalmente na localidade de Guzmán Blanco, no Caño San Miguel, e pequena aldeia no Guainía [Venezuela], como também na missão de S. Marcelino [Brasil]. O resto dos Uarekena estão misturados aos Karutana do Içana e Xié"[8]. Como sabemos que K. Grünberg não penetrou no Xié, podemos presumir que seus dados a respeito desse rio tem lacunas, sobretudo no que diz respeito às nascentes do rio, mas certamente as demais informações comprovam a hipótese que pelo menos grande parte dos Werekena teriam migrado, desde meados do século XIX, do Içana e Xié para a Venezuela, estabelecendo-se no Guainía e Caño San Miguel.

Por outro lado, seu relato já indica uma parte dessa população habitando o Brasil, o que faz supor duas coisas: (1) a partir do início do nosso século, muitas famílias retornaram ao Brasil, motivadas não só pelas revoluções que ocorriam na Venezuela mas também pelas violências de comerciantes que exploravam a produção extrativa dos índios no Guainía e Cassiquiari; (2) que algumas famílias teriam ficado no Brasil, refugiando-se no alto dos igarapés, reaparecendo posteriormente. A memória oral indígena indica essa dinâmica. Conta um informante que, "antigamente havia muitas mudanças de sítios conforme houvesse ameaças externas dos brancos. Este foi o caso da fuga de vários familiares de minha mãe da Venezuela, quando houve uma revolução. No caso do Brasil isso também ocorreu.(...) Isso acontecia aqui no Xié, quando os índios ouviam falar de alguma ameaça que vinha dos brancos, recolhiam-se rapidamente para os altos dos igarapés, onde ficavam até dois a três anos. Só retornavam à parte baixa do rio

8 Esta mistura também pode representar um outro fator de identidade situacional, a fusão de etnias, como foi apontado no caso dos "Boupés" (cf. Wright, 1992).

quando, por alguém de confiança, sabiam que as coisas tinham se acalmado".

Segundo Tavera-Acosta (op. cit.:66-67), em 1906 a população indígena do Guainía-rio Negro (Venezuela) tinha se reduzido substancialmente, com prognósticos negativos para a década sucessiva. Segundo ele, entre as causas principais dessa diminuição populacional estariam "los incontables movimientos revolucionarios locales que ha habido, los quales les han hecho alejarse del país" e também "los atropellos de que han sido víctimas por parte de algunos funcionarios y personas que con ellos especulan, que los han hecho ser huraños, desconfiados y montaraces". Expondo de forma mais objetiva e clara essas causas, vejamos o relato de Martin Matos Arvelo (1912:216-217) explicita a depopulação indígena no lado venezuelano, no início deste século:

> *"Yo mismo he presenciado transacciones verdaderamente leoninas en que nuestro desgraciado indio ha sido robado sin piedade por vulgares y soeces mercanchifles dignos de un presidio y de una cadena al pie.*
>
> *El comercio con el indio, como lo hacen actualmente en el Território Amazonas, ha traído como funesta consecuencia la esclavitud de aquel por la deuda; y de ahí la desaparición o decadencia de los pueblos de esas regiones, porque los amos no dejan parar a los índios, sus deudores, en sus hogares; y estos, al fin, desesperados por tan odiosa e injusta tirania, se fugan para el Brasil, abandonando sus poblados y su patria para buscar la tranquilidad y el ejercicio de sus derechos naturales de hombres libres en un país extranjero, donde también son esclavizados por los blancos del lugar en la misma forma en que lo hacen aquí".*

Fugindo da Venezuela por todos os motivos mencionados acima, os índios que se fixaram no Xié entre 1910 e 1935, tiveram que enfrentar novamente, do lado brasileiro, a violência dos comerciantes que visavam naquele rio principalmente a piaçava, mas também a borracha e a sorva, e dos militares de Cucuí (cf. Koch-Grünberg). Entretanto, a exploração desses produtos e a ação de comerciantes no Xié é provavelmente anterior. Lopes de Souza (op. cit.:32) refere-se a um lugar chamado Fonte Boa, na altura da atual Yoco, "que é encantada, no dizer dos antigos índios habitantes do Xié. Contam que aí costumavam aparecer navios, muita gente, muita mercadoria". Embora seja um relato mítico, sugere a antiguidade da atividade comercial na região. Por outro lado, um informante, descendente do Germano Garrido y Otero, importante

comerciante espanhol no alto rio Negro entre 1870 e 1920, ressalta que "a produção do Xié é piaçaba, desde os antigos. Antigamente os velhos meus avós, meu pai, eles tinham já aquele lugar pra fazer espias [cordas]. Lá que era a produção deles, porque lá, de lá do rio Xié que vinham as espias de piaçaba".

Continuemos com o testemunho do Marechal Boanerges Lopes de Souza (op. cit.:32 a 34) da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites a respeito da exploração de piaçava, quando penetrou no rio Xié em 1928:

"Vivem estes homens sob o mesmo regime dos seringueiros do Amazonas e Acre. Trabalham para patrões desalmados que lhes pagam o produto por preços ínfimos, debitando-lhes mercadorias por preços escorchantes. (...) Para o cálculo das mercadorias fornecidas, a base é 150% sobre os preços da fatura de Manaus. No entanto, os patrões suprem-se de mercadorias na filial da casa J.G. Araújo de Santa Izabel, em troca de produtos da região (piaçaba, balata, seringa) que cobra apenas 20% sobre os preços de Manaus ou na praça de São Gabriel cujo ágio é de 60%.

"Vimos em Tonu um rancho cheio de molhos de piaçaba, safra colhida pelo pessoal [fregueses] de Valentim Garrido [filho de Germano Garrido], com quem encontráramos dois dias antes, abaixo de Cumati. Descia com duas grandes ubás carregadas dessa preciosa fibra que extrai no Xié. Trabalha com índios do Içana e do rio Negro, afeiçoados - de longa data - aos Garrido. Mas o capitão Cândido é o mestre de espia (cordas), disse-me ele, batendo no peito, orgulhosamente. O tuxaua trabalha também para o general Ângelo Maria Bustos, a quem já me referi. O preço combinado é Cr$ 10,00 por polegada (diâmetro) tendo, em geral, as espias 50 metros de comprimento. Preparam espias até de 7". (...) A exploração dessa indústria é o único meio de vida do Xié. Os que não se dedicam a ela (aliás, remunera muito parcamente, custando Cr$ 0,60 o quilo) vão trabalhar por conta dos patrões de balateiros no Orinoco ou na região do Papunaua e do Inírida (território Colombiano).

Don Ângelo Bustos, Natividade Rivas e os Garrido são os patrões do pessoal do Xié. O Capitão Cândido queixou-se do general balateiro, dizendo-me que lhe havia entregue, em 1927, quinhentos quilos de goma (seringa) e em junho de 1928, cinquenta e cinco espias, não tendo recebido um só real. Vi, porém, uma C/C do seu patrão na qual estava debitada por Cr$ 500,00 uma máquina de costura de mão que

não devia custar mais de Cr$ 150,00".

Podemos afirmar, portanto, que as primeiras décadas deste século viram chegar muitas famílias indígenas vindas da Venezuela, e que se instalaram no Brasil tanto no rio Negro quanto no rio Xié, juntamente com outras famílias já habitantes do local. São justamente os "venezuelanos" que Lopes de Souza (op. cit.) encontrou nesse rio em 1928[9], dentre os quais estão Werekena, Baré e Baniwa. Seus descendentes de hoje são os filhos dos que escaparam dos piaçabais do Padauiri, no tempo do Sargento Guilherme, pois a partir desse período, vários comerciantes se sucederam na exploração de fregueses indígenas no rio Xié, muitos deles levando-os a trabalhar em outros lugares, principalmente nos rios Preto, Padauiri e Jurubaxi, afluentes do médio rio Negro[10].

B. A extração da piaçava.

Nas suas relações de comércio com o exterior, a extração e "venda" de piaçava constitui a principal atividade econômica dos índios do rio Xié, e podemos considerá-la, como apontado acima, um dos vínculos importantes de sua história do contato com os brancos, provocando inclusive, entre outros fatores já citados, aquela situação de transumância dessas sociedades ao longo da história. Objetivamos aqui apresentar uma descrição detalhada dessa atividade extrativa tal como foi observada no rio Xié, procurando ressaltar a atividade produtiva em si e as relações entre o freguês e o comerciante.

Creio ser importante salientar aqui que os Werekena[11] que vivem na Venezuela também trabalham na exploração de piaçava, de uma forma semelhante a do Xié, como aponta Nañez (op. cit.:10-12):

> *"En los actuales momentos no hay ningún comercio en Guayanapi. Sólo al otro lado del rio (Colombia) existe un negocio de unos colombianos los cuales reciben, pesan y trocan la fibra de chiquichiqui que los guarequenas cortan en el Caño*

---

9 Ver censo em anexo.

10 Ver capítulo IV.

11 Além dos Werekena, do lado venezuelano e colombiano, os Curripaco, Baré e Wakuenai do Guainía também trabalham na extração da piaçava.

San Miguel y la cual es objeto luego de un mercado internacional muy bien cotizado. Allí los indígenas "sacan" sus artículos (sal, azúcar, mañoco, pólvora, municiones, anzuelos, telas, manteca, aguardiente, etc) "a cuenta" de las cortadas de fibra. En realidad ellos son explotados por los comerciantes tanto venezuelanos como colombianos de quienes viven literalmente "encadenados". (...) Este es el comercio en auge, la fibra representa para el indigena del Río Negro el "portage", como decía Humboldt, es decir, el pasaje al mundo de las relaciones económicas de dependencia del indio frente al criollo."

Os dados levantados durante a pesquisa de campo no rio Xié, têm um caráter diferenciado. Julgamos conveniente destacar essas diferenças, provocadas por circunstâncias das viagens de campo, na medida em que tiveram influência no material coletado sobre o assunto ora tratado. Durante a primeira ida ao Xié, realizada no final do "fábrico", pudemos observar, digamos, como "participante-acompanhante", todo aquele período de amarração das "piraíbas" e entrega das mesmas ao "patrão". Foi, portanto, uma pesquisa que acompanhou toda a trajetória do "patrão" e sua relação com seus "fregueses". Uma pesquisa posterior visava realizar o mesmo "acompanhamento", mas desta vez com os índios, na atividade direta da extração do produto, ou seja, no deslocamento diário dos "fregueses" aos piaçabais. Infelizmente, porém, ao chegar ao campo para esse fim, soube que naquele ano (1992) ninguém iria ao "fábrico" da piaçava, devido a grande baixa dos preços do produto[12]. Resultado dessa inesperada ocorrência, as informações obtidas sobre a atividade de extração foram tomadas sem uma observação direta da mesma, o que certamente teria enriquecido os dados das entrevistas sobre a extração e da visita a um piaçabal.

A iniciativa de se elaborar um calendário extrativista tem o objetivo de racionalizar e facilitar a compreensão dos dados relativos a todo o processo de extração da piaçava no rio Xié. Objetiva também mostrar que não há uma separação formal entre o extrativismo e as demais atividades cotidianas da vida dos Werekena e Baré[13], tais como as tarefas domésticas, a caça, a

---

12 Apenas cinco famílias da comunidade de Anamoin tinham ido ao piaçabal do igarapé Teuapuri (ver mapa detalhado). A maior parte da população do rio Xié, naquele ano, trabalhou na extração de cipó. Muitos também procuraram os garimpos do Pico da Neblina ou ficaram em suas "comunidades", procurando ampliar a produção de farinha. Cipó, ouro e farinha estavam com preços melhores que a piaçava, possibilitando melhor "poder de compra" aos fregueses, que adquirem mercadorias a preços muito altos, tanto dos regatões quanto no mercado de São Gabriel da Cachoeira.

13 A população Werekena e Baré é majoritária no rio Xié, mas existem, como pode-se observar no censo em anexo, representantes de outras etnias nesse rio, despontando a dos Baniwa.

pesca, a coleta, o trabalho na agricultura, a confecção de objetos de trabalho, entre outras. Desse modo, a atividade extrativa não está isolada, mas sim "encaixada" num sistema maior de produção da vida econômica e social dos índios[14].

Deve-se destacar, entretanto, que não há uma rigidez nessa sequência indicada no calendário, podendo haver modificações em função de diversos fatores internos ou externos à vida dos produtores. Trata-se, apenas, de uma sequência possivel fornecida por diferentes informantes. Pode-se observar as diversas fases da atividade extrativa, conectadas com a agricultura, caça, pesca e ao índice pluviométrico, que acarreta variação do nivel das águas. Observa-se que a atividade extrativa não anula a agricultura, embora a permanência nos piaçabais possa durar até seis meses e a distância entre estes e as roças seja muito grande. Por outro lado, as atividades de caça e pesca são permanentes, variando apenas as espécies e as formas de empreendimento: no rio cheio a caça mais procurada é a anta e o macaco, e a pesca só é feita nos igapós; na seca é a paca e a cutia, pescando-se diretamente no rio principal, o Xié.

CALENDÁRIO DO EXTRATIVISMO E ATIVIDADES ASSOCIADAS

NÍVEL DAS ÁGUAS	SECA			INTERM.		CHEIA				INTERM.		SECA
MESES DO ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PERÍODO PREPARATÓRIO												
DESLOCAMENTO												
CORTE DA PIAÇAVA												
PROCESSAMENTO												
DERRUBADA												
QUEIMA												
PLANTAÇÃO												
CAÇA E PESCA												

Serão utilizadas ao longo do texto algumas palavras que têm um significado específico relacionado ao extrativismo, indicadas sempre aspeadas e cujos significados serão apontados ao longo do trabalho. Trata-se de categorias nativas tais como "fábrico", "empresa", "barraca", "ponto de barraca", "varador", "piraíba", "cabeça", "rabo", "pá", "patrão", "freguês", "rebolado", entre outras. Adiantamos porém, desde já, o sentido das categorias "fábrico" ou "empresa". Ambas dizem respeito à totalidade das atividades ligadas direta e indiretamente à extração do produto, incluído aí o deslocamento da família desde sua "comunidade" até o piaçabal. Um "fábrico" de

14 Num sentido comparativo, podemos fazer um paralelo do modelo de exploração extrativa da piaçava no Xié com o definido por Oliveira Filho (1979:121ss.) para o da borracha na sua fase inicial: o "modelo caboclo", no qual a unidade produtiva está nos limites da fronteira econômica, utilizando mão-de-obra local (indígena no caso), uma força de trabalho familiar, com pluralidade funcional (outras atividades) e pequena produtividade.

piaçava pode durar um tempo variado, dependendo da quantidade de fibras que se pretende produzir e da capacidade de produção da turma, fatores esses relacionados também à dívida contraída do "patrão", que pode implicar numa grande ou pequena produção.

B.1- O período preparatório.

Antes de iniciado o "fábrico" de piaçava, cabe ao extrator um trabalho prévio que congrega agricultura, caça e pesca. É feito ainda no âmbito da vida comunitária, visando formar um rancho de carne salgada a ser transportado para as "barracas", juntamente com farinha e beijú, rancho que será consumido durante a viagem e imediatamente após a chegada no local onde as "barracas" são construidas: o "ponto de barraca"[15]. O extrator e sua família também tem que efetuar, antes do "deslocamento", algumas atividades relacionadas ao ciclo econômico anual, geralmente iniciadas em agosto, que são a derrubada da mata para fazer roça, depois a sua queima, já em outubro, seguida da plantação da mandioca nos meses de novembro e dezembro. Paralelamente a essas atividades, são construidas canoas e remos, e adquiridos do "patrão", à crédito, alguns instrumentos de trabalho como terçados e facas, assim como ítens tais como munição, anzol, linhas de nylon, sal, açúcar, café, sabão grosso, entre outros.

Desse modo, o período preparatório se confunde com a época do ano em que a família permanece nas comunidades ou sítios, dedicando a maior parte do tempo de trabalho às atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta. Pode ser longo, iniciando em junho ou julho, quando vai se finalizando a confecção das "piraíbas", e terminando em janeiro ou fevereiro, ou seja, inicia na cheia e termina na seca. Segundo alguns informantes, o tempo gasto nas atividades de caça e pesca e na salga da carne, pode eventualmente retardar a continuidade do trabalho de preparação dos novos roçados, mas esta não é uma opinião unânime. A preparação dos roçados é uma atividade considerada fundamental para a alimentação de uma família no ano seguinte, pois será a principal fonte de onde se obterá farinha e beijú, importantes para fornecer os carbohidratos da alimentação indígena. A única interferência observada no trabalho agrícola, devido à ausência por um longo período da família, pode ser descrita como um "abandono" temporário da roça, acarretando a proliferação de espécies daninhas ou indesejáveis, que somente serão retiradas numa "limpeza" feita após o fim da atividade extrativa.

---

15 Quando este estoque de farinha acaba, ela passa a ser "comprada" do próprio patrão, ou seja, debitada na dívida do freguês. O "patrão" compra a farinha de outros "fregueses" que não estão trabalhando no piaçabal, transportando-a até as "barracas".

O tipo de agricultura desenvolvido pelos Werekena e Baré é o conhecido sistema de coivara, em que há a derrubada e queima de um trecho de floresta, geralmente medindo cerca de 100m2, floresta essa situada preferencialmente em solos de terra preta, que também é adubada com as cinzas resultantes da queima. Não há roçados nas zonas de caatinga alta. Planta-se majoritariamente mandioca brava, associada ao cultivo de cará, abóbora, abacaxi, cana-de-açúcar, e espécies de menor importância. Cada família possui normalmente três roçados, em fases distintas de desenvolvimento, localizados em lugares diferentes, a uma distância variável, de 15 a 20 minutos até 2 horas de canoa da comunidade. Os roçados, no rio Xié, têm uma vida útil de 2 anos e após esse período, são abandonados e é iniciada uma nova derrubada noutro ponto da floresta.

A atividade de derrubada é feita somente pelos homens, em trabalho de mutirão, denominado na região de "ajuri"[16], termo da Língua Geral. Essa atividade, ao final, geralmente dá margem a comemorações coletivas, quando se bebe "caxiri" e a alimentação advém da contribuição de todos os participantes[17]. A queima e a plantação são atividades circunscritas ao âmbito da família conjugal, assim como a posterior colheita da mandioca. Já a elaboração da farinha e do beijú, no âmbito familiar, trata-se de uma tarefa exclusivamente feminina.

B.2- O deslocamento e a montagem das "barracas".

As famílias que fizeram dívidas anteriores com o "patrão" ou precisam adquirir do mesmo, a crédito, algumas mercadorias industrializadas, deslocam-se, preferencialmente nos meses de fevereiro e março, de suas comunidades em direção das regiões próximas dos piaçabais nativos, os "pontos de barraca", localizados na márgem superior esquerda do rio Xié (ver mapa detalhado). Segundo um informante:

"daqui a gente gasta até quase um mês até lá pro piaçabal (...) a gente costuma sair mês de março, a gente chega lá tem que fazer barracas, fazer limpeza, fazer

16 "Ajuri", palavra de origem tupi, muito utilizada no interior da Amazônia, significa o mesmo que mutirão, palavra também de origem tupi, que significa o trabalho de todos em proveito de um beneficiário que, por sua vez, financia uma festa ou o alimento como sinal de reciprocidade.

17 As "festas de caxiri", como são conhecidas no alto rio Negro, não são realizadas mais pelas comunidades do rio Xié situadas à jusante da cachoeira de Cumati, cuja população foi catequisada pela Missão Novas Tribos do Brasil. Influenciados pela Missão, os Werekena e Baré não bebem nem fumam, fatores essenciais à realização das referidas "festas".

caminho, tem que explorar ainda o piaçabal. Quando o rio tá seco a gente vai pelo varador, quando tá cheio a gente vai pelo igarapé."

Os melhores piaçabais estão localizados no alto curso do rio Xié e de seu afluente superior esquerdo Teuapuri, apesar de existirem mananciais nativos mais à jusante, também na margem esquerda daquele rio. Esses piaçabais penetram em território colombiano, sendo frequente a entrada dos extratores naquele país, na medida em que os piaçabais mais próximos da márgem, situados no Brasil, encontram-se no momento bastante explorados.

É costume dos Werekena e Baré de fazer a viagem subindo o rio com toda a família (incluindo animais domésticos como o cachorro, útil nas caçadas), fazendo paradas em todas as comunidades situadas à montante. A viagem é lenta, podendo durar vários dias: sempre há um parente a visitar e novidades a contar e ouvir. A viagem sem paradas entre a comunidade de Vila Nova, por exemplo, localizada quase na foz do Xié, para as proximidades dos piaçabais, no caso de ser feita por um barco a motor de 8 HP, pode durar até quatro dias. Vale lembrar que algumas vezes, no caso dos extratores morarem em comunidades à montante da cachoeira de Cumati, este percurso é feito à remo, o que prolonga ainda mais o percurso, embora estejam mais próximos dos piaçabais.

Daí a razão da preparação prévia de rancho, pois durante o deslocamento tem que se alimentar a família, implicando também o transporte de uma série de utensílios de trabalho, tais como facas, terçados, canoas pequenas, além do estoque de farinha e beijú acima apontado. Quando os grupos de piaçabeiros saem para o "fábrico", já sabem qual vai ser o "ponto de barraca" onde irão se estabelecer, pois conhecem o "ponto" próximo de mananciais atualmente produtivos, ou seja, locais onde vale a pena realizar o trabalho, de acordo com as necessidades de produção da turma, devido a ocorrência das fibras nas palmeiras, sejam "virgens" ou "mamaypoca".

O "ponto de barraca" é o local onde se instalam as "barracas", da forma como é denominado pelos índios. Este "ponto" deve estar localizado sempre às margens do rio Xié ou de igarapés. O número de "pontos de barraca" existentes no alto Xié é bastante grande, e os próprios índios não saberiam informar sua quantidade exata. São re-utilizados, ou seja, já existe uma rede de "pontos de barraca" em toda a região, pontos esses frequentados há gerações. Desse modo, a vegetação ali encontrada é quase sempre uma "capoeira velha", um mato baixo, relativamente facil de ser retirado. Como se pode observar no mapa detalhado em anexo, esses "pontos" constituem as "portas" de entrada de uma vasta rede de "varadores" (picadas na mata) que percorrem os piaçabais.

Alguns informantes fazem referências a "pontos de barraca" que "pertencem" a uma determinada família ou "comunidade" específica, mas nunca se pronunciaram de forma enfática sobre essa possivel noção de "propriedade". Este fator, aliás não diz respeito à totalidade desses "pontos", e não tem nenhuma relação com um domínio particular de "varadores", igarapés ou "rebolados", como são denominados os locais da mata onde se encontra a leopoldínia. Todos os informantes foram unânimes em informar o caráter coletivo, ou seja, de todo o povo indígena do rio Xié, na utilização tanto dos mananciais nativos como de toda a rede de acesso aos mesmos. Deve ficar claro, porém, que o "ponto de barraca", enquanto é utilizado por um grupo de famílias, não deve ser "penetrado" por outrem, sem uma prévia consulta aos moradores, o que vale também para os locais próximos do "ponto" onde se realizam as atividades de caça, pesca e coleta, adjacentes ao trabalho extrativo, mais fundandamentais para a manutenção daquelas famílias durante o "fábrico".

Devido à grande distância entre as comunidades e os piaçabais nativos, as famílias extratoras são obrigadas a passar de três a seis meses nas "barracas". No caso dos extratores serem de comunidades situadas na parte superior do rio, ou seja, acima da cachoeira de Cumati, onde está situada a comunidade homônima, a permanência nessas "barracas" é bem menor, pois, como se verá em seguida, nesses casos a atividade de confecção das "piraíbas" é feita na própria comunidade.

A construção das "barracas" é a primeira atividade dos extratores ao chegarem no local apropriado, o "ponto de barraca", que tem que estar localizado, como vimos, numa área de terra firme, na márgem do rio Xié ou de um igarapé, a partir do qual se possa ter acesso, via fluvial no inverno, via "varador" no verão, aos piaçabais nativos. Cada família constrói sua própria barraca, que estão situadas lado a lado próximas à margem do rio ou igarapé. As barracas são construções mais simples que as casas de moradia localizadas nas comunidades. São constituidas de quatro pilares de madeira, formando um retângulo, com uma cobertura de palha de duas águas. Não há as paredes com barro tais como as das casas "comunitárias", mas sim toscas armações de talas de paxiúba, que não a revestem completamente. Não dispõem também de divisórias internas, como aquelas, tendo uma área total mais diminuta. A palha da cobertura é retirada da própria piaçabeira, cuja folha é bastante utilizada pelos índios, juntamente com o caranã, para esse fim.

Ao chegarem ao ponto de barraca, os índios "limpam" todo o terreno necessário para a construção das mesmas, com acesso ao "porto", abrindo também um pequeno espaço coletivo onde são efetuados os trabalhos de processamento das "piraíbas". Todo esse trabalho de "limpeza" do terreno é realizado pelo sistema do ajuri, com a participação de todas as famílias

conjugais. Como decorrência da tarefa de construção das barracas, uma primeira penetração aos piaçabais é realizada nesse periodo, para cortar a palha a ser colocada nas coberturas das mesmas. Esta primeira incursão tem o objetivo também de propiciar ao piaçabeiro um primeiro reconhecimento geral do piaçabal, a fim de identificar, a priori, os melhores "rebolados" e assim determinar logo a direção do "varador principal" a ser aberto, no caso de se estar na estação seca. No inverno, com o mesmo fim, o acesso é feito pelos pequenos igarapés, a partir dos quais abre-se pequenos varadores.

O piaçabeiro dedica-se integralmente à extração de 4 a 5 dias por semana. Nos restantes gasta seu tempo com outras atividades complementares, principalmente a caça e a pesca. Sua esposa e seus filhos desenvolvem atividades que podem ser descritas como paralelas, complementares e diretamente relacionadas à extração. A mulher que tem filhos pequenos, fica a maior parte do tempo nas barracas, cuidando e alimentando as crianças com até 8-10 anos, que ajudam a mãe sobretudo nas pescarias próximas. Após os 10-12 anos, os filhos já acompanham os pais na extração ou saem para caçar e coletar frutos do mato. A mulher que não tem filhos muito pequenos para amamentar, pode eventualmente se deslocar com o marido para o piaçabal e ajudá-lo na extração, ou na coleta de frutas. Nas regiões de campinarana, associadas aos piaçabais, há outras palmeiras que produzem frutos comestíveis consumidos pelos extratores: patauá, açaí-do-mato, inajá, umari, ucuqui, além da própria fruta da piaçabeira.

Os grupos de extratores que se deslocam para os piaçabais e montam essas "barracas", mantêm entre si não somente uma relação econômica, fruto da necessidade do trabalho coletivo no piaçabal. Relações de parentesco também estão presentes na lógica de organização de uma turma de piaçabeiros: um ponto de barraca geralmente é construido por uma família extensa, ou seja, maridos e esposas têm entre si vinculos de parentesco consanguíneos ou por afinidade. Há casos também de toda uma parentela, constituida por mais de uma família extensa, formar uma turma de piaçabeiros.

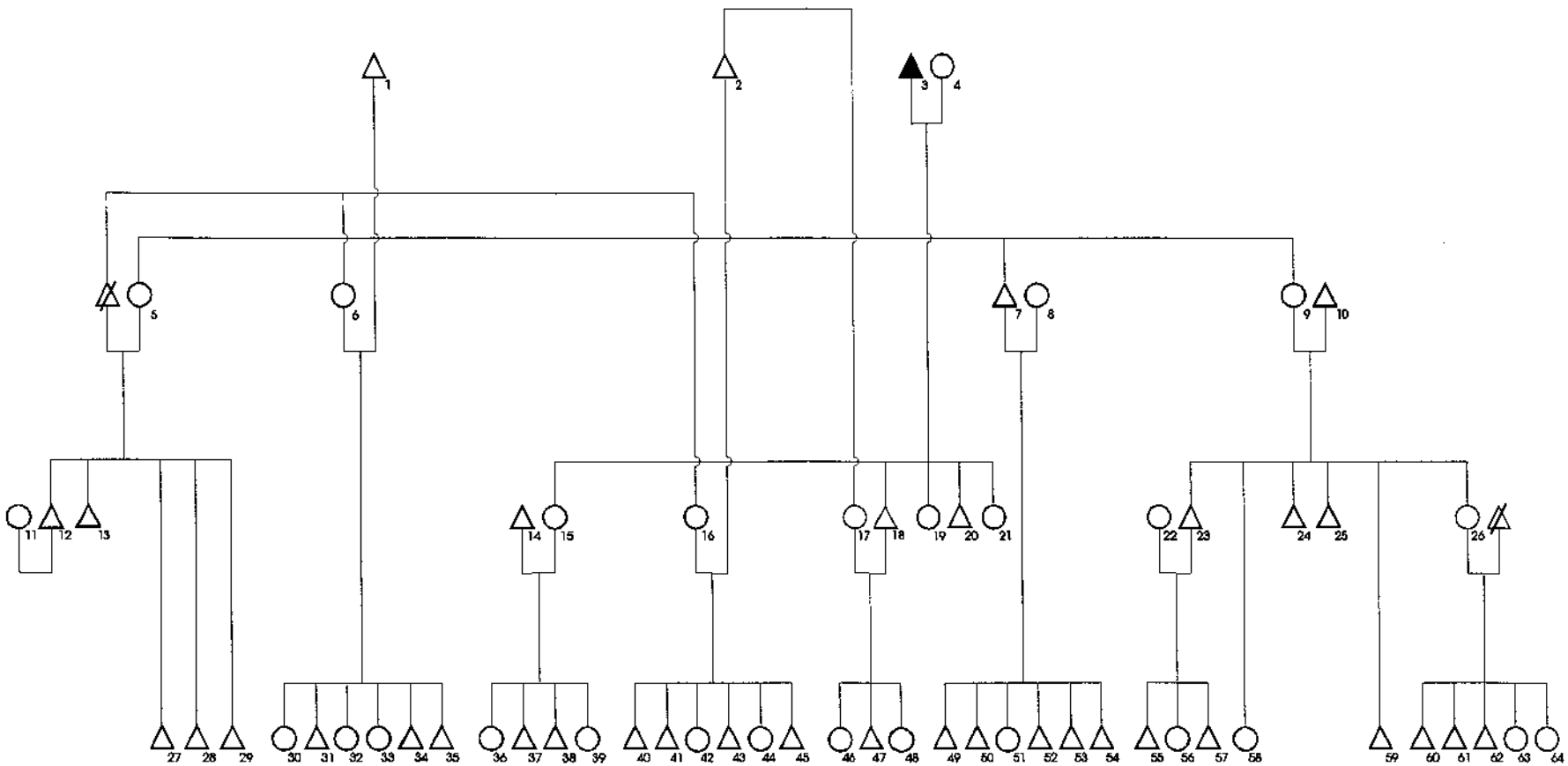


DIAGRAMA DE PARENTESCO DE UM GRUPO DE FREGUESES SITUADOS NUMA BARRACA DE PIAÇAVA

Nº	NOME	Nº	NOME
1	Bartoldo Baltazar	33	Siciana Baltazar
2	Eugênio Narciso	34	Flavio Baltazar
3	Felix Antonio	35	Geraldo Baltazar
4	Rita Waroio	36	---
5	Cristina Waroio	37	---
6	Lúcia Eduardo Marins	38	---
7	Floriano Narciso Waroio	39	---
8	Leutina Regina	40	Feitosa Narciso
9	Maria Waroio Antonio	41	Josue Narciso
10	Milton Baltazar	42	Edna Narciso
11	Marilene Antonio	43	Melvino Narciso
12	Irineu Waroio Martins	44	Lucila Narciso
13	José Waroio Martins	45	Edmilson Narciso
14	Gelson Eduardo Martins	46	Valquiria Antonio
15	Maria Waroio Martins	47	Aureo Antonio
16	Cledina Eduardo Martins	48	Marineide Antonio
17	Mariquinha Narciso	49	Jarme Floriano Narciso
18	Valdemar Waroio Antonio	50	Jorge Floriano Narciso
19	Lula Waroio Antonio	51	Claricia Floriano Narciso
20	Enrique Antonio	52	Janilton Floriano Narciso
21	Lucilenia Antonio	53	Armidio Floriano Narciso
22	Edna Pompilho Emilio	54	Eli Floriano Narciso
23	Miltinho Waroio Baltazar	55	Adailton Emilio Baltazar
24	Antenor Waroio Baltazar	56	Vanilda Emilio Baltazar
25	Ezequiel Waroio Baltazar	57	Casimiro Emilio Baltazar
26	Alberta Waroio Baltazar	58	Cristina Waroio Baltazar
27	Rene Waroio Martins	59	Rogerio Waroio Baltazar
28	Arcindo Waroio Martins	60	Claudio Baltazar
29	Mauro Waroio Martins	61	Reginaldo Baltazar
30	Cleudina Baltazar	62	Ernades Baltazar
31	Germano Baltazar	63	Marta Baltazar Yarumari
32	Arlene Baltazar	64	Recém-nascida

B.3- O corte da piaçava.

Quando as famílias dos piaçabeiros já estão apropriadamente instaladas nas barracas, dá-se inicio à extração propriamente dita da piaçava. Como se pode observar no calendário, o corte da piaçava é iniciado idealmente na época da seca. Nesse período os pequenos igarapés que penetram nas áreas de campinarana estão totalmente secos e o acesso aos piaçabais só pode ser feito em caminhadas à pé, pelos varadores abertos na mata pelos índios, o que envolve uma série de atividades desempenhadas por todos os elementos da família nuclear.

Como já foi visto, deve-se destacar que as barracas não estão localizadas dentro dos piaçabais, portanto há um deslocamento diário dos extratores entre os dois espaços. Este fator espacial leva a que os índios, previamente, dêem uma observada geral no piaçabal, identificando os "rebolados" com maior potencial produtivo para, somente depois, abrir o "varador principal" que cortará a área de exploração. Nos piaçabais de antiga exploração, denominados na Língua

Geral de "mamaypoka", os varadores já existem, sendo apenas roçados para o novo "fábrico".

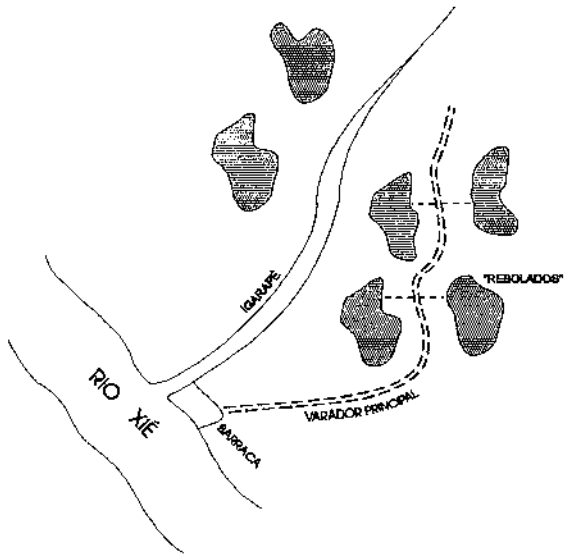
Crianças numa barraca de piaçava no rio Xié

Conforme apontado no capítulo II, os piaçabais são o conjunto de diversas ilhas onde a Leopoldínia ocorre em grande abundância. São tais ilhas que têm a denominação local de rebolados. Desse modo, o varador principal é uma espécie de avenida que vai atravessando a mata sucessivamente pelas cercanias dos diversos rebolados. A cada rebolado corresponde um pequeno acesso que o liga ao varador principal. Esses rebolados ficam localizados em pequenas áreas de terra mais alta cujo solo é amarelado, sendo as áreas circundantes de terra branca e mais baixas. O varador principal pode ser longo, e pode-se gastar, como observado em um deles, quatro horas de caminhada no seu percurso total, havendo porém mais longos, chegando ao território colombiano.

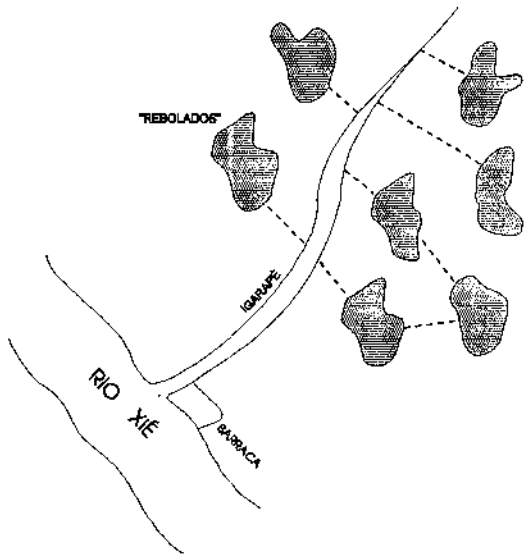
Segundo os extratores, um rebolado pode ter cerca de 50-60 pés de piaçabeira. Devido à variação da idade da planta, nem todas são exploráveis, sobretudo as mais velhas, das quais só são aproveitadas a palha e os frutos. Para que se "corte" todo um rebolado dessas proporções, tem que se gastar cerca de 4-5 dias de trabalho, quando este é realizado por 6-7 pessoas. Nesses rebolados de mamaypoca, pode-se produzir até cerca de 25-30 quilos de uma fibra mais fina. No caso de um rebolado virgem, essa produção subiria para 100 quilos de uma fibra mais grossa. Em termos de produtividade, os trabalhadores mais novos e fortes conseguem produzir/carregar até 100 quilos de produto por dia de trabalho. Outros mais velhos chegam a 25, 30 ou 40 quilos por dia. Este fator etário do produtor influencia também no tempo de transporte da piaçava desde a fonte até a barraca, que pode ser mais demorado no caso dos mais velhos, diminuindo assim a sua produção total.

O trabalho de extração propriamente dito começa ao sair o "freguês" do barraco pelo varador principal, geralmente por volta da 7:00 hs. Antes disso porém, ainda no âmbito das barracas e antes do dia amanhecer, a família toma banho no rio e logo após faz o seu desjejum. Este alimento matinal é constituido basicamente de peixe ou caça cozidos com água e pimenta, acompanhado de farinha e beijú. Segue-lhe normalmente umas cuias de xibé (água com farinha) ou caribé (um mingau de farinha de mandioca quente). Trata-se, portanto, de uma alimentação que visa sustentar por um longo período a família, que passa a maior parte do dia no trabalho. Esse instante matinal também permite uma convivência da família antes de uma longa separação de alguns de seus membros que se deslocam ao longo do dia para o piaçabal ou para outras atividades adjacentes.

Após a caminhada pelo varador principal, na seca, ou vindo pelo igarapé na cheia, a chegada ao local de extração pode variar dependendo da distância do rebolado a ser explorado naquele dia. Ali chegando, há um pequeno acesso por um varador até o rebolado, onde imediatamente o piaçabeiro passa a cortar o produto. Antes disso, porém, tem que tomar algumas precauções. Ao redor da palmeira há geralmente muito mato e folhas da própria árvore caídas perpendicularmente ao chão. Antes de ser explorada, o extrator deve "roçar" em volta da árvore, devagar, com muito cuidado. Após essa tarefa, há que bater com um pau no tronco da mesma, observando atentamente se não há algum animal. Cobras, aranhas e escorpiões são frequentes na parte superior do caule, podendo cair quando este é batido. Somente depois desses cuidados, que devem ser tomados a cada nova piaçabeira explorada, é que o produtor corta, com uma faca bastante amolada, os feixes da fibra. O ato de cortar piaçava diz respeito portanto ao corte dos feixes.



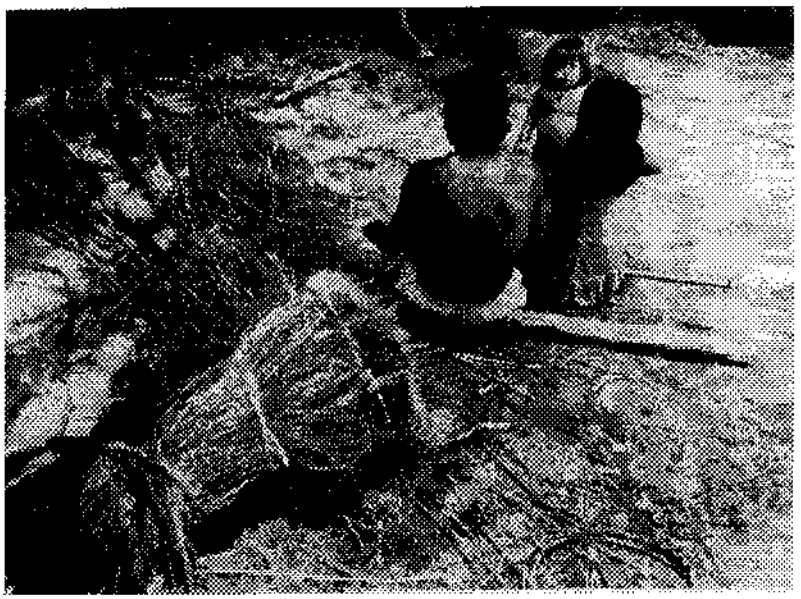
Acesso aos rebolados na seca



Acesso aos rebolados na cheia

Geralmente, além dessa "limpeza", o extrator também corta algumas folhas da palmeira, para facilitar a extração da fibra. É recomendável, segundo os índios, que se deixe, no mínimo, três folhas ainda na árvore, para que esta não morra. Observou-se, num piaçabal já bastante explorado, uma grande quantidade de árvores ainda vivas que foram cortadas quatro a cinco vezes, o que significa um tempo provável de exploração daquele piaçabal de mais de 40 anos. O número de cortes feitos numa árvore ao longo do tempo pode ser contado pelas marcas deixadas no tronco da mesma. Como o tempo médio de recuperação das mesmas é de 10 anos, pode-se conjecturar, a partir das marcas, o tempo provavel de exploração do piaçabal, o que pode ser comprovado também, no caso do piaçabal visitado, pela idade do informante, de aproximadamente 50 anos, que aos 6-8 anos de idade já percorria aquele piaçabal com seus pais.

Os feixes de piaçava cortados de cada palmeira, são em seguida arrumados no terreno ao lado da mesma. O extrator segue pelo rebolado repetindo o mesmo serviço em todas as árvores exploráveis. Ao final da jornada de trabalho, que cessa no início da tarde, os feixes são recolhidos e arrumados num "pacote", que se trata de um amarrado tosco feito com casca de envira e levado a pé pelo extrator para a barraca, representando o total de sua produção diária. Esse transporte pode eventualmente variar, dependendo da época da extração. Quando as águas começam a subir e os igarapés enchem, o pacote é trazido para a barraca em ubás, pequenas canoas. A chegada à barraca com a produção do dia ocorre por volta das 18:00 hs, quando finalmente o extrator poderá reunir a família novamente, tomar banho no rio, comer e descansar um pouco.



Extrator ao lado de um pacote de piaçava

O trabalho de corte da piaçava é feito até completar a encomenda feita pelo "patrão" aos "fregueses". Quando estes observam que já cortaram o suficiente e está se aproximando o dia marcado pelo patrão para vir até as barracas pegar o produto, passam logo a transformar aqueles "pacotes" acumulados em novos amarrados, mais sofisticados, denominados "piraíbas".

Pode-se observar que a tarefa de cortar a piaçava tem uma complexidade que ultrapassa

o simples ato de extrair a fibra. Trata-se de um trabalho coletivo, que importa em complementariedade de atividades diversas, no qual todo o grupo de pessoas do "ponto de barraca" está envolvido. Pressupõe também um minucioso conhecimento do meio-ambiente onde se encontram os piaçabais e das técnicas de exploração da planta. O trabalho também está sujeito, como visto, a sérios riscos de vida pela ocorrência de acidentes com a fauna associada à piaçabeira, especialmente picadas de cobras. Todos esses fatores, entretanto, são desconsiderados pelos "patrões" enquanto valor social do trabalho, não significando qualquer acréscimo no preço final do produto.

B.4- A confecção das "piraíbas".

Quando as barracas estão repletas de pacotes de piaçava, numa quantidade suficiente para suprir a encomenda do patrão, ou seja, pagar a dívida contraída à crédito pelas mercadorias utilizadas pela família, inclusive, no próprio "fábrico" de piaçava, é chegada a hora do processamento do produto: "depois que a gente "corta" a gente pode passar de 15 a 30 dias amarrando" as piraíbas. As piraíbas são amarrados de piaçava ou de cipó que assumem, quando concluídos, uma forma cônica, cuja extremidade maior é denominada "cabeça" e a menor de "rabo", nomenclatura semelhante a utilizada para os peixes. Afinal, piraíba é uma espécie de peixe frequente na região do alto rio Negro e das mais apreciadas pelos índios.

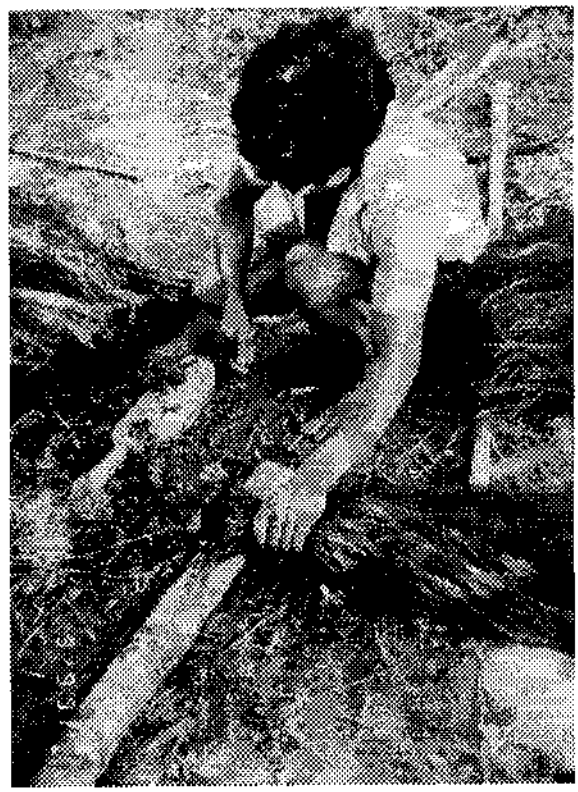
Pacotes de piaçava

Outrora, havia duas formas de processamento da piaçava para fins comerciais, uma delas sendo as próprias piraíbas e a outra os cordames ou cabos mencionados no capítulo II. Com o fim da utilização dos cabos, há cerca de trinta anos as piraíbas vêm se tornando a única forma de processamento da piaçava a ser vendida pelos índios.

Para a confecção das piraíbas é necessário também a extração de certa quantidade de cipó, cujos mananciais não estão localizados no mesmo sistema ecológico de campinarana do

piaçabal, necessitando portanto de uma tarefa extrativa específica e complementar a da piaçava. Desse modo, após todo o trabalho de extração do produto principal, e antes de se iniciar propriamente a confecção das piraíbas, os extratores têm que alocar alguns dias para se deslocarem às zonas de mata de terra firme, em busca de uma boa quantidade de feixes de cipó a serem utilizados nesse processamento.

Além disso, quando é coletada, a fibra nem sempre está solta, da forma como é encontrada em vassouras e escovas vendidas nos supermercados. Parte dela apresenta-se de certa forma entrelaçada, necessitando assim de ser "penteada", como afirmam os índios. Para esse "pentear" de pequenos feixes de piaçava utiliza-se um instrumento de madeira semelhante a um pente grosso, que todo extrator possui, cuja utilização evita o ferimento das mãos. Esses pequenos feixes "penteados" são sobrepostos cuidadosamente no chão, entre duas varetas de madeira fixas na terra, até somar uma quantidade satisfatória para a confecção de uma piraíba. Durante a elaboração de uma piraíba, pude observar que o extrator eventualmente não "penteia" alguns feixes que são colocados na parte interna da mesma, escondidos portanto dos comerciantes.



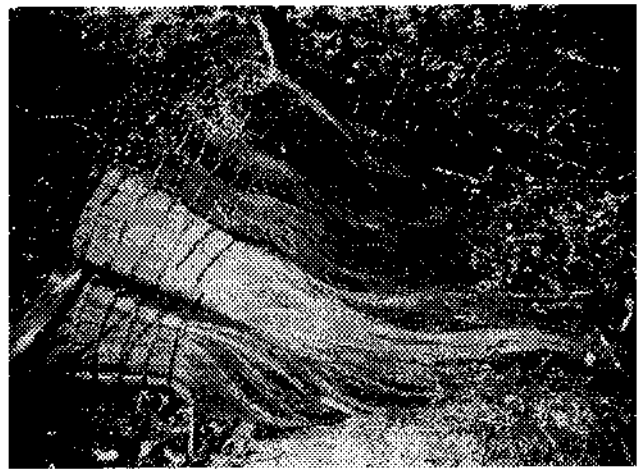
Preparo dos feixes de piaçava com terçado

Nesse ponto do seu trabalho, que é individual, o extrator amarra com cipó a parte mais grossa formada por esses feixes, apertando a cabeça da futura piraíba. A utilização de uma faca, de um terçado e de uma "pá" (objeto de madeira semelhante a nossas tábuas de cortar carne, sendo menor, mais espessa e arredondada) é necessária para o corte e o acerto desta cabeça, feito com batidas com a pá. A amarração completa da piraíba é feita palmo a palmo com cipó, deixando-se as fibras soltas apenas na sua ponta, ou seja, o "rabo". O peso de uma piraíba é variavel, podendo chegar até a 50 quilos, dentre as que foram observadas no rio Xié.

Na maioria dos casos, a confecção das piraíbas é feita nas barracas, sendo toda a família nuclear do extrator envolvida no trabalho. Isto ocorre sobretudo nos casos em que os fregueses são moradores de comunidades situadas muito longe, geralmente à jusante da cachoeira de Cumati (ver mapa detalhado). No caso dos extratores serem moradores de comunidades situadas

no alto curso do rio Xié, como em Anamoin, que estão próximas aos mananciais nativos, as barracas não são utilizadas, e os pacotes do produto são trazidos do piaçabal e transformados em piraíbas na própria moradia do coletor.

Após a elaboração, as piraíbas são transportadas pelos diversos comerciantes intermediários até seu destino final, nas cidades. Internamente ao rio Xié, porém, esse transporte pode também ser feito pelos índios, que levam as piraíbas prontas até suas comunidades situadas à jusante das cachoeiras, obtendo assim um preço melhor pelo produto. Nesses casos, as piraíbas são colocadas em balsas feitas de troncos de madeira e rebocadas por um barco de motor de popa pertencente tanto a uma família nuclear quanto a uma comunidade.

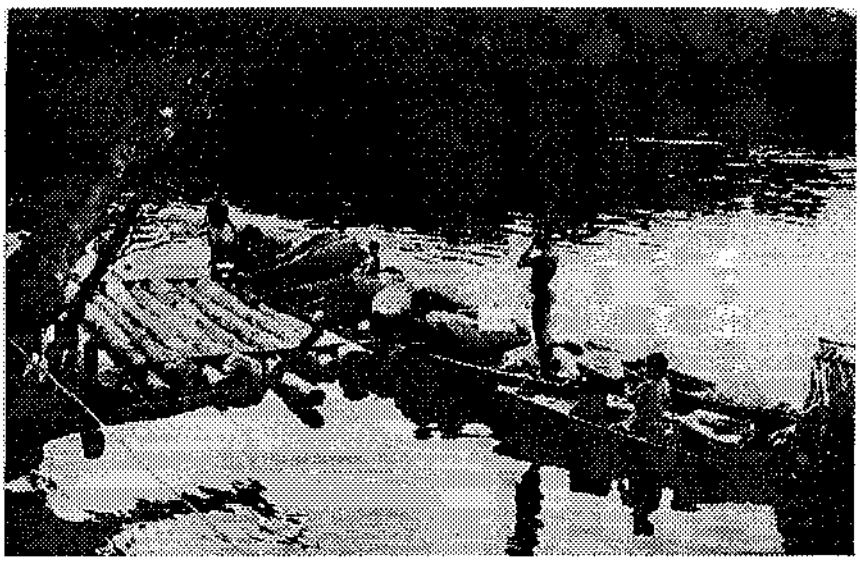


Processo de confecção das piraíbas

A confecção da piraíba é extremamente necessária para o transporte do produto, que de outra forma não poderia ser feito devido as características próprias das fibras, que soltas se dispersariam pelo caminho. A piraíba também permite a pesagem racional da piaçava e assim a contabilidade tanto da produção quanto do que deve receber o "freguês" como pagamento da mesma.

Por outro lado, e ainda somado aos aspectos acima apontados acerca da complexidade da atividade extrativa stricto sensu, salta aos olhos do observador o fato de que todo o trabalho empregado pelos índios na confecção das piraíbas, que exige um esforço diário de toda a família e pode durar, eventualmente, até dois meses, nunca é computado no preço final do produto, ou seja, o preço da piaçava é baseado apenas na quantidade produzida em quilos, não sendo agregado a ele também o valor do trabalho de confecção das "piraíbas".

B.5- A entrega para o "patrão" e o transporte para a cidade.



Transporte de piraíbas de piaçava feito pelos fregueses em canoas e balsas para um sítio

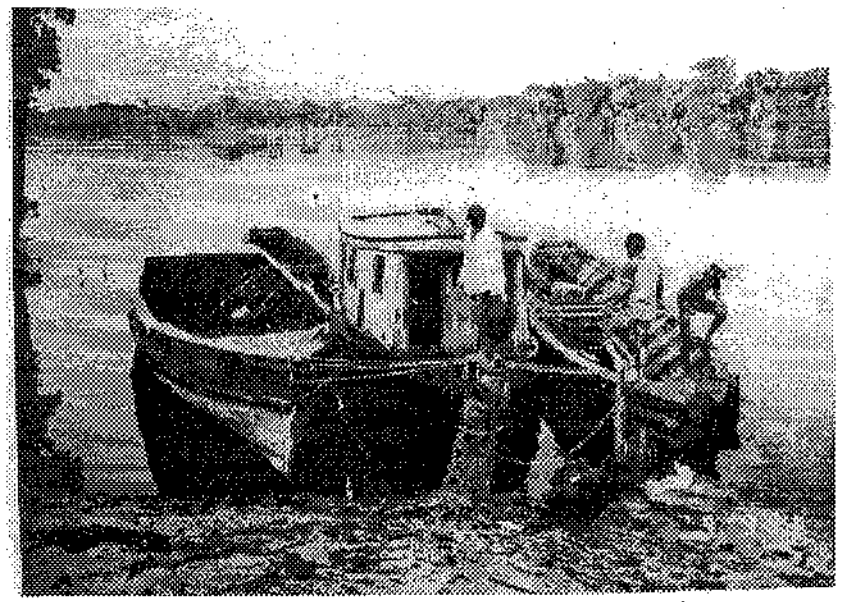
Atuavam em 1992 no rio Xié os seguintes comerciantes, também denominados "patrões": Ronil Garrido, morador do povoado de São Felipe, no rio Negro; Nivaldo Amazonense da Costa, morador de São Gabriel e seus irmãos Orlando e Irlando; Augusto Gonçalves e Bento. Dentre todos, Ronil e Nivaldo eram os mais importantes, tanto por efetuarem viagens mais constantes ao Xié quanto pelo volume de produto comerciado. O patrão "compra" a piaçava do freguês somente depois que esta foi totalmente processada em piraíbas. Conforme o caso, ele vem até à barraca ou comunidade para pesá-las e embarcá-las nos seus batelões. Quando traz mercadorias, o pagamento do freguês pode eventualmente ser feito na hora, caso este obtenha saldo, embora raramente isto aconteça. Após a pesagem das piraíbas, o patrão faz as contas em seu "caderno", no qual consta o nome de cada freguês, indicando suas dívidas contraídas a crédito.

O patrão sempre viaja com uma balança, instrumento fundamental nesse sistema de comércio não monetarizado. A cada piraíba pesada, com o argumento de que as fibras estão molhadas ou muito úmidas, portanto mais pesadas, o patrão chega a descontar cerca de 25 a 30% de seu peso, que é denominado de "tara". Desse modo, o preço do produto, que já não incluia os valores de trabalho acima apontados no corte e na elaboração da piraíba, cai ainda mais. E é o patrão que detém o monopólio de execução da pesagem, da conferência do peso, do seu registro no "caderno", da definição da "tara" e da aferição do preço final.

O sistema de troca com o "patrão" apresenta algumas diferenças conforme a localização da moradia dos extratores na geografia do rio Xié (ver mapa detalhado). Nos sítios e comunidades localizados na parte superior do rio o patrão sempre chega com as mercadorias para "vender", e oferece ao freguês um corte de tecido, camisas, sal, açúcar, bolachas, balas, arroz,

pratos de ágata, pilhas, etc. Ao ser questionado sobre o preço da mercadoria, o patrão responde que custa uma certa quantidade de quilos de piaçava, que varia de acordo com a sua única vontade. Se o freguês faz um pedido, o patrão soma o preço das mercadorias já em quilos de piaçava, que deverá ser paga posteriormente, anotando a dívida em seu caderno.

Em Anamoin, por exemplo, em 1992, todos os moradores tinham dívidas com algum dos comerciantes que negociam no Xié, dívidas que variavam na época, em valor monetário, entre Cr$ 200.000,00 e Cr$ 1.000.000,00. Estes valores, em termos de quilos de piaçava, equivaliam no mesmo periodo à variação de 300 quilos a 1 tonelada e meia do produto.



Regatão transportando batelões para o rio Xié para o carregamento de piaçava

Em algumas comunidades localizadas mais à jusante no rio, observou-se uma mudança desse sistema. No caso dos fregueses, estes evitavam negociar com o produto extrativo, preferindo "comprar" as mercadorias com farinha. Consideram vantajoso esse comércio, pois a farinha é produzida ali mesmo na comunidade, necessitando apenas ser intensificado o trabalho na roça. Para o patrão, essa farinha tem utilidade pois será debitada no saldo devedor dos fregueses que ainda se encontram no piaçabal, na cabeceira do rio, e cujo estoque de farinha já terminou. Tudo é anotado no "caderno".

Este patrão que estabelece uma relação direta com os índios deve ser caracterizado como um pequeno comerciante, que possui geralmente um barco com motor de centro e alguns batelões onde carrega o produto a ser transportado para São Gabriel da Cachoeira, principal cidade e entreposto comercial do alto rio Negro. Ele também pode ser denominado de "regatão", na medida em que também negocia com todo tipo de produção feita pelos índios (cipó, carne salgada, farinha), trocando-a por mercadorias industrializadas que encomenda em Manaus. Tais comerciantes são geralmente descendentes de casamentos entre colonizadores brancos que penetraram na região, inclusive venezuelanos, espanhóis, portugueses, entre outros, com mulheres indígenas, sobretudo Baré. São indivíduos que se auto consideram "da região", o que lhes confere um certo poder local, sendo a maioria deles exímia conhecedora dos diversos rios

afluentes do Negro e falantes da Língua Geral.

Trata-se portanto de um indivíduo que mantém uma intensa relação com os extratores da piaçava, sendo conhecido de todos os índios, inclusive através de uma rede ampla de compadrio. Geralmente um patrão tem afilhados em todas as comunidades ou sítios do rio Xié, e quando ali chega, é logo solicitada sua bênção por uma série de crianças e jovens do local. Nesse sentido, além de patrão, é também o padrinho de seus fregueses. Também é frequente o número de mulheres solteiras que são engravidadas, ainda jovens, por esses patrões, muitos dos quais cultivam o hábito da defloração de menores.

No momento de entrega das piraíbas, pode-se observar o contato do patrão com os fregueses. Tem-se uma impressão de tranquilidade na relação, porém dissimulada. Fala-se em voz baixa, na língua do nativo. Sente-se contudo uma certa tensão no ar, ou que algo não está sendo explicitamente colocado por ambas as partes. O regatão procura sempre se mostrar simpático, procurando conversar amenidades, distribuir balas ordinárias às crianças, ou falar das dificuldades da sua vida. Está sempre com muitas dívidas com seu "patrão" da cidade, que por sua vez reclama da qualidade do produto enviado no "fábrico" anterior. Enfim, o discurso do "patrão" é sempre um discurso choroso, de quem quer repreender mas o faz encabuladamente[18]. Isto ocorre em parte porque também tem desconfianças dos "fregueses", pois já houve conflitos entre eles no passado. Numa entrevista particular, chegou a comentar que os índios do Xié, quando estão em São Gabriel, são simpáticos, "mas quando estão lá em cima, viram onça!".

O regatão Nivaldo Amazonense pesando uma piraíba no rio Xié

O regatão Nivaldo Amazonense, por exemplo, com quem viajei ao rio Xié, contou-me que aquela seria sua última viagem aquele rio, em busca de "produtos".[19] Posteriormente fiquei

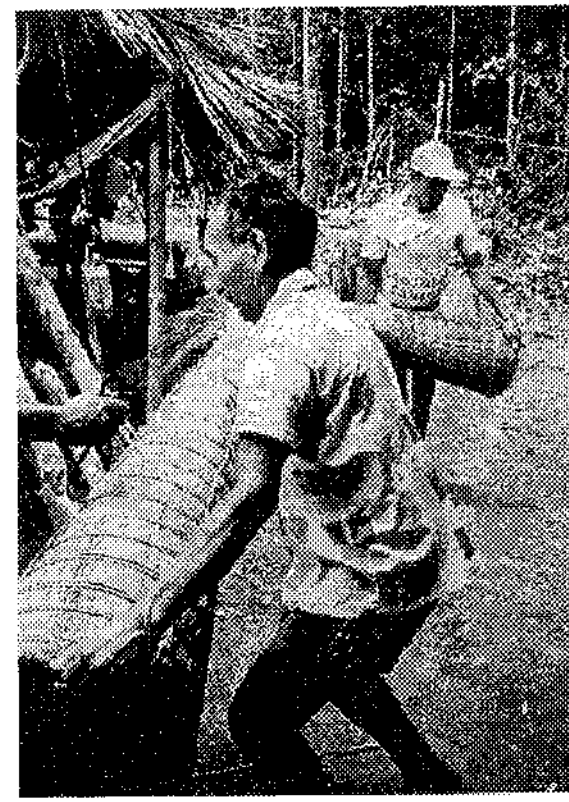
18 Certamente a presença do antropólogo nesse contato provocou interferências que acentuaram essa desconfiança dos dois interlocutores não apenas entre si mas também de ambos com o pesquisador.

19 Em 1993, entretanto, este comerciante continuava comprando piaçava no rio Xié.

sabendo que a ACIRX estava querendo impedi-lo de entrar no rio devido a conflitos ocorridos no ano anterior entre ele e os moradores da comunidade de Umarituba. Frequentemente os patrões procuram denegrir a imagem da ACIRX devido a esses conflitos, procurando criar desconfianças entre os próprios índios, sobretudo a partir de fofocas que eles próprios se encarregam de difundir pelo rio.

O freguês, por sua parte, apesar da exploração a que está submetido, procura demonstrar que é trabalhador e que sempre paga sua dívida: "quem é homem tem que pagar sozinho sua própria dívida", afirma um freguês num tom de crítica aos que não cumprem as regras do sistema. Além disso, seguindo uma regra indígena característica do alto rio Negro, os fregueses sempre oferecem ao comerciante a alimentação disponível em sua casa naquele momento, mesmo que seja apenas um "xibé" (água com farinha de mandioca).

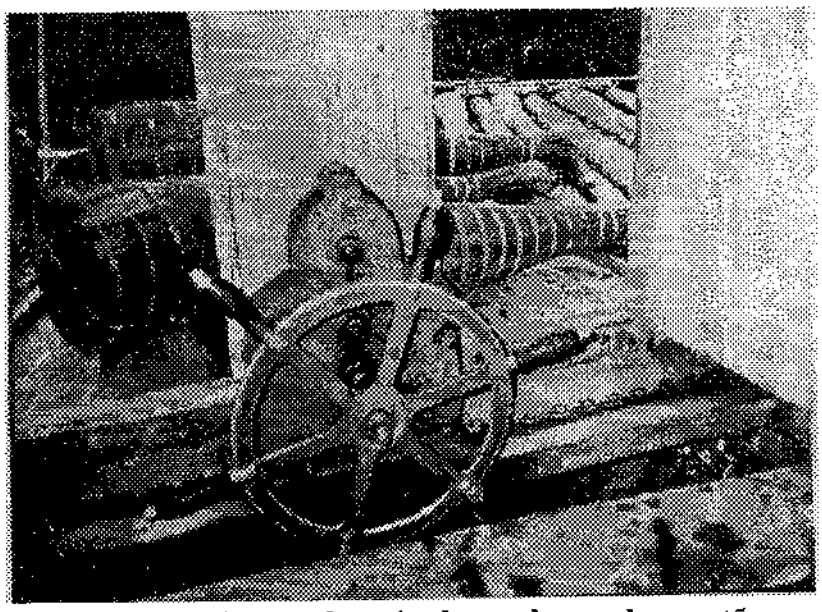
Muitas vezes foi observado que os índios forneciam toda a carne existente no sítio ou barraca, principalmente a caça, em troca de algumas mercadorias ou para saldar ainda uma dívida do "fábrico" anterior. Isto significa que nem sempre a dívida contraída a crédito pelo produto extrativo é paga com o mesmo, servindo ao "patrão" a mesma dívida para estorquir também o pouco de proteína animal disponivel aos fregueses. Este aspecto está relacionado, por um lado, à maior dependência dos índios aos produtos industrializados e, por outro, à significativa demanda de carne existente em São Gabriel da Cachoeira, que vem causando uma crescente escassez da mesma em toda a área indígena.



Fregueses entregando as piraíbas ao patrão

Entre os fregueses existe também uma "ética" de produtividade, que está pautada na capacidade de trabalho para saldar sua dívida. Com isto o freguês adquire não só crédito para a próxima temporada mas também prestígio social diante de seus pares. Quando o patrão reclama o atraso no "pagamento" do produto, ladainha que repete em todos os lugares e com todos os fregueses, estes geralmente concordam com o patrão, recriminando aqueles que não "pagam" o produto combinado. Entretanto, em entrevistas particulares, os fregueses reclamam de todos os comerciantes, sobretudo em relação ao alto

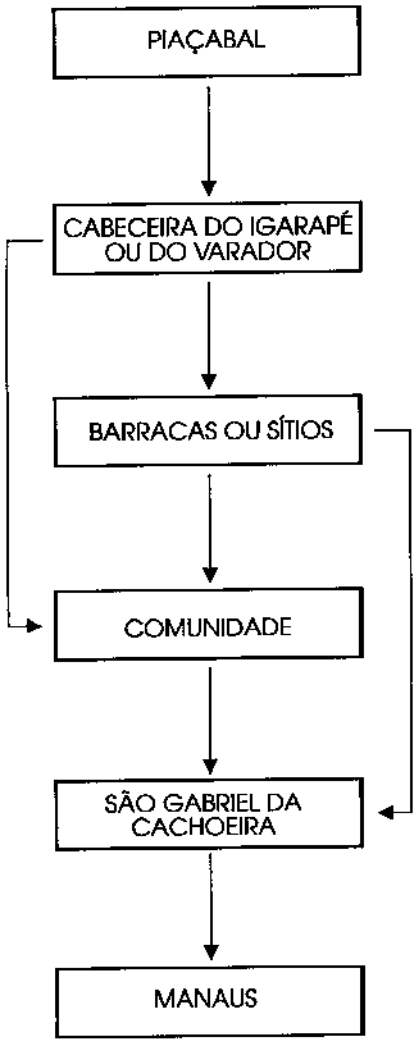
preço das mercadorias e do baixo preço da piaçava.



Piraíbas de piaçava depositadas no barco do regatão

A entrega das piraíbas ao patrão, portanto, é feita dentro desse contexto de relações de poder existentes entre esses dois atores básicos do sistema extrativista da piaçava. Há porém a pretensão por parte dos índios de passar a controlar o transporte da piaçava entre as barracas ou comunidades do Xié e a cidade de São Gabriel, o que resultaria numa redução ou quebra dessa situação de "entrega" no âmbito interno do rio Xié, passando a mesma para a cidade. Este aspecto parece sofrer influências não somente da organização política dos índios, iniciada recentemente em torno das Associações Indígenas, mas também por um fator de maior proximidade geográfica de algumas comunidades em relação a São Gabriel, o que parece ter ocorrido também com algumas comunidades situadas à jusante dessa cidade, no rio Negro, e que exploram piaçava no Curicuriari. É nesse sentido que algumas comunidades vêm buscando comprar barcos "comunitários" que sirvam para, entre outras coisas, escoar o produto extrativo para São Gabriel de forma independente dos patrões.

De qualquer forma, o transporte das piraíbas para São Gabriel (ver Roteiro do Transporte da Piaçava) é feito majoritariamente pelos comerciantes. Para tanto, são utilizados os barcos com motor de centro, trazendo batelões a reboque. As piraíbas, chegadas em São Gabriel, são colocadas no porto situado à montante das cachoeiras, e recobertas com plástico, para não serem molhadas pela chuva. Essa produção é então negociada com outros comerciantes, considerados pelos anteriores como seus patrões. Esses patrões são geralmente mais poderosos economicamente, vivendo em sua maioria em Manaus, mas com contatos em grandes cidades como Belém ou Rio de Janeiro.



Transporte feito pelos "fregueses", carregando nas costas, em "pacotes" ou "amarrados". Os "pacotes" podem chegar até 100 quilos. A medida varia emtorno 50/60 quilos. O percurso é feito à pé.

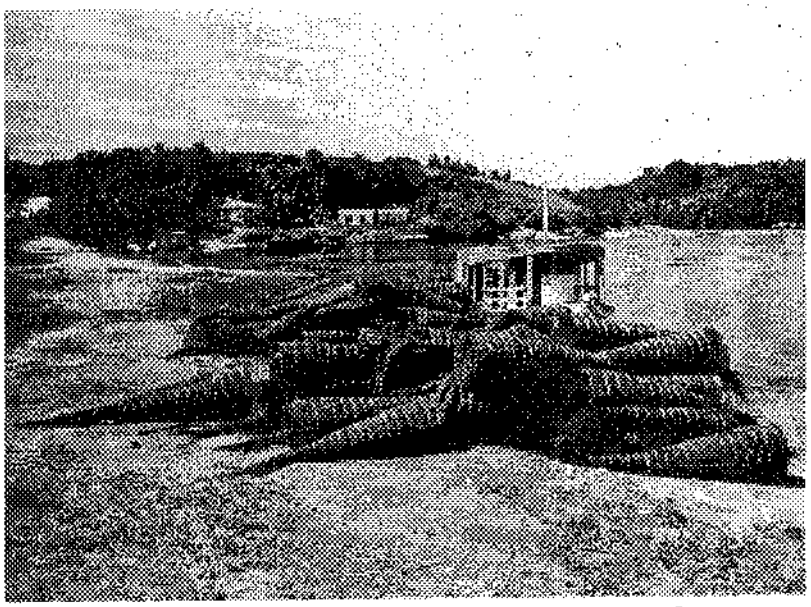
Transporte feito pelos "fregueses". No inverno utiliza-se o igarapé, no verão o varador. Quando a comunidade está situada próxima do local de produção, os pacotes são transportados diretamente, via balsa de madeira, sem a utilização das "barracas".

No barracão, sítio ou comunidade, é preparada a "piraíba". Estas podem ser transportadas pelo "patrão" ou pelo "fregues" (ter barco). Geralmente, o "patrão" faz o transporte até São Gabriel.

Este transporte, via fluvial, é feito majoritariamente pelo "patrão". Em São Gabriel, este vende o produto para os seus "patrões", comerciantes maiores de São Gabriel ou Manaus. Em poucos casos, os produtores conseguem vender o produto direto ao grande comerciante.

O transporte é feito via fluvial, desde São Gabriel ou Camanaus, até Manaus, de onde o produto é escoado para o resto do país. Este transporte é feito pelos grandes comerciantes.

Roteiro de transporte da piaçava



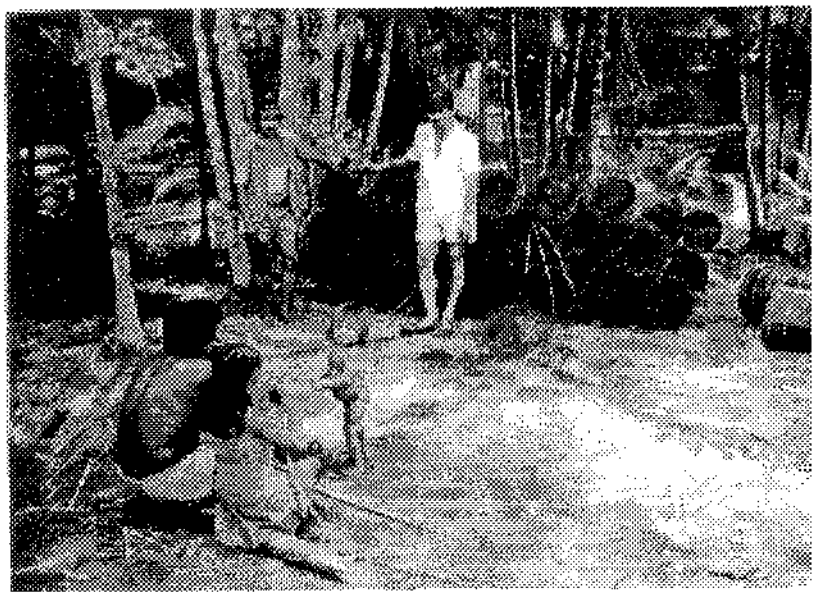
Piraíbas de piaçava depositadas no porto de São Gabriel da Cachoeira

Eventualmente, o pequeno comerciante vende diretamente o produto para os compradores do sul do país. Nesses casos, esses comerciantes utilizam o telefone interurbano, a partir de São Gabriel, para negociar os preços com os compradores e o pagamento é feito via depósito bancário na agência local do Banco do Brasil, mas não é regra geral. O transporte final de São Gabriel para Manaus é feito a partir do porto de Camanaus, situado à jusante de São Gabriel e com ligação rodoviária para esta cidade. Dentre os grandes comerciantes que compram piaçava em São Gabriel e a transportam para Manaus destacavam-se em 1992 Antonio Morais e João "Bundão", proprietários de grandes embarcações.

Capítulo IV - PATRÕES E FREGUESES.

A. O extrativismo e os comerciantes.

Os comerciantes de produtos extrativos são indivíduos com os quais os índios do rio Negro mantêm uma longa história de contato. A penetração dos comerciantes, ditos regatões, no rio Negro, começou a partir do início do século XIX. Comprova-no um ofício enviado pelo Presidente da Província do Pará ao Ouvidor do Rio Negro em 1821, a respeito da "civilização e aldeamento dos índios", no qual invoca-lhe "punir severamente os comandantes e autoridades, que maltratarem os gentios, e **aqueles mercadores que os enganarem nas suas permutações** (grifo nosso), desacreditando assim a moral, que se lhes pretende insinuar" (apud Silva, 1833:267-269). Ou seja, o chefe de Estado procurava, em 1821, coibir excessos de violência que já eram correntes no rio Negro, feitos pelos "mercadores" e também pelas autoridades civis e militares. Vale lembrar que muitas vezes na história ficaria dificil distinguir comerciantes de autoridades, e vice-versa, pois todos constituiam as duas faces da mesma moeda, que era a exploração violenta e abusiva do trabalho indígena e outras atrocidades.



Patrão e fregueses no rio Xié com a piaçava ao fundo

Na atual Venezuela, no mesmo período, o comércio com os índios não era muito diferente do Brasil. Vejamos esse relato de Codazzi, na verdade uma carta a um superior (apud Tavera-Acosta, 1927:67), datada de 1838, em que ressalta a utilização dos cargos públicos pelos brancos como forma de explorar o comércio com os índios:

"Los índios, señor, no están seguros ni en sus casas, ni en sus labranzas, porque el dia menos pensado les llega un aviso del alcaide para que se presenten a su tribunal: allí reciben la orden de marchar a la cabecera del Cantón a ponerse a la disposición del jefe político. Estos infelices tienen que tomar sus canoas y hacerse de viveres para diez o quince dias; y al llegar delante de este satrapa, son recibidos peor que esclavos y mandados de peones a la casa del mismo Politico y demás criollos, los cuales los emplean sea en la pesca, en la casa, en ir a la manteca, a la zarrapia, a buscar zarza, a cortar madera, a hacerles lanchas y otras embarcaciones: y no se les empieza a pagar sino del dia que entran al trabajo y de que modo? en mercancías a precios tan exorbitantes que al fin del més el hombre ha ganado un peso o doce reales, graduado por ellos a 4 o 5 pesos. Inútiles son las quejas de aquellos desgraciados para volver a sus casas a cuidar de sus conucos y de la subsistencia de sus familias: se les responde que si no van al servicio que se les manda, los despacharán por vagos a la capital para que sirvan en el ejército. A estas amenazas se conforman con su penosa situación, y van a servir por otros meses a casa de otros racionales que los enplean en donde mejor les parece, y no se les pasa para su mantención sino dos totumas de mañoco, que son dos libras de cazabe y nada más. Al cabo de tres o cuatro meses vuelven a sua casas, si han venido otros a reemplazarlos, y tienen que gastar lo poco que han ganado para proveerse de viveres para el viaje. Apenas estan en el seno de sus familias para disponerse a trabajar para si mismos, cuando vienen otros empleados a su turno y se los llevan: de manera que no les quieda tiempo para proveer a la subsistencia propia; y tienen las mujeres y los hombres útiles que esforzarse a fatigas rigurosas para no perecer de hambre. Muchos de ellos, aborrecidos de un trato tan infame como cruel, se huyen a los montes y quedan los pueblos solos, prefiriendo vivir entre los salvajes, que en medio de los pretendidos racionales.

Tengo rubor, pues es preciso decirle que ha habido Juez Político que hacía visitas a todos los pueblos con sólo el fin de tener con ellos un comercio exclusivo y a traer cuantos peones podía; y por colmo de vergiienza, exijía a cada uno de ellos la mejor y más joven índia para su uso. No és necesario más para dar una idea exata de una primera autoridad; y se puede de allí deducir lo que podrán ser los demás..."

Como se vê, tanto do lado brasileiro quanto venezuelano, a partir do início do século

XIX, muitos índios foram envolvidos na exploração extrativa do cacau, da salsaparrilha, da piaçava, do puxuri, da balata, e depois da borracha, entre outros produtos, e submetidos a trabalhos compulsórios pelos comerciantes. Isto deu início a migrações forçadas, como observamos no capítulo anterior, e fugas de vários índios que foram transportados pelos comerciantes para trabalharem nos diversos mananciais de produtos extrativos (cf. Wright, 1992:263-266).

Baseado em documentos da Diretoria e Missões de Indios, coligidos na Revista do Archivo do Amazonas, Tenreiro Aranha (1907:63-65), lista algumas características dos comerciantes e do extrativismo no alto rio Negro no final do século XIX:

"...3º- À immoral e criminosa pratica do regatão de levar de sítio em sítio, com fins illicitos mercantis ao meio social, ainda que bárbaro, mesmo selvagem, do indio, que nem ao menos falava o nhengatu, de envolto com suas mercadorias o vício de embriaguez, a prostituição, os crimes de furto, roubo, homicidio e de reduzir pessoas livres à escravidão, comprando do pai, a troco das mesmas mercadorias, filhos e filhas; do marido a mulher e do tuchaua os desnaturados pais e desbriados maridos, para os vender depois aos seringueiros e pescadores de pirarucu, peixe boi e tartaruga, à moeda corrente;

4º A prevaricação inaudita do director ou do missionário, salvando as honrosas excepções que locupleta-se dos brindes remettidos pelo governo, para serem gratuitamente distribuidos aos indios, com a permuta que, em seu próprio interesse, faz delles por salsa, cupaiba, piassaba, puchuri, borracha, caoutchouc, breu, baunilha, carajurú, farinha, cumarú, tucum em ramas, fio e redes, curahuá em rama, etc.

5º Ao seringueiro, do baixo rio Negro, que interna-se nas vastas bacias do Uaupés e Içana, remonta suas cachoeiras, devassa suas florestas, assalta casa a casa dos seus indios, e viola o lar de cada uma das famílias destes, para seduzir com fementidas promessas de lucros vantajosos o dono da casa, o irmão, o sobrinho, cunhado e filho, fiando mercadorias á elles, ás suas mulheres, ás filhas, irmãs, cunhadas e sobrinhas.

É esta a peior causa, porque excita um a um, por meio da cachaça, já embriagados, a promoverem dabucuris saturnaes, no meio das quaes prostitue-lhes

enlevadas por essas barbaras e debochadas dansas, esposa, filha, cunhada, sobrinha.

Depois da festa, no dia seguinte, isola do marido a esposa, do pae os ternos filhinhos, do filho o pae e a mãe extremecidos, do irmão a irmã, da qual é o amparo, e os conduz para os seringaes dos distritos de Santa Izabel, S. Joaquim, Thomar, Moreira, Barcellos e Carvoeiro.

Contractados por tempo de poucos meses, ali os seduz ao captiveiro para nunca mais deixarem que volvam á sua casa e nesta continuarem a zelar e arrimar suas famílias, cuidar de suas roças, pescarias e caçadas, evitar que fique reduzida ao mais triste e desolador abandono..."

Muitos desses aspectos da história do século XIX desdobraram-se no século XX. A presença dos comerciantes intensificou-se e a exploração do trabalho indígena nos seringais, piaçabais e balatais atingiu em cheio os grupos indígenas do rio Negro. A memória oral indígena ressalta, por exemplo, a ação violenta do comerciante português Antonio Castanheira Fontes, que no início desse século era "o maior comerciante do 'baixo rio Negro'". Um velho Baré conta que seu pai, nascido em 1888, trabalhou com este comerciante e "chegou a ver na casa do comerciante português um toco de pau-brasil com correntes para amarrar os fregueses e surrá-los com chicote".

De fato, o sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz (1913: 106), num relatório que escreveu sobre a situação médico-sanitária do vale do Amazonas no início do século XX, reporta-se a situação do trabalho indigena nos seringais do rio Negro da seguinte forma:

"Os trabalhadores de seringais neste barracão são quase todos indios, de diversas tribos. Apresentam-se aqui, como em todo o rio Negro, numa condição física e moral das mais precárias, sendo os homens de estatura pequena, de constituição pouco robusta e de aspecto geral pouco simpático. As mulheres sao extremamente feias (sic), muito precocemente envelhecidas, ou melhor, trazendo desde a mocidade estigmas da velhice. Predomina em ambos os sexos a mais extrema indolência. Só trabalham forçados pelo proprietário e o fazem sem qualquer ambição de fortuna, visando exclusivamente à própria manutenção, contentando-se com pequenas dádivas de roupas, aguardente etc. Pelo que, dada essa inferioridade nos indivíduos dessa raça (sic), são eles muito explorados aí pelo branco, tendo no rio Negro, mais

do que em qualquer outro, a exata impressão de escravidão".

Oswaldo Cruz também indica em seu relato a migração forçada de índios oriundos do alto rio Negro para o "baixo rio Negro", pois afirma que "quando os proprietários de seringais do rio Negro têm necessidade de novos fregueses vão procurá-los muitas vezes além de S. Gabriel, no rio Caiari (Uaupés), muito habitado, e além, nos limites com a Venezuela" (ibid.). Esta migração, neste período e posteriormente, passou também a ter, em parte, um conteúdo voluntário, pois muitos índios vieram provavelmente ao "baixo rio Negro" em busca de seus parentes escravizados ou seus descendentes que permaneceram na área. Muitas famílias também conseguiram fugir dos patrões e retornar às suas regiões, sobretudo as que escaparam das epidemias que grassavam nessas zonas de exploração, como a malária.

Nos anos vinte, o Marechal Boanerges Lopes de Souza, viajando pela Comissão Brasileira de Limites, entrou em contato com um tuchaua do Xié que havia trabalhado, há cerca de 16 anos, no rio Padauiri (médio rio Negro). Este tuchaua lhe informou o seguinte:

> "*Por ocasião da alta da borracha - em 1912 - atraídos pela abundância desse produto no rio Padauari, para lá emigraram muitos habitantes do Xié, conduzidos por seringueiros que lhes facilitavam o transporte e o aviamento; mas o Padauari era o celeiro da morte! As febres e o beri-beri dizimaram quase todos aqueles que, seduzidos pela esperança de ganhar dinheiro, lhe penetraram as matas. O impaludismo ceifou centenas de vidas.*"

Curt Nimuendajú, no seu relatório de viagem pelo alto rio Negro feito para o SPI, em 1927, faz um comentário sobre os comerciantes e sua relações com os índios que, com as devidas proporções, poderia ser perfeitamente aplicado à situação atual da região. Senão vejamos:

> "*Todos os que negociam com índios sabem perfeitamente que, salvo raras exceções, nenhum deles paga voluntariamente o que deve, mas só debaixo de maior ou menor pressão exercida pelo credor. Em vez porém de lhe negar a vista, o comerciante, pelo contrário, trata de arrumar quanto antes uma dívida nas costas do índio, já calculando de adquirir desta forma o "direito" de cativar o devedor e de*

obrigá-lo ao pagamento da maneira como o negociante bem entender, ficando o índio assim muitas vezes em condições piores que as do cativeiro, legal, pois não representa para o seu senhor um objeto de valor intrínseco que faz parte de sua fortuna, senão somente o valor daquela dívida. (...) Duvido que exista no meio deles [civilizados da região] um único amigo dedicado dos índios capaz de colocar os interesses destes acima dos seus lucros particulares e das sua boas relações pessoais na zona. Muitos deles fazem até grande empenho de serem nomeados delegados do SPI na convicção de que este cargo entrega-lhe nas mãos a ambicionada posse dos índios, esforçando-os ao mesmo tempo de proceder contra qualquer outro que lhes queira disputar essa posse. Os poucos civilizados que nesta região se encontram são ou foram negociantes e balateiros e como tais viciados no sistema compulsório acima estigmatizado".

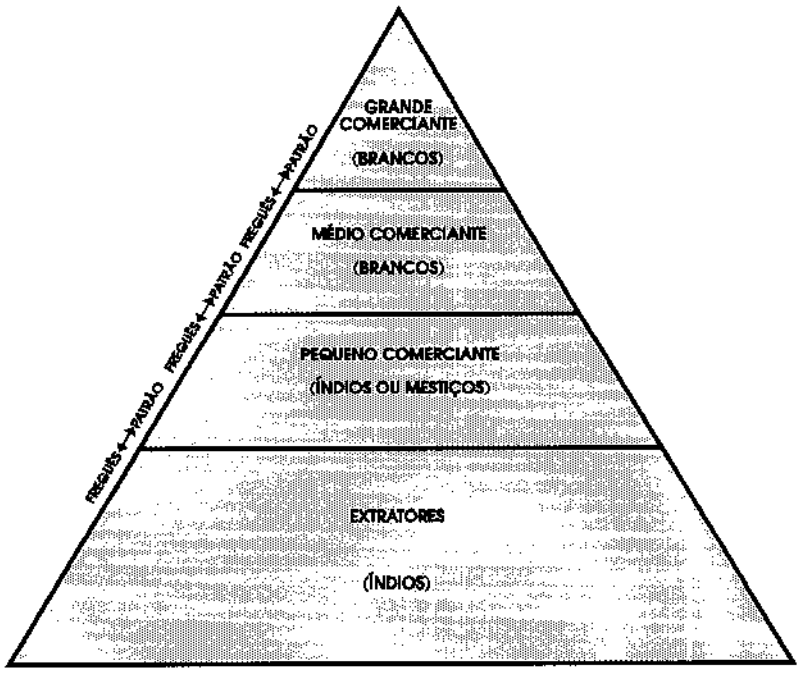
Seguindo na mesma linha, o cientista José Cândido de Melo Carvalho, nos dá este depoimento de 1949, quando viajou por toda a região do alto rio Negro (Carvalho, 1952:23):

"*Todos com quem conversei neste trecho (médio rio Negro) são unânimes em afirmar que certos brancos desta região exploram demasiadamente os índios, obrigando-os a levarem uma vida de verdadeira escravidão. Vão aos altos rios, contratam índios por três meses e, uma vez no médio ou baixo rio Negro, são os mesmos retidos por três anos ou mais. A alegação é sempre a mesma, i. e., o pagamento de contas inexistentes, forjadas a bico de pena, cheias de menções de bugingangas que mais serviriam para brinquedo de crianças, todas vendidas por preços astronômicos.*"

A tradição oral indígena não oferece qualquer contestação a essas histórias narradas por viajantes e pesquisadores. Num depoimento que obtive de um índio Dâw (Maku) da aldeia de Uaroá, próxima a São Gabriel da Cachoeira, este relatou que os comerciantes para os quais trabalharam desde muitos anos (provavelmente desde os anos 40) "não prestavam, nos roubavam, não pagavam bem, brigavam, gritavam, batiam, traziam cachaça e vendiam a mercadoria mais caro". Este relato pude comprovar quando entrevistei um índio Tukano que havia trabalhado na piaçava com aqueles Dâw em 1973: o comerciante, contou, "maltratava

muito os Kamã (Dâw) na época do fábrico da piaçaba no Curicuriari. Vi várias vezes o comerciante enrrabar meninas de 10-11 anos, Kamã, que ele embriagava com cachaça. Quando os Kamã produziam 40 Kg. de piaçaba, ele pagava, em troca, apenas meia lata de farinha. Se produziam somente 30 Kg., não pagava nenhuma farinha. Gostava de embriagar os Kamã no mato, levando várias grades de cachaça."

Outro exemplo é a história de um velho Baniwa, atualmente morador do rio Negro, que cortou piaçava no rio Padauiri entre 1934 e 1942 (dos 10 aos 18 anos), sem sair daquele rio. Conta que seu patrão, de nome "Sargento Guilherme", era um ex-comandante militar de Cucuí. Este havia levado para os piaçabais do Padauiri várias famílias indígenas do rio Xié e Içana que jamais voltaram para casa, apesar de algumas terem conseguido escapar de seu cativeiro, além de ter explorado também os Yanomami que possuiam então uma maloca naquele rio, com cerca de 200 indivíduos, os quais cortavam piaçava em troca de panelas, facas, terçados, etc.



Relação vertical patrão x freguês no quadro social e étnico do extrativismo no alto rio Negro

Enfim, o comerciante se trata de uma categoria heterogênea: historicamente podemos dividí-la em três tipos, tomando como parâmetro básico seu poder econômico e político: grandes, médios e pequenos. Os três principais grandes comerciantes que atuavam no rio Negro desde o início do século até os anos 50 e 60 foram as firmas J.G. Araújo, J.S. Amorim e Higson Co. Ltd. Nesse período, essas firmas praticamente monopolizavam a exploração e comercialização dos produtos para fora da região, mantendo também sob seu controle uma razoável rede de pequenos e médios comerciantes que se distribuiam pelas áreas próximas dos piaçabais ou outros

pontos de exploração. J.G., como era conhecido, tinha uma filial de seu comércio na cidade de Santa Izabel do rio Negro, e era nada menos que o mais poderoso comerciante do Amazonas naquele período.

A categoria dos médios comerciantes, desde o final do século XIX, estava formada basicamente por indivíduos brancos, vindos de fora da região, principalmente do Pará, Maranhão e Ceará, e inclusive do exterior, como venezuelanos, portugueses, espanhóis e seus descendentes. Como vimos, podiam eventualmente estar envolvidos em outras atividades como por exemplo ex-militares do Batalhão de Fronteira de Cucuí, agentes do SPI ou outros cargos da burocracia municipal, como foi o caso do poderoso comerciante Graciliano Gonçalves, dos anos vinte e trinta, que chegou a ser prefeito de São Gabriel, e cujo neto, Juscelino Otero Gonçalves é o atual prefeito da cidade.

Desses comerciantes, ficaram famosos no alto rio Negro principalmente a família de Manduca Albuquerque (que foi Diretor dos Indios), segundo consta maranhense de origem, que era o todo-poderoso do rio Uaupés, juntamente com seus irmãos, e que praticaram todo tipo de violências físicas contra os índios Tukano, sobretudo na exploração de borracha naquele rio. Um de seus apelidos, bastante sintomático, foi o de "tira-couro". Outro famoso comerciante contemporâneo dos Albuquerque foi o espanhol Germano Garrido, cujo poder alcançava os rios Içana e Xié. Contam os índios que os Garrido sempre foram menos violentos que os Albuquerque, tendo havido inclusive lutas armadas entre as duas famílias, no início deste século, na altura da comunidade de São Felipe, antiga moradia dos Garrido, no rio Negro, um pouco à jusante da foz do rio Içana. Vejamos a narrativa de um neto de Germano Garrido sobre aquela época:

> *"Meu avô [Germano Garrido] chegou aqui com 20 anos e gostou do sítio de São Felipe e comprou aí do pessoal e se casou com uma mulher de Marabitanas. Aí pronto! Ele ficou, ganhou muito dinheiro, foi um comerciante forte daqui, era ele que abastecia o Içana todinho, porque naquele tempo os içaneiros, que nem o pessoal do Xié, eles andavam despidos, assim só com cueiozinho, eu ainda cheguei a ver isso... as mulheres só daquelas saiazinhas pretinhas, tudo sujo, e os homens com o cueiozinho, meninos também, no Xié e no rio Içana. Era uns lugares... não tinha comércio, o comércio deles era muito pouco.(...) Então o meu avô abastecia o Içana todinho, o pessoal vinha pra comprar umas coisinhas com ele, sal, sabãozinho, ele era uma pessoa muito rica. Fazia viagens pra cima [Rio Negro, Içana e Xié] e*

mandava os filhos, porque ele teve muitos filhos. Ele não teve só uma mulher não, teve várias mulheres o tuchaua velho aqui do rio Negro, o espanhol velho. Chegou por aqui e aqui enriqueceu pra bem dizer, porque vinha mercadoria de lá da terra dele, pra vender. Porque ele abastecia tudo né, pra bem dizer, **o Içana todo era dele** *[grifo nosso]. Então ele mandava nisso e os Albuquerque [Manduca] mandavam aqui no rio Uaupés naquele tempo. Mas eles eram bárbaros, maltratavam muito os índios..."*

Essas duas famílias constituiam claramente dois "feudos" na região, disputando entre si espaços de poder local. Com violência física ou não, porém, esses comerciantes todos, como apontou Nimuendajú de forma precisa, praticaram a extorção do trabalho indígena no extrativismo: borracha, sorva, piaçava, balata, ucuquirana, peles de felinos, ou seja, tudo o que a mata e o trabalho indígena poderiam produzir para o mercado. Este médio comerciante tinha fregueses indígenas e vendia o produto extrativo para Graciliano Gonçalves, que por sua vez o revendia a J. G. Araújo ou outros grandes comerciantes de Manaus. O abastecimento de mercadorias era feito pelo caminho inverso, desde o grande comerciante de Manaus.

Dentre os pequenos comerciantes, houve muitos descendentes de Baré que naquela ocasião preferiram ocultar sua origem indígena e assim penetrar na rede de comércio acima apontada, mas geralmente trabalhando na base dessa estrutura de poder, e assim sendo interlocutores tanto dos produtores diretos ("fregueses") como dos médios comerciantes. Observei que esses pequenos comerciantes indígenas foram mais frequentes na região à jusante de São Gabriel da Cachoeira. Ocorreu também que muitos comerciantes brancos, como Germano Garrido, casavam na região com mulheres indígenas, muitas do povo Baré, provocando grande miscigenação na área do rio Negro, e criando vínculos de parentesco e compadrio entre os comerciantes brancos e os índios, e abrindo espaço para alguns "cunhados" indígenas que atuavam como pequenos intermediários entre ele e os fregueses.

Essa rede de pequenos, médios e grandes comerciantes foi responsável em grande parte pelo deslocamento compulsório de populações indígenas de suas regiões de origem, apontadas acima, para as áreas de exploração extrativa. Entretanto, quando do final do "fábrico" ou após a crise de certo produto, como foi o caso da borracha e da balata, muitas famílias ou indivíduos retornavam a suas regiões. É nesse sentido que a exploração do trabalho extrativo pelos comerciantes é um dos componentes fundamentais para se compreender, hoje, as sociedades indígenas do alto rio Negro. Um exemplo disso é a situação atual dos Baré, muito envolvidos

nesse trabalho, que buscam reconquistar sua identidade.

Nos últimos trinta anos, principalmente devido ao decréscimo da atividade extrativa na região, provocada sobretudo por fatores externos[1], a categoria do "grande comerciante", tais como J.G. Araújo e Higson, passou a ser ocupada pelas grandes empresas mineradoras. Com poder reduzido, mantem-se apenas o "pequeno" e o "médio" comerciantes, este último agora estabelecendo a conexão com o mercado fora da região. A maioria dos pequenos comerciantes é indígena, que negocia com seus patrões mestiços ou brancos. Há porém muitos médios comerciantes, como no caso dos que atuam no rio Xié, que mantêm seu vínculo diretamente com os fregueses, sem o intermédio do pequeno comerciante. A tendência atual deste é ser "independente", ou seja, vender o produto direto em São Gabriel da Cachoeira.

B. O tempo dos patrões.

Milton Baltazar, do povo indígena Baré e morador da comunidade de Campinas, no rio Xié, tem hoje 53 anos. Começou a trabalhar no extrativismo ainda adolescente, por volta de 1950. Seu pai, Manoel Baltazar, hoje com cerca de 80 anos, morador de Cumati-cachoeira, também teve essa trajetória, tendo principiado a trabalhar já nos anos 20. Tanto seu Manoel quanto seu filho Milton, como também os outros Baré e Werekena, moradores do rio Xié, como vimos, vêm desde o início deste século trabalhando no extrativismo da borracha, da balata, da sorva, da piaçava, entre outros produtos. Vejamos a trajetória do senhor Milton:

> *"[Eu nasci] aqui no rio Xié mesmo, lá em cima. Eu comecei [no extrativismo] assim com quinze anos já né, mas quando eu tava pequeno ainda mesmo de dez eu já estava trabalhando aqui nesse rio mesmo, [com] piaçava, seringa, borracha pra bem dizer né, cipó, é só mesmo o que eu trabalhava aqui. Tem sorva também, eu trabalhava também sorva. A gente começava antigamente, era tinha esse tal... tinha um branco aqui, eu comecei era com um tal de finado, chamava ele Lucas mesmo né, daqui. Eu comecei com ele, trabalhei com ele. Lucas, ele veio lá de baixo, da cidade, eu não sei mas ele era lá de baixo. Aí eu comecei, aí entraram outros, né. Primeiro começou a trabalhar por aqui foi o seu Wilson Andrade, né. Trabalhei*

1 Ver capítulo II.

piaçaba com ele ainda aqui no Xié mesmo. Com esse, agora-agora já né, depois que eu já me casei, né. Antes dele era com o finado Lucas, que eu já falei né, antigamente ainda, quando eu estava pequeno ainda. Depois daí que eu já saí já pra trabalhar lá pra baixo. Eu tinha quinze anos, como eu falei né, trabalhei com o finado, um tal de, aquele finado, ele morava lá no Padauiri né, o nome dele é Sargento Guilherme, passei assim quase três anos com ele pra lá. Eu trabalhava lá com ele piaçava, mesmo, lá no Padauiri, tem um galho, era o nome tabaco, aí nesse galho, a gente trabalhava piaçava, a gente ficava trabalhando até nós pegamos um galho, um igarapé lá de baixo já, era galho do Aracá, era nome cabeçudo. Do rio Aracá já, a gente pegava o igarapé tabaco e depois o galhozinho, como eu falei, pelo varador. Tudo piaçaba. Fiquei três anos lá, só lá em cima, na boca não. Rio Preto depois que eu já saí de lá, depois de três anos aí eu fiquei lá pela boca já. Aí, quando eu cheguei pra cá [de volta], já tava com 18 anos já. Aí eu fui de novo, voltei de novo. Aí eu fui trabalhar com o Adolfo Padrón, ele morava no rio Jurubaxi. Aí eu fui lá pro rio Branco já. Lá eu fui trabalhar castanha já, só castanha. Tem um galho Anauá, aí nós trabalhamos. Nós ficamos lá quatro meses. Depois não voltei mais pra lá. Eu morava lá no sítio dele, aí no Jurubaxi, aí eu fiquei três anos e meio morando lá. Eu trabalhava lá no Jurubaxi, sorva, cipó, ucuquirana, maçaranduba do igapó, a maçaranduba tirava o leite pra fazer bloco mesmo, né. Depois eu voltei de lá já pra cá, subindo, aí eu fui trabalhar já pra esse tal de Marié também, fiquei seis meses lá. Eu trabalhava com o irmão dele [Adolfo], um tal de Miguel Padrón. Eu já estava com uns vinte e três anos, por aí, né. Lá eu trabalhei piaçaba, aí eu fiz espia de piaçaba. Nós fizemos de 5, de 3, de 4 polegadas, com 60 metros. Lá nós fizemos cem peças, que é aquele enrrolado de corda".

Pode-se notar nesta narrativa que a vida do senhor Milton teve fases distintas, pontuadas sequencialmente pelos patrões aos quais estava relacionado, fases que combinavam, por sua vez, com a produção de extrativa em certas regiões determinadas pelo patrão. Durante toda sua vida, portanto, vivia na órbita de alguns patrões, mas não sem tensões e conflitos que gerassem mudanças orbitais eventuais.

Esse tipo de formulação cronológica não se restringe aos índios do rio Xié, mas também pode ser observada entre os Baniwa do rio Içana, como demonstram os depoimentos desses índios recolhidos por Adélia Oliveira no Içana em 1971 (1979:10-29), dos quais podemos tomar aqui um exemplo:

"Nasci em Sta. Rita (Rio Cuiari), lugar que fica acima do Tunuí. Vivi lá até 10-12 anos. Por essa época o padre José e os regatões andavam por lá. O pai vendia farinha para os regatões. A gente não trabalhava com cipó nem sorva nessa época. Depois viemos para maçarico, viver com o Miguel, pai de Eduardo. Ficamos lá pouco tempo. Só cinco meses. Fomos para Acutiacanga. Meu pai foi quem criou o lugar. Só morávamos nós nesse lugar. Trabalhávamos para regatão, vendendo a eles farinha, ucuquirana, chiclê. Nesse tempo ainda não trabalhávamos com sorva. Eu tinha 12 anos. Vivemos lá bastante tempo e aí chegou um regatão pedindo gente pra trabalhar com chiclê, acima de Cucuí, na Colômbia. O patrão era o João Garrido, um brasileiro. Eu fui sozinho trabalhar com maçaranduba (chicle). Tinha mais ou menos 15 anos e o patrão me tratou como se eu fosse filho dele. Vivi lá sete meses. Depois subimos mais na Colômbia, indo até a cabeceira do rio Negro. Além de mim haviam outros Baniwa (Corripaco), da Colômbia. Subimos mais até o Inírida, na boca do Papunaua. Tivemos que pedir permissão a um comissário, pagando ilegalmente, para trabalhar com maçaranduba. Aí em cima trabalhei dois meses. Depois baixamos até a casa do comissário, acima de Cucuí, na Colômbia. Depois paramos no Cucuí para visitar o comandante. Aí voltei para Acutiacanga. Vivemos aí, fazendo roça, vendendo chicle, farinha. Outra vez chegou regatão e eu fui trabalhar com ele, ajudando a comprar farinha. Carregar farinha, remar, cozinhar, era esse o meu trabalho. Chegamos até a boca do Janá, afluente do Cuiari, fronteira com a Colômbia. Tinha por essa época 17-18 anos. Vivi mais um tempo em Acutiacanga, sempre em contato com regatões. (...) Quando tinha cerca de 18 anos fui para a Venezuela trabalhar com seringa para D. Ugulina. Voltamos para Acutiacanga. Só a minha família continuava a morar aí. D. Ugulina era boa. Era viúva. Pagou em roupas, sal, terçado, tudo aquilo que precisava. Voltamos para Acutiacanga e aí vivemos um ano, quando chegou novamente o empregado de D. Ugulina. Voltamos a trabalhar com seringa. Fui eu, Guilherme e o pai. O resto da família ficou. Quando voltei para Acutiacanga, uma outra família, parente nossa, lá foi morar. Aí eu gostei de uma moça e ela de mim mas a mãe dela não deixou a gente casar porque ela era muito menina. Depois disso a família dela saiu de lá e a minha família foi passear em Santa Rita. Vivemos lá algum tempo e depois voltamos para Acutiacanga. Sempre passeávamos pelo rio Içana. Eu ia muito a Ambaúba, nas festas. Tinha comida, caxiri, e cachaça destilada feita por eles mesmos. Aí eu comecei a namorar a Júlia. (...) Fui viver com Júlia um pouco na casa do pai dela e aí voltei para cá. Por essa época nasceu meu primeiro filho, o Ronio. Vivemos aqui.

Nasceu o Herme. Depois disso fui com toda a minha família, trabalhar com piaçaba no rio Padauiri, abaixo de Tapuruquara. Achei o patrão [Sargento Guilherme] muito ruim. Ele berrava muito com a gente. Um dia, um companheiro nosso perdeu-se no mato. Como depois de um dia ele não voltasse, eu e outros fomos atrás. Quando chegamos, depois de encontrá-lo, o patrão brigou bastante, principalmente com Guilherme, meu irmão, porque havíamos perdido um dia inteiro de trabalho. Depois, como meu filho Herme morresse de malária, resolvi vir embora, junto com os outros da família. Aí fomos falar com o patrão e ele zangou muito. Eu também fiquei zangado e viemos embora sem receber o saldo. Vivemos em Tapuruquara um mês. (...) Nós todos então viemos na lancha do padre José até Uaupés [São Gabriel]. Guilherme continuou na lancha pequena do padre e eu fiquei com meu pai e Júlia em Uaupés. Depois viemos à remo até Nazaré. Gastamos duas semanas. Quando chegamos aqui, as casas estavam feias. Arrumamos e vivemos por aqui. José nasceu no Padauiri. Elizabete nasceu depois da volta. Vivi aqui cerca de quatro anos. Aí fui para a Venezuela levando o Ronio, o Chico, o Raimundo, irmão da Júlia. Passamos lá 8 meses trabalhando piaçaba. Paulino já estava casado e trabalhando lá. Ganhei dois lampiões, um fogão à querosene, seis panelas de alumínio e roupas (6 camisas, 5 calças). Voltei até Nazaré. (...) Aí achei que ganhava mais trabalhando na Venezuela. Aí fui com a mulher, os filhos, o pai, Guilherme, para a Venezuela. Ficamos muito tempo. Fizemos roça. Aí nasceu Florinda. Trabalhamos com piaçaba e, depois, no verão, com seringa. Nesse tempo era bom o preço da seringa na Venezuela. Trabalhávamos para um patrão mas morávamos com o Paulino. Tínhamos roça. Por essa época ganhei um motor Arquimedes de 12 HP, uma máquina de moer café, um lampião, uma máquina de costura, algum dinheiro e roupas. Vivi lá cerca de três anos. Com o dinheiro, comprei gasolina, óleo para o motor. Aí emprestamos uma canoa de 12 metros do patrão e voltamos. Aí fiz uma canoa de madeira, prego, com toldo e tornei a voltar, levando a canoa do patrão à reboque. Fui com toda a família, inclusive alguns parentes da Júlia. Éramos 14 pessoas. Ficamos dois anos lá trabalhando com o patrÃo anterior, em seringa. Morávamos com Paulino. Nasceu Fausto. Deixei a família lá e voltei só com o José. Fiquei aqui uma semana e voltei com Guilherme, José e Eduardo porque a farinha e a seringa valiam bastante. Farinha aqui o preço tinha caído até Cr$ 3,00 a lata (12Kg.). Isso foi tem dez anos. Vivi lá mais um ano trabalhando com o mesmo patrão, em seringa. Ganhei camisas, panelas, etc. Meus dois filhos, Ronio e Fausto, morreram de sarampo por lá. Aí eu fiquei triste e voltei. Eu também quase morri de

sarampo. Depois disso fui a São Filipe, Cucuí, passear, vender farinha, sorva. Só fiquei andando pelo rio Içana. Trabalhei com piaçaba acima de Cucuí, para um colombiano em Guadalupe, na Colômbia. Fiz três viagens a Guadalupe. Ficava de cada vez trinta dias porque o capitão só dava ordem para isso. O capitão da fronteira. Ganhei como pagamento roupas, panelas, sabão, rede. Regatão, crente, sempre estão por aqui. Muitas vezes trabalho com cipó, farinha, sorva, para vender aos regatões que passam por aqui. Algumas vezes vou até o armazém que os Coimbra têm acima de Tunuí. Troco ralos, farinha, sorva, por roupas, querosene e outras utilidades".

Este depoimento de uma vida inteira expõe novamente como os índios "trafegaram" e "construiram" suas existências em volta dos regatões e da produção extrativa. Mesmo sem citar o nome de muitos patrões, é bastante evidente que toda essa trajetória de vida está pontuada ou marcada espaço-temporalmente pelas relações que esse freguês manteve com diversos comerciantes, que também são caracterizados de forma diferenciada, destacando-se aqueles "ruins" e os "bons", cujas diferenças entre si parecem depender das formas de relação de poder entre patrão e freguês, ora a violência explícita, no caso do Sargento Guilherme, ora "paternalista", ou seja, "o patrão me tratou como se eu fosse filho dele". Tal duplicidade ainda pode ser observada atualmente no caso particular do extrativismo da piaçava no rio Xié.

Podemos ilustrar essa visão espaço-temporal a partir de um exemplo: uma migração forçada de trabalhadores indígenas do Xié para o corte de piaçava, levada a cabo, nos anos 40 e 50, pelo Sargento Guilherme, regatão. Personagem que se tornou conhecido pelos índios do Xié e Içana como um indivíduo bastante violento e explorador. Foi o "tempo do Sargento Guilherme", que por sua vez está associado aquela migração forçada ao rio Preto.

Depoimento colhido por Oliveira (op. cit.:20-21) informa que várias famílias Baniwa se deslocaram com o comerciante e trabalharam com ele da seguinte forma:

"*Fomos na lancha do Sargento Guilherme, trabalhar para ele em piaçaba. Ele não foi correto, não pagou direito. Ficamos lá nove meses. Trabalhei cerca de 4.500 Kg. de fibra e só recebi como pagamento uma calça, três cortes para vestido, uma panela de alumínio e um par de sapatos. E ganhava um paneiro de farinha por mês. Não pagou o saldo prometido*"

Num momento imediatamente anterior à migração forçada que o Sargento Guilherme provocou no Xié, em 1943, este teve um entrevero com seus fregueses de piaçava que então trabalhavam no Igarapé Iá, afluente do rio Marié. Tive a oportunidade de entrevistar um desses fregueses, que narrou a história que ficou gravada em detalhes na sua memória. Trata-se de um acontecimento paradigmático que pode ilustrar a situação da exploração extrativa no rio Negro neste século, como também as relações de poder regional, demonstrando, por antecipação, o sofrimento que as famílias posteriormente levadas do Xié para o Padauiri passaram nas mãos desse comerciante. De fato, não é sem motivos que os índios do Xié e Içana façam tamanha alusão aquele período de sua história recente.

O "marinheiro" (freguês que trabalhava como remador no barco do patrão) do Sargento Guilherme em 1943, Sr. Graciliano, hoje morador e capitão da comunidade N. S. Auxiliadora, na ilha de Uábada, rio Negro, próximo à foz do rio Cauaboris, conta que seu patrão viajava muito ao Xié, "só pra lá que o patrão regateava, comprava farinha, chicle, ucuquirana, piaçaba mesmo". Conta que teve uma briga com seu patrão, provocada pela exploração de piaçaba no rio Marié, e somente depois dessa época o Sargento começou a transferir pessoas do Xié para o Padauiri, portanto já no final dos anos quarenta. Vejamos o seu depoimento:

> *"Essa história de briga nossa com ele foi negócio de produto mesmo, de piaçaba, preço de piaçaba, ele prometeu de pagar Cr$2,00 naquele tempo, veio embarcar produto aqui pro finado Amado [outro comerciante]. Deixou nós lá [no rio Marié] com uma lata de farinha pra cada freguês, né. E passou vinte dias pra cá. A farinha acabou, nós passemos oito dias sem farinha, sem comer, sem nada, só comida mesmo, peixe, alguma coisa, sem farinha sem nada. Tinha gente, aquelas velhas, não aguentava mais com fome, andava caindo já. Aí já que ele chegou, já pra brigar, como diz o outro. Aí ele deu uma garrafa de cachaça pra cada um, pra cada freguês. Mas ninguém tinha bebido ainda, sabe, nós deixemos tudo lá, ele começou a conversar e tal, aí numa brincadeira com meu companheiro, eu falei né, com meu companheiro, "rapaz, abre tua garrafa de cachaça!", eu brincando com ele né, com o rapaz, "vocês que fizeram muita piaçaba, abre logo pra nós beber!". Aí ele respondeu de lá, o Sargento Guilherme, que estava sentado numa caixa. Ele estava sentado na beira do barracão. "E tu", ele disse, "quantos pacotes tu fez?", eu disse, "eu fiz 21 pacotes". Agora, tem quatro no meio do varador. Não pude trazer porque eu levei uma espetada no pé, aí não podia mais carregar peso, aí deixei no meio do varador. Aí ele disse pra mim: "pra pagar conta precisa de muita produção, esses 21*

pacotes não dá pra pagar conta não!", assim gritando, não foi assim falando baixo, né. Aí eu falei: "não sei, o senhor prometeu pagar Cr$2,00 o quilo de piaçaba, agora vem com conversa de Cr$1,00", eu disse. "Assim nesse preço ninguém paga a conta", eu disse. "Vocês tão é roubando", eu disse. Aí ele levantou e falou: "quem é que rouba!?", "quem é que rouba é o senhor porque o senhor está dizendo que está pagando a Cr$1,00, o senhor prometeu de pagar a Cr$2,00 prá nós", eu disse. Aí ele disse, "repete a palavra, quem é que rouba!?". "Quem rouba é o senhor mesmo", eu disse. Aí ele levantou, eu estava sentado, aí ele trouxe assim uma garrafa de cachaça, que estava perto dele. Quando ele levantou e me deu aquilo eu aparei a garrafa e empurrei ele, e caiu pra lá, eu peguei a garrafa e joguei pro lado. E quando ele levantou de novo, ele trouxe um molho de tabaco, pulou em cima de mim e eu sapequei nele bem no pé do ouvido e caiu pra lá. Mas eu não fiquei abraçado com ele, dei aquele mas eu pulei pra trás. Aí parece que o meu irmão viu que eu estava brigando com ele, aí ele veio atracar ele, assim de trás. Aí ele tinha uma faca na cintura, ele era sargento, né. Pegou, não sei de que jeito que ele furou, parece que pegou bem aqui em cima do pulmão, na costa. Aí meu irmão mais velho correu e segurou na mão dele, e a faca estava presa, porque a faca de punho de chifre, tinha uma segurança que ninguem podia sacar. Aí que eu fui ver, ele estava assim, aí a faca chega estava tremendo, eu vi aponta da faca e ela estava cheia de sangue, quase dois dedos na ponta da faca. Quando eu espiei assim, eu vi meu irmão estava cheio de sangue, né, estava espirrando pra fora. Aí meu irmão me disse, "mata ele que ele já me matou", aí ele correu foi pegar um terçado e foi dar nele mas não entrou não, estava fraco já, aí nós seguremos ele, que estava tremendo. Aí veio um empregado dele, era um soldado também reservista. Veio deu um jeito na mão dele, abriu, nós tiramos a faca, aí segurei ele assim, meu irmão do outro lado, ele foi descendo lá pras canoas, né, e nós aguentando ele, quando estava perto da beira, nós larguemos, aí ele foi chamar o empregado dele, que chamava Mafumba, "Mafumba, vem pra cá que eles vão me matar!, "eu não fiz nada pra eles!", ele respondeu. Ele saiu com a canoa, com a velha dele sentada na canoa. "Mafumba, traz o meu rifle com bala!", ele disse. Aí eu lembrei que ele tinha um rifle pendurado, naquela hora eu estava aperreado já, eu peguei, pensei que tinha bala, eu disse, naquela hora eu chamei ele de "meu padrinho": "meu padrinho olha pra cá que eu vou espocar tua cara de bala!", quando ele espiou eu atirei, não tinha bala no rifle, e eu atirei o rifle no rio, na água. Aí ele fugiu, foi embora. Aí nós arrumemos nossa bagagem, nós fomos buscar nossa bagagem lá no centro. Voltemos e viajemos com ele na nossa frente. Veio fugindo.

Pegou o motor dele no remanso da cachoeira do Cancão [rio Iá, afluente do Marié] e veio embora. Aí nós chegamos, aí tinha um patrão trabalhando com piaçaba. Aí nós paremos com ele. "Rapaz - ele disse - esse homem vai morrer, tá bom de vocês parar uma semana aqui pra nós dar remédio, um purgante, alguma coisa". Aí nós passemos uma semana. Aí, depois de uma semana, dia primeiro, nós baixemos pra cá, encontro do patrão dele, do finado Amado. Nós aproveitamos o reboque e viemos até a boca do Marié. Na boca do Marié tinha delegado lá. Acho que o homem veio na nossa frente e tinha contado já como foi que aconteceu. [O delegado] era Antonio Fernandes de Abreu, um velhote do Maranhão. Quando nós chegamos, ele foi logo gritando: "vocês que deram no Sargento Guilherme!?", eu disse foi eu, mas ninguém bateu nele não, eu dei duas vezes no pé do ouvido e só foi isso. Não - disse ele - "vocês caboclos estão acostumando de bater nos brancos". Gritou comigo. Eu disse não. "Vocês deram", ele disse, "perna dele e braço está tudo roxo", gritando lá com nós. Aí acalmou, e disse, "vamos fazer depoimento". Ele leu lá o depoimento que ele [Sargento Guilherme] fez. E digo não, não foi assim que aconteceu primeiro, ele fez o depoimento dele todo contrário. Aí eu dei o meu depoimento, passemos três dias mais aí nós subimos pra São Gabriel, com aquele faqueado já, né... Nós chegamos com o delegado, o delegado era o Sr. Amâncio. Ele disse: "vocês que brigaram com o Sargento Guilherme?". Eu disse: "fomos nós". "Temos já depoimento aqui que ele deu". Ele foi dá depoimento. Eu disse: "não, isso aqui é depoimento tudo contrário, não foi assim não. Aí eu contei pra ele (o homem estava quase pra morrer), ele [Sargento Guilherme] foi embora, foi pro sítio buscar a família dele, na boca do Xié. Aí ele baixou, nós subimos, aí nós botemos o rapaz no hospital e as irmãs (naquele tempo era as irmãs), disseram que estava tuberculoso e botaram ele pra fora. E o prefeito queria me prender porque eu dei no Sargento Guilherme, tudo isso. Aí chegou meu padrasto, minha mãe, aí nós levemos ele lá pro sítio, pra boca do Xié. Aí tornaram a chamar de novo, pra nós fazer outro depoimento. Baixemos de novo pra São Gabriel, baixemos no motor do finado Heráclito. Viemos até na boca do Marié. Aí baixou o Inspetor dos Indios [chefe do SPI local, Ataíde Ignácio Cardoso], baixou o comandante de lá da fronteira, um sargento, sargento Ivan. Aí ele perguntou de nós como foi que aconteceu. Eu digo, aconteceu assim. Aí ele [o chefe do SPI] disse assim: "eu não posso fazer nada viu, o que eu posso fazer por vocês? Você sabe ler, sabe escrever?". "Nós sabemos sempre alguma coisa", eu disse. "Então vocês vão escrever pro Delegado Geral de Manaus pra vir resolver esse caso, porque esse daqui não resolve nada". Aí nós fomos fazer uma papelada lá, como foi que aconteceu

primeiro, tudo, aí eles levaram e nós subimos lá pra casa. Passado uma semana chegou o Delegado Geral de Manaus, veio buscar nós. "Foram vocês que brigaram com o Guilherme?". Foi. "Tá bom, eu já sei de tudo, não tem o que vocês conversar comigo. Como é que uma pessoa tira sangue de uma pessoa e não vai pro xadrez?", ele disse."

Esta narrativa evidencia claramente a postura das "autoridades" locais no trato de uma questão como a que foi contada, entre patrão e fregueses. O chefe do SPI, Ataíde Cardoso, toma uma posição explicitamente contrária aos índios, lembrando aqui os comentários de Nimuendaju acerca dos delegados regionais do SPI no alto rio Negro. No "tempo" de Ataíde Cardoso, que era também comerciante na sua época de SPI, manteve uma grande atividade no rio Xié, comprando piaçava em "espias" e "fardos". Nos anos 50, Eduardo Galvão (1979:156) observou que "o controle exercido pelos poucos patrões que monopolizam a exploração [de piaçava no rio Preto] é demasiado rigoroso e que a chibata ainda é um argumento para os fregueses recalcitrantes. Ao nosso tempo, um delegado especial da polícia de Manaus, investigava essas alegações".

As relações de Cardoso eram mantidas com o capitão Cândido e, após sua morte, com seu filho Viriato Cândido. Nomeou este último, em 1953, oficialmente Capitão do Tunu, o que lhe configurava um enorme poder local, sobretudo como um tipo de micro-patrão, que controlava os fregueses do Xié e comandava a produção de piaçava em Tunu, parte dela "comprada pelo SPI". Contam os índios, que o capitão Viriato denunciava qualquer disputa ou briga interna dos índios ao Ataíde, e quando este vinha recolher o produto, levava os acusados para trabalhar compulsoriamente em seu sítio numa ilha do rio Negro, como uma forma de punição. Observa-se aí como o agente do SPI utilizava sua posição de "autoridade" para conferir poderes ao líder indígena que lhe servia que, por sua vez, manipulava o status de capitão a si conferido para adquirir poder e prestígio em relação a seus pares. E tudo em benefício de seu comércio.

Em relatório do SPI de 1957, Ataíde Cardoso deixa claro sua participação, utilizando-se das vantagens de seu cargo, da exploração extrativa e do trabalho indígena. E ainda assim reclamava do pagamento dos impostos à coletoria estadual. Vejamos:

"Outro caso a resolver: em todos os municípios foi criado pelo Governo do

Estado o cargo de fiscal de terras e em nosso Uaupés já temos um. O cargo é Delegado Regional de Terras e não fiscal, como acima mencionei. A função é cobrar e proibir extração de produtos em terras devolutas do Estado, sem autorização do governo. Como sabe, a Ajudância vem se mantendo com a sua produção conseguida em terras legitimamente pertencentes aos índios, produção esta feita pelos próprios índios que são assistidos (sic) por essa ajudância. Peço informar se essa produção, seja cipó, sorva, borracha, balata, piaçava, etc, está sujeita ao pagamento desse imposto de taxa de exploração de terras que o governo estadual cobra, ou seja de 12 1/2 % sobre o bruto. Esse imposto conforme exigência atual é pago sem apelo na sede do Município. Sobre o assunto solicito esclarecimentos urgentes..."

O Sargento Guilherme foi um ex-comandante de Cucuí. Abandonando o cargo, passou a se dedicar ao comércio de produtos extrativos no rio Negro. Não era o único comerciante da região naquele período, mas sua ação tem interêsse aqui por dois motivos: (1) pode ser tomado como um paradigma, na forma como se relacionava com os índios, permitindo uma compreensão de um contexto geral da época; (2) teve uma importância marcante para os índios do rio Xié, muitos dos quais trabalharam e morreram nas suas mãos, sendo por isso lembrado como cruel o "tempo do Sargento Guilherme".

Muitos índios do Xié, após aquela briga acima narrada, foram levados pelo Sargento para trabalhar piaçava nos rios Padauiri e Preto, no médio rio Negro: o "celeiro da morte!", como sentenciara Lopes de Souza em seu Relatório. Este foi o caso do Sr. Milton Baltazar e seu pai, o que demonstra que o militar não sofreu nenhuma sanção punitiva em relação aquele evento, continuando a explorar os índios do Xié. Um depoimento do Sr. Milton informa-nos, completando os relatos do Sr. Graciliano e dos Baniwa do Içana, o que significava trabalhar com o Sargento:

"Mal patrão sim. Se a gente ficava com ele, durante um tempo às vezes, a gente fica com ele e ele não faz a conta da gente né, então a gente não pode sair dele, né. Todo tempo a gente tá pegando mercadoria, a gente vai trabalhar, mas fazer a conta não. Até eu voltei de lá e ele não fez. Nós voltamos de lá com meu pai também. Pra bem dizer fugidos mesmo, né. Ele saiu pra Manaus, aí nós voltamos [pro Xié], quando ele tava pra Manaus, aí a gente veio de lá. Nós saímos à noite, pra passar lá onde ele morava, porque nós morava mais aciminha, nosso sítio, né. (...) Era só eu,

tem mais meus primos, eles tão todos aí no Namoin mesmo, né. E meu pai também, ele tava doente naquele tempo. O pessoal que o Sargento levou ficou tudo lá, até que nós voltamos pra cá, ficou tudo lá mesmo. (...) Como eu disse, ele não fazia a nossa conta, né. Todo tempo, ninguém pode sair dele né. A gente ficava todo tempo trabalhando, passava todo tempo, verão, inverno, a gente ficava na colocação. (...) Nós gastamos um mês e quinze dias, de Padauiri até aqui, à remo mesmo, né."

O patrão que não faz a conta é o patrão que mantém sempre o freguês em débito, mesmo que este deseje fechá-la, ou seja, fazer uma produção grande até pagar tudo que deve, para poder ir embora. Nunca o Sargento Guilherme fechava a conta de um freguês. Desde de que esse entrava no piaçabal, não saía mais. O Sargento possuia um sítio estrategicamente localizado à jusante das "colocações", proibindo a passagem dos fregueses, impondo sua vontade pela força das armas. Mesmo quando viajava à Manaus, deixava "encarregados" em seu sítio cumprindo suas ordens. Um outro informante indígena assegurou-me que todos os fregueses do Xié que foram para o Padauiri morreram de doença, principalmente malária. Manoel Baltazar e família foram os únicos que conseguiram fugir. O Sargento exigia do freguês uma produção certa, no período de um mês. Se o freguês, ao cabo desse tempo, não produzisse o solicitado, deixava o freguês na praia sem barco, e muitas vezes quando retornava no mês seguinte, aquele já estava morto. Um último exemplo: o Sr. Renato Tomás, 41, morador de Anamuin, era o mais novo de cinco irmãos. Seus quatro irmãos mais velhos foram levados pelo Sargento Guilherme para o Padauiri, cortar piaçava, no final dos anos quarenta. Nunca mais voltaram e não teve mais notícias deles.

A atividade extrativista no alto rio Negro envolve uma rede social composta basicamente de dois elementos: produtores ou coletores, "fregueses", e comerciantes ou regatões, "patrões". A definição de "freguês" e "patrão", que são categorias nativas, se modifica em função de relações sociais verticais, ou seja, um "patrão" pode ser também "freguês" e vice versa, dependendo de sua localização dentro da estrutura de poder vertical do extrativismo, que funciona como uma cadeia de "patrões" e "fregueses". Os produtores são, em sua grande maioria, pertencentes às várias etnias indígenas habitantes da região. Tecemos aqui algumas considerações gerais sobre essa figura do comerciante no alto rio Negro, procurando enfatizar as formas pelas quais esse comerciante tem agido na sua relação com os índios. Objetiva-se mostrar que a violência, manifesta de formas diferenciadas, é um fator inerente ao caráter mesmo dessa categoria social historicamente presente na região, mesmo antes do período de exploração da borracha, por volta de 1870 a 1920 (Wright, 1992:264).

Os relatos de alguns informantes Werekena e Baré apontam para uma interessante organização espaço-temporal de suas histórias de vida, que são geralmente divididas de forma cronológica e tomando como parâmetro o "tempo" em que cada indivíduo trabalhou para um certo "patrão" do extrativismo. Ou seja, pode-se estabelecer que um certo evento (uma viagem por exemplo) teria sido realizada no "tempo do patrão A", ou que no "tempo do patrão B" aquele indivíduo estaria tirando balata na Venezuela, e assim sucessivamente. Esses diversos "tempos" estão associados também a variados produtos extrativos que cada "patrão" privilegiava naquele período, certamente vinculados às oscilações de preços provocadas pelas demandas do mercado consumidor situado fora da região. A história de vida do Sr. Milton Baltazar, pôde ilustrar bem essa visão do tempo.

Nesse sentido, observa-se como a figura do patrão está investida de grande importância na história dos povos indígenas do alto rio Negro, e torna-se, como indicamos no início desse trabalho, uma chave significativa para a compreensão de sua presente dinâmica sócio-cultural. Dito com outras palavras, não se pode vislumbrar a vida dos índios daquela região, atualmente, sem considerá-los como grupos que têm sua história construida não somente em função de suas relações sociais internas mas também de suas articulações externas, com o mundo dos brancos.

A partir desses relatos indígenas, podemos constatar também que ao longo da primeira metade deste século, os patrões do extrativismo no alto rio Negro, como atestam os exemplos das famílias Albuquerque e Garrido, desenvolviam estratégias de poder diferenciadas em relação a seus fregueses indígenas. No caso dos Albuquerque, a linha era a da violência explícita, ou aquilo que o antropólogo M. Taussig (1984:467-97) chama de "Cultura do Terror", ou seja, uma cultura em que "o terror e a tortura tornam-se *o* modo de vida", justamente quando se refere a exploração da borracha no rio Putumayo, na Colômbia, no início deste século. Em vários momentos da história do extrativismo no alto rio Negro, creio, essa "Cultura do Terror" foi uma realidade.

Por outro lado, podemos observar que os patrões que adotaram essa estratégia da violência explícita, jamais deixaram herdeiros consanguineos que continuassem seu domínio. No caso dos "bons patrões", como Germano Garrido, estes adotaram uma estratégia de poder diferenciada, e que chamo de "Cultura da Violência Benevolente", ou seja, o controle de poder político e econômico exercido através de relações de parentesco e compadrio, garantindo ao comerciante uma falsa imagem de "bom patrão". Nesses casos, cujo maior exemplo é o da família Garrido, observamos que o poder de comando regional se perpetua no tempo, passando de geração para geração.

Capítulo V - CONCLUSAO.

Nesta dissertação demonstramos como a atividade extrativista é historicamente importante para as populações indígenas do alto rio Negro, e seu estudo necessário para a compreensão do processo de interação delas com a sociedade branca envolvente. Trata-se portanto de um tema fértil para a reflexão histórica e antropológica sobre aquelas sociedades indígenas. A exploração da piaçava foi aqui tomada como paradigmática, tanto pela sua antiguidade como pela possibilidade atual de sua extração ser observada e analisada.

Do ponto de vista econômico e político, constata-se que tal atividade, cujo trabalho se configura como de semi-escravidão, mantêm-se com destaque entre os índios do rio Xié, na medida em que a piaçava representa, juntamente com o cipó, no único recurso natural cuja comercialização permite o acesso daquela população a alguns ítens industrializados de que necessitam, estes adquiridos de comerciantes intermediários. Este é um fator que leva à continuidade dessa atividade na região e que lhe confere uma relevância social.

A contínua demanda do mercado consumidor de vassouras, principalmente nos grandes centros urbanos, levam a crer que essa atividade extrativa deva ter continuidade. Comprova-no recente matéria sobre a fabricação de vassouras de piaçava, publicada no jornal Folha de S. Paulo em sua edição dominical de 11 de julho de 1993, com a seguinte chamada: "Fabricar vassoura dá lucro em pouco tempo: com US$ 3.000, quatro funcionários e cinco equipamentos é possível produzir 480 vassouras de piaçava/dia". Trata-se de uma matéria que procura dar crédito à pequena indústria, no caso a Vicente Capecce & Filhos, que produz vassouras de piaçava desde 1956 em São Paulo. Segundo o jornal, "o faturamento mensal pode chegar a US$ 23 mil", embora "a tendência é que a vassoura de piaçava perca espaço para as de polipropileno, devido ao baixo custo do insumo e a maior rapidez na produção". Vale lembrar que o quilo de piaçava em São Gabriel da Cachoeira no mesmo período custava Cr$ 16.000,00, ou seja, 10% do preço de uma vassoura nos supermercados de São Paulo.

Um outro fator que garante, de certa forma, a continuidade da produção de piaçava no rio Negro, é o da utilização obrigatória da piaçava do Amazonas ("bacina", como é conhecida no Rio e São Paulo) em 1/3 das fibras de cada vassoura produzida, pois as características da fibra amazonense, segundo os fabricantes, proporcionam maior resistência ao produto final. Dados da empresa acima referida indicam que com 2.400 kg de piaçava da Bahia e 1.200 kg da do Amazonas, produz-se 11 mil vassouras.

Levando-se em conta, finalmente, a pressão ambientalista mundial, que tem chegado a

criar mercados de produtos "verdes" na Europa e Estados Unidos, poder-se-á talvez estimular no futuro a produção de vassouras de piaçava, que são obviamente biodegradáveis, não destroem a floresta amazônica e ainda constituem uma forma de garantir a sobrevivência dos povos indígenas que trabalham na sua extração. Todos esses aspectos constituem possiveis variáveis para o extrativismo da piaçava e talvez possam representar algo positivo para os índios do rio Xié.

Por outro lado, partindo-se do pressuposto de que vale à pena estimular junto aos índios a extração da piaçava, pelo valor social a ela investido, deve-se refletir seriamente sobre a estrutura e o funcionamento do sistema produtivo e de comércio desse produto extrativo, e que aliás perpassa todas as outras atividades econômicas extrativas no Noroeste da Amazônia. Tudo que foi apontado neste trabalho em relação à histórica exploração dos fregueses pelo patrão, na exploração da piaçava, permanece nos dias atuais sobretudo na velha diferença entre os preços do produto extrativo e das mercadorias "vendidas" pelos comerciantes, como também no sistema de dívidas.

Os atuais comerciantes mantêm vínculos com seus ancestrais não somente genealógicos e hereditários, como é o caso do neto de Germano Garrido, Ronil Garrido, que é o principal comprador de piaçava do Xié, mas vínculos propriamente de estilo, que pode-se denominar de "cultura da violência benevolente", ou seja, aquela forma de exploração do trabalho que está baseada numa relação de compadrio ou assistencialista, mas que mantém a discrepância nos preços dos ítens industrializados e extrativos. Mas justamente o seu caráter assistencialista, num contexto social de ausência total de serviços que o Estado deveria suprir, faz com que essa forma de violência se perpetue.

Podemos concluir assim que a constituição dos poderes locais no alto rio Negro está vinculada à história do extrativismo, que ainda se mantêm, história essa bicéfala, pois contêm não somente sua face de terror explícito, mas também a do terror fingido, este último garantindo com eficácia a perpetuidade dessa estrutura de poder do aviamento na região.

Nesse sentido, para se estimular o extrativismo deve-se antecipadamente ou simultaneamente, questionar essa cultura que permanece na região, e que está presente não somente entre os comerciantes, mas também na mentalidade dos fregueses, refletindo-se assim nas próprias organizações indígenas recentemente surgidas na região. Desse ponto de vista, a criação de cooperativas indígenas ou redes de comércio indígenas, poderão representar um risco futuro de se reproduzir a "cultura do aviamento" dentro de um espaço político controlado por organizações de base indígenas, cujos líderes poderão manter os extratores diretos na mesma e

eterna situação de endividados. Aos índios e suas organizações creio que devam se perguntar da validade de correr esse risco ou, pelo menos, de encará-lo com seriedade no caso de desafiá-lo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

AKERS, C.E. "Tradução devidamente autorizada do relatório sobre o vale do Amazonas. Sua indústria de borracha e outros recursos", Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1913;

ALDEN, Dauril. "O significado da produção de cacau na regiao amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada", UFPa/NAEA, Belém, 1974;

ALLEGRETTI, M. "Os seringueiros - estudo de caso em um seringal nativo do Acre", Dissertação de Mestrado, UFPa, Belém, 1979;

_____. "Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica", Pará Desenvolvimento 25, IDESP, Belém, 1989;

_____."Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo", Subsídio técnico para a elaboração do relatório nacional do Brasil para a Conferência das Nacoes Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED 92, Curitiba, 1991;

AMORIM, Antonio B. de. "Lendas em Nheengatu e Português". Fundo Editorial - ACA, Manaus, 1987;

ANDERSON, Anthony. "Estratégias de uso da terra para reservas extrativistas da Amazônia", Pará Desenvolvimento 25, IDESP, Belém, 1989;

_____. (ed.) "Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon Rainforest", Columbia University Press, New York, 1990;

ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da S. "Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da comarca do Alto Amazonas", Typographia Commercial de Meira Henriques, Recife, 1852;

ARQUIVO Público do Pará. Códice 617, doc. número 100, 1798;

BAENA, A. L. Monteiro. "Ensaio Corographico sobre a província do Pará", Pará, 1839;

BUCHILLET, Dominique. "Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupés. Conceptions de la maladie et de la thérapeutique d'une société amazonienne", Tese de Doutorado (não publicada), Universidade de Paris-X Nanterre, 1983;

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "O Indio e o Mundo dos Brancos", Difusão Européia do Livro,

Sao Paulo, 1964;

CARVALHO, J.C. Melo. "Notas de Viagem ao Rio Negro", Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1952;

CEDI. "Povos Indígenas no Brasil 1987-88-89-90", Aconteceu Especial 18, São Paulo, 1991;

CHERNELA, J. "Indigenous Forest and Fish Management in the Vaupés Basin of Brazil", Cultural Survival Quartely 6(2):17-18, 1982;

_____. "The Wanano indians of the brazilian amazon: a sense of space", Un. of Texas Press, Austin, 1993;

_____. "Pesca e hierarquização tribal no alto Uaupés", Suma Etnológica Brasileira, Berta Ribeiro (org.), vol.1, Vozes, Petrópolis, 1986;

CLARK, K. & C. Uhl. "Farming, Fishing and Fire in the History of the Upper Rio Negro Region of Venezuela", Human Ecology 15:1-26, 1987;

CORDEIRO, Luiz. "O Estado do Pará: seu comércio e indústrias de 1719 a 1920", Tavares Cardoso & Cia., Belém, 1920;

COUDREAU, Henri. "La France Equinoxiale", T. prémier, Challamel Ainé Éditeur, Paris, 1886;

COUTINHO, J. M. da Silva. Manuscritos (Arquivo do MPEG - FSC, Pmc 20), s/d;

CRUZ, Oswaldo G.. "Relatório sobre as condições médico-sanitárias do valle do Amazonas", Min. da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1913;

DANIEL, P. João. "Tesouro Descoberto no Máximo rio Amazonas", Anais da Biblioteca Nacional, vol. 95 - 2 tomos, Rio de Janeiro, (1757) 1975;

DEAN, Warren. "A luta pela borracha no Brasil", Nobel, São Paulo, 1989;

DIAS, A. Gonçalves. "Dicionário da Língua Tupi", Livraria Sao José, Rio de Janeiro, 1965;

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Viagem Filosófica ao rio Negro", CNPq/MPEG, Belém, 1983;

FERREIRA FILHO, Cosme. "Porquê perdemos a batalha da borracha", Ed. Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1965;

FILOCREÃO, Antonio S. M. "Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativa do sul do Amapá", Dissertação de Mestrado, UFPb,

Campina Grande, 1992;

GALVÃO, Eduardo. "Aculturação indígena no rio Negro", Bol. Mus. Paraen. Emílio Goeldi, n.s., Antrop. 7, Belém, 1959, republicado em "Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil". Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979;

_____. "Encontro de sociedades tribal e nacional no rio Negro, Amazonas", Actas y Memórias 35O Congresso Internacional de Americanistas, México, 1964, republicado em "Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979;

_____. "Areas culturais indígenas no Brasil", Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia 8: 1-41, Belém, 1960;

GOLDMAN, I. "Tribes of the Uaupés-Caquetá Region", IN: J.H. Steward (Ed.) **Handbook of South American Indians**, vol. III:763-798, Cooper Square Publishers, New York, 1948;

GRENAND, Francoise & E.H. Ferreira. "Pequeno Dicionário da Língua Geral", SEDUC, Manaus, 1989;

GURJÃO, Hilário M.A. "Descripção da viagem feita desde a cidade da Barra do rio Negro pelo rio de mesmo nome", RIHGB, T. XVIII, Rio de Janeiro, 1896;

GUSMAO, Saladino de. "Riquezas e Segredos da Amazônia", Rio de Janeiro, 1932;

HERNDON, L. and L. Gibbon. "Exploration of the valley of the Amazon made under direction of Navy Department", Washington, 1854;

HILL, J. "Wuakuenai Society: a processual-structural analysis of indigenous cultural life in the upper rio Negro region of Venezuela", Tese de Doutorado, Universidade de Indiana, 1983;

HILL, J. & E. Morán. "Adaptative Strategies of Wakuenai People of the rio Negro Basin", IN: R. Hames & W. Vickers (org.) Adaptative Responses of Native Amazonians. Academic Press, New York, 1983;

HOMMA, Alfredo. "A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia", Tese de Doutorado nao publicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1989;

_____. "Reservas extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amzônia?", Pará Desenvolvimento 25, IDESP, Belém, 1989;

HUGH JONES, C. "From the Milk River: Spatial and Temporal Processes in Northwest

Amazonia", Cambridge, Cambridge University Press, 1979;

HUGH JONES, S. "The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia", Cambridge, Cambridge University Press, 1979;

HUMBOLDT, Alexandre von et Bompland. "Voyage au Nouveau Continent", première partie, Relation Historique, Tomo Segundo, Paris, 1819;

JACKSON, J. "The Fish People. Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia", Cambridge, Cambridge University Press, 1983;

JOURNET, Nicolas. "Les Jardins de Paix: étude des structures sociales chez les Curripaco du Haut Rio Negro (Colombie)", Thèse de IIIème cycle, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988;

LARAIA, R. de Barros & Roberto da Matta. "Indios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins", Difusao Européia do Livro, Sao Paulo, 1967;

LESCURE, J. P. e A. Castro. "L'Extractivisme en Amazonie Centrale", IN: **Bois et Forêts des Tropiques**, 231, 1992;

LISBOA, Cristóvão de. "História dos animais e plantas do Maranhão", Lisboa, (1625) 1967;

MASCARENHAS, B.M. "Contribuição ao conhecimento de Rhodnius brethesi, Matta, 1919 da bacia do médio rio Negro, Amazônia Ocidental", INPA, Tese de Doutorado não publicada, Manaus, 1987;

MATOS-ARVELO, Martin. "Vida Indiana", Casa Editorial Maucci, Barcelona, 1912;

MEIRA, Márcio. "Laudo Antropológico: Area Indígena "Baixo rio Negro", (manuscrito inédito), Belém, 1991a;

_____. "Baniwa, Baré, Warekena, Maku, Tukano...: os povos indígenas do "baixo rio Negro" querem ser reconhecidos", IN: Povos Indígenas no Brasil - Aconteceu Especial 18, CEDI, Sao Paulo, 1991b;

MÉTRAUX, A. "The hunting and gathering tribes of the rio Negro Basin", IN: J.H. Steward (Ed.), **Handbook of South American Indians** vol. III:861-867, Cooper Square Publishers, New York, 1948;

MORAN, Emílio F. "A ecologia humana das populacoes da Amazônia", Vozes, Petrópolis, 1990;

_____. "Human Adaptative Strategies in Blackwater Rivers", American Anthropologist

93(2):361-382, 1991;

MURPHY, R. "Headhunter's heritage", Univ. Califórnia, Berkeley, 1960;

NIMUENDAJU, Curt. "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés", IN: Textos Indigenistas, Edições Loyola, São Paulo, 1982;

_____. "Mapa Etno-Histórico", FIBGE, Rio de Janeiro, 1981;

OLIVEIRA, Adélia E. de. "São João - Povoado do Rio Negro", Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia 58, Nova Série, Belém, 1975;

_____. "Depoimentos Baníwa sobre as relações entre índios e "civilizados" no rio Negro", Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia 72, Nova Série, Belém, 1979;

OLIVEIRA, Ana Gita de. "O Mundo Transformado: um estudo da 'cultura de fronteira' no alto rio Negro", Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade de Brasília, 1992;

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX", Encontros com a Civilização Brasileira 11, Rio de Janeiro, 1979;

_____. "O Nosso Governo: os Tikuna e o regime tutelar", MCT/CNPq/Marco Zero, São Paulo, 1988;

PEREIRA, Henrique dos Santos. "Extrativismo e agricultura: as escolhas de uma comunidade ribeirinha do Médio Solimões", Dissertação de Mestrado, INPA, Manaus, 1990;

PEREZ, Antonio. "Los Bale (Bare)", IN: Los Aborigenes de Venezuela, vol. III, Caracas, 1988;

PIO CORREA, M. "Dicionário das plantas úteis do Brasil", Vol. V, Ministério da Agricultura - IBDF, Rio de Janeiro, 1974;

RADAMBRASIL, Projeto. "Levantamento de Recursos Naturais", vols. 11, 14, Min. Minas e Energia, Rio de Janeiro, 1976-77;

RANGEL, Alberto. "Inferno Verde", Clichés Celluloide Bacigalupi, Gênova, 1908;

REICHEL-DOLMATOFF, G. "Amazonian Cosmos: the sexual and religious symbolism of the Tukano indians", Chicago, University of Chicago Press, 1971;

REIS, Arthur C. F. "História do Amazonas", Manaus, 1931;

_____. "O Processo Histórico da Economia Amazonense", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944;

_____. "O seringal e o seringueiro", Min. da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953;

SANTA ROSA, Henrique A. "Pela Amazônia Paraense: riquezas e maravilhas", Typ. Arruda, Belém, 1926;

SANTOS, Roberto. "História Econômica da Amazônia (1800-1920)", T.A. Queiroz Ed., São Paulo, 1980;

SOUZA, B. Lopes de. "Índios e explorações geográficas", Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955;

_____. "Do rio Negro ao Orinoco", Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1959;

SILVA, Inácio A. de Cerqueira e. "Corografia Paraense ou descripção física, histórica, e política da província do Gram-Pará", Bahia, 1833;

SILVA, L.P. "Estado do Amazonas: Agricultura, Industria e Comércio", Dicionário Histórico, Geográphico e Ethnográphico do Brasil, 2 vol., Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922;

SILVERWOOD-COPE, Peter. "Os Maku: povo caçador do Noroeste da Amazônia". Editora UNB, Brasília, 1990;

SNAPP. "Subsídio para o plano da valorização econômica do vale amazônico", Min. da Viação e Obras Públicas, Rio de Janeiro, 1951;

SPRUCE, Richard. "Notes of a botanist on the Amazon and Andes", vol. I, Macmillan, London, 1908;

STEWARD, J.H. "The Tropical Forest Tribes", IN: J.H. Steward (Ed.) **Handbook of South American Indians**, vol I, US Government Printing Office, Washington, D.C., 1948;

STRADELLI, E. "Vocabulário Nheengatu-Português", RIHGB, Rio de Janeiro, s/d;

TAUSSIG, Michael. "Culture of Terror - Space of Death. Roger Casement's Putumayo Report and the Explanation of Torture", Society for Comparative Study of Society and History, 1984;

TAVERA-ACOSTA, B. "Rio Negro: reseña etnográfica, histórica y geográfica del território Amazonas", Maracay, 1927;

TEIXEIRA, Carlos C. "O aviamento e o barracão na sociedade do seringal", Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1980;

TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. "As explorações e os exploradores do rio Uaupés

(continuação)", IN: Archivo do Amazonas, vol. I, nº 3, Manaus, 1907;

VERGOLINO, José R. de Oliveira. "A borracha extrativa e a economia amazônica - 1890/1930", Dissertação de Mestrado, UFPe, 1975;

VIANNA MOOG, C. "O ciclo do ouro negro. Impressões da Amazônia", Livraria do Globo, Porto Alegre, 1936;

VIDAL, Silvia. "El modelo del processo migratorio prehispanico de los Piapoco: hipotesis y evidencias", Dissertação de Mestrado, IVIC, Caracas, 1987;

WAGLEY, Charles & E. Galvão. "Os Índios Tenetehara", MEC, Rio de Janeiro, 1955;

WALLACE, A. R. "Viagens pelos rios Amazonas e Negro", Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte/São Paulo, (1853) 1979;

WEINSTEIN, B. "The Amazon Rubber Boom 1850-1920", Stanford University Press, Stanford, 1983;

WOLF, Eric. "Europa y la gente sin história", Fondo de Cultura Económica, México, 1987;

WRIGHT, R. "The history and religion of the baniwa peoples of the upper rio Negro valley", Tese de Doutorado (não publicada), Universidade de Stanford, 1981;

_____. "História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas", IN: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "História dos Indios no Brasil", FAPESP/Sec. Municipal de Cultura/Companhia das Letras, São Paulo, 1992;

Anexo - CENSO POPULACIONAL DO RIO XIÉ.

A. Considerações iniciais.

Antes de apresentar os dados do recenseamento feito no Xié em agosto e setembro de 1992, vou considerar alguns trabalhos passados, realizados também com um perfil de identificar aquela população. O objetivo dessas considerações é o de estabelecer conexões genealógicas entre indivíduos do passado e do presente, procurando esclarecer a compreensão dos nomes das etnias habitantes do rio Xié.

O primeiro levantamento sistemático do rio Xié foi realizado em 1928, pelo Marechal Boanerges Lopes de Souza (1955:21,56; 1959:31-36), em trabalho da Comissão Brasileira de Limites. Neste levantamento, o militar indica uma população total de 165 indivíduos habitando 15 sítios ou povoados. Informa sobre a presença de 35 venezuelanos, dos quais não fornece qualquer informação sobre a sua origem étnica.

No primeiro povoado, Meguerez, Boanerges encontra o venezuelano Pedro Antonio com quatro filhos homens e três filhas. Um de seus genros era nativo do local. Embora sem indicação étnica, podemos supor que Pedro Antonio era Werekena, pois o atual capitão de Vila Nova, de nome Pedro Antonio, que é provavelmente seu neto, nascido em 1933, identifica-se como Werekena, do **sib** Yauareté, o que pelo sistema de descendência patrilinear herdou de seu pai e avô.

Subindo o rio, no sítio Cavaidaruco (Santa Rosa), encontrou Ricardo Tomás, que indicou como sendo um Baniwa do Içana. De fato, entre os descendentes da família Tomás que encontrei no Xié, em Tonu há uma senhora de 60 anos que admite ser Baniwa, do **sib** Tibírari (um pássaro). Há entretanto alguns Tomás, de Anamuin, que embora afirmem pertencer ao **sib** Tibírari, consideram-se Werekena[1]. Nos sítios de Santo Antonio e Juco (Yoco) encontrou famílias de venezuelanos: José Maria Lara e Ramón Galbuena. Não encontrei nenhum descendente dessas famílias no Xié.

Em seguida, no sítio Santa Cruz, aponta a presença do venezuelano Olegário Yarumare. Esta família tem vários descendentes no Xié, tanto na parte católica quanto protestante, sendo todos de origem venezuelana e consideram-se Baré, do **sib** Uiráuaçu (Gavião). A comunidade

---

1 Não pude determinar com precisão se são Werekena ou Baniwa.

de Umarituba, por exemplo, é quase toda povoada por Barés da família Yarumare: são conhecedores, os velhos, da tradição de **Purunamínare**, herói cultural Baré (cf. Brandão de Amorim). Nos sítios de San Antonio, São José e Santa Cruz, segundo o Marechal, todos os líderes eram Yarumari, irmãos do Olegário.

Em Cumati-cachoeira, pousou na casa do Sr. Agostinho Baltazar. Novamente não indicou sua origem étnica. O mais velho representante dessa família atualmente, Manoel Baltazar, morador de Cumati, com 80 anos, afirma ser Baré, mas alguns de seus descendentes mais jovens, quando questionados, têm dúvidas em responder se são Barés ou Werekenas. O fato é que há descendentes Baltazar em Vila Nova, Campinas, Nazaré, Cumati, Umarituba e Anamuin.

Quando chegou em Tunu, Boanerges foi recebido pelo Tuchaua Cândido Gregório. Fala muito a respeito dele, da forma de trabalhar a piaçava e da exploração dos comerciantes. Mas, novamente, não informa explicitamente a origem étnica do tuchaua. Dá porém a entender, no seu mapa, que o capitão Cândido era Siuci (Baniwa), como seu filho Quintino, habitante do sítio Cantagalo. A população dos sítios de Nazaré, S. Marcelino e Altamira, mais à montante, também seriam todos Siucis, segundo o Marechal.

Os últimos moradores do Xié de então, habitantes das taperas de Macuxixiri, Marutupaua e do sítio Pamá, informa serem Baniwa do Içana. É interessante observar que no seu mapa identifica um sítio, no alto curso do rio, de nome "Francisco Narciso", ao qual não faz qualquer referência no texto. Francisco Narciso era certamente o líder desse sítio, e há hoje no Xié vários descendentes dessa família habitando a comunidade de Vila Nova, entre outras. Todos os Narciso identificam-se hoje como Werekena, do **sib** Jibóia.

Em 1970, o linguista venezuelano Omar Gonzalez Nañez entrou no Xié e visitou os sítios "San José" (atual Vila Nova), "Réia", "Kuté", "Nazaré", "Cumachí" (Cumati), "Tonó" (Tunu), "Merey", "Sárapuruka", e "boca de Namuí" (Anamuin): "en cada caserío nos deteníamos y hacíamos entrevistas grabadas a los habitantes, sobre todo a los más ancianos y además recogíamos la toponimia del río". Afirma que não há Werekena neste rio com exceção de sete falantes, indicando a presença majoritária de Baniwa que "vinieron de la población baniva de Maroa y del Caño de Aaki, entre Venezuela y Colômbia. Desde la época de la revolución de Fúnes, Arévalo, Cedeño Lopez (es decir durante el mandato del General Juan Vicente Gomez. 1920-1935) ellos se "picurearon" (huyeron) a la esclavitud y la recluta."

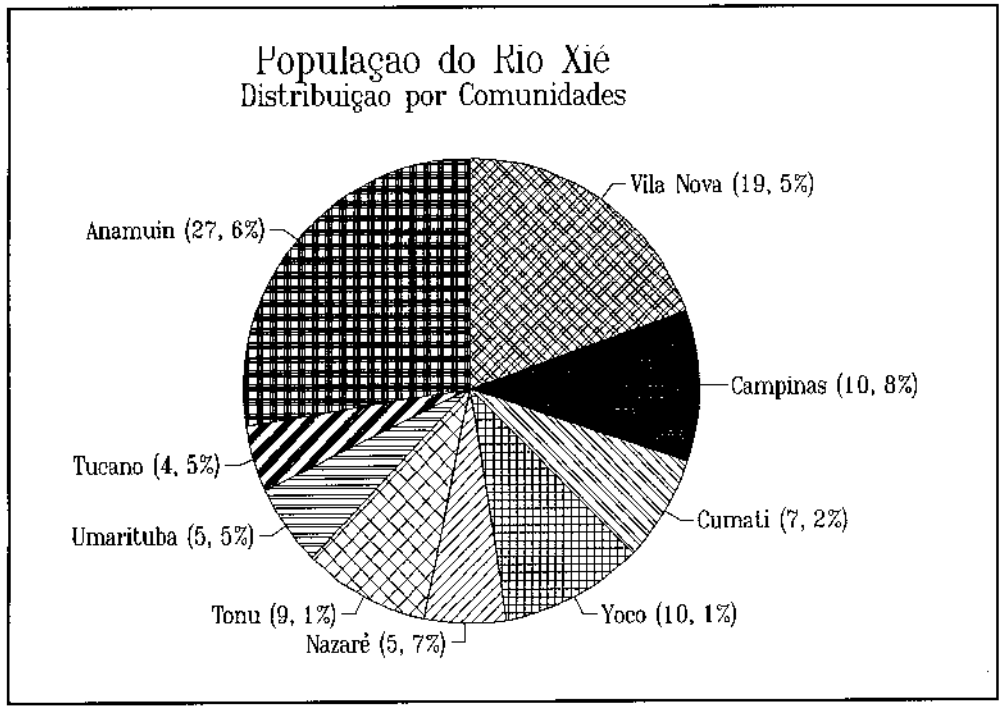
É certo que a população do Xié em grande parte é oriunda da Venezuela, tendo chegado neste rio no início do século, como podem comprovar o testemunho de Lopes de Souza e a memória oral indígena, que enfatiza as histórias do "tempo do Arévalo", ou seja, de Emílio

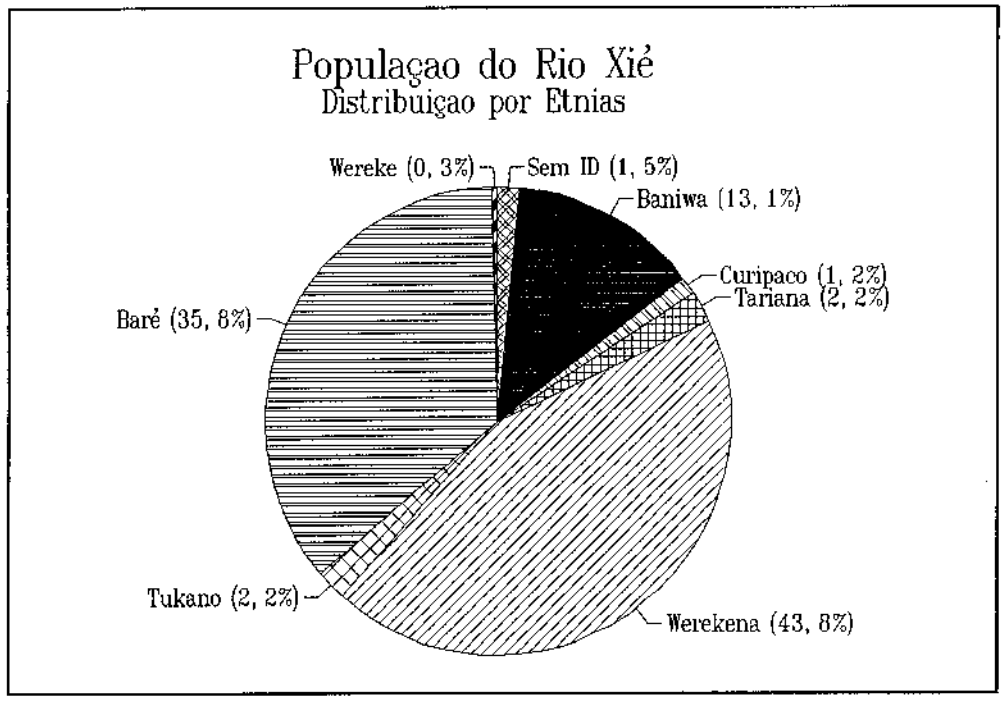
Arévalo Cedeño, que liderou uma guerrilha contra o governo em 1914 (cf. Zavala, 1988:261). Foi no tempo do Arévalo que os ancestrais da maioria das famílias indígenas do Xié vieram para o Brasil.

Mais recentemente, informações obtidas junto à FUNAI de São Gabriel da Cachoeira, atestam que o primeiro levantamento populacional do rio Xié foi realizado em 1986, no contexto de implantação do Projeto Calha Norte, que definiu a região do Xié como uma das áreas indígenas demarcadas no alto rio Negro. Este recenseamento aponta uma população total de 591 indivíduos, habitando 23 comunidades e/ou sítios ao longo do rio. Em março de 1987 foi feito, também pela FUNAI, um levantamento populacional em Anamoin indicando 176 indivíduos. Em dezembro de 1987, segundo um outro levantamento parcial, na mesma comunidade e sítios próximos, haviam 270 pessoas. O recenseamento geral do Xié realizado em 1988 aponta uma população total de 641 indivíduos habitando o rio, divididos em sete comunidades (cada uma reunindo os sítios vizinhos) ao longo de suas margens. Este levantamento foi o primeiro a indicar a origem "étnico-linguística" de cada pessoa, apontando, na soma total, 430 (67%) indivíduos de origem Werekena, 163 de origem Baré, 29 de origem Baniwa, 12 de origem Tariana, 5 Tukano e 2 Arapaço. Esses dados são semelhantes aos fornecidos por uma listagem feita pela Associação das Comunidades Indígenas do rio Xié - ACIRX, em 1990, que aponta uma população geral de 610 indivíduos, habitando 11 comunidades. Destes, 413 são Werekena (67%), 176 são Baré (28%), 20 são Baniwa (3%) e 1 é Tukano (0,16%).

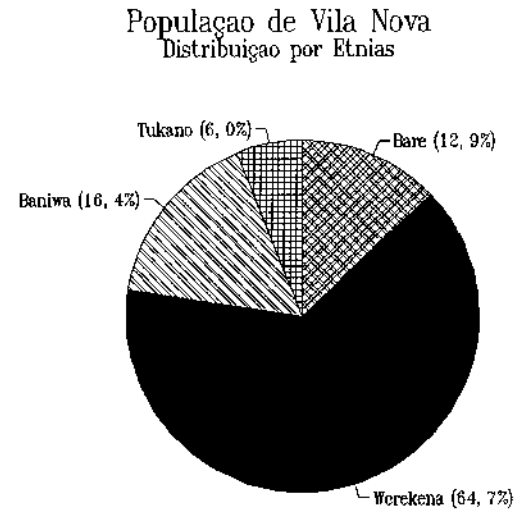
O cruzamento dos dados genealógicos e históricos indicam que a população desse rio é de origem Werekena, Baniwa e Baré, embora pesquisas linguísticas, inexistentes até agora, possam vir a aclarar certas dúvidas que ainda persistem, tal como apontado no capítulo III. Devemos observar, por exemplo, que atualmente muitos indivíduos passaram a assumir identidades novas, o que resultou na existência de **sibs** de mesmo nome entre as três etnias citadas, como pode ser verificado no recenseamento.

B. Quadro Geral da População do Rio Xié.





C. Recenseamento.



COMUNIDADE DE VILA NOVA

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

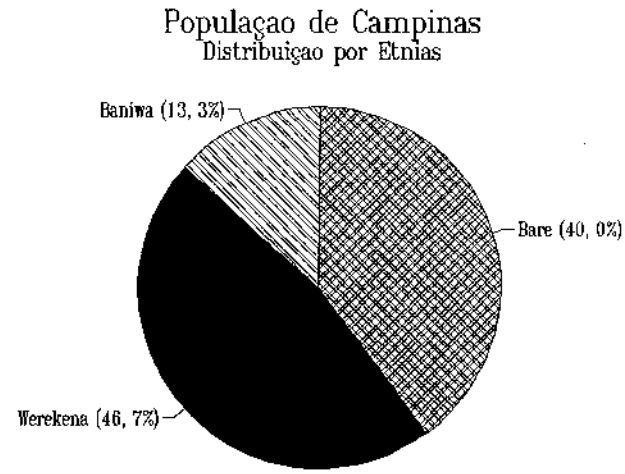
CAPITÃO: PEDRO ANTONIO

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 116

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
001	LORIVALDO BALTAZAR	YAUARETE	39	BARÉ
002	LIDIA ANTONIO	---	34	WEREKENA
003	ARLINDO ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	21	BARÉ
004	EDEMIR ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	19	BARÉ
005	ELIUDE ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	15	BARÉ
006	LUCIANA ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	12	BARÉ
007	LAUDECIR ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	09	BARÉ
008	RONILSON ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	06	BARÉ
009	LEONILDA ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	03	BARÉ
010	OLAVO ANTONIO BALTAZAR	YAUARETE	27	WEREKENA
011	APOLONIA CANDIDO	---	27	BANIWA
012	ANTONIA DA SILVA	---	58	WEREKENA
013	ORGOLINA PEDRO	---	65	BANIWA
014	FELIPE ANTONIO	YAUARETE	--	WEREKENA
015	GUILHERME PEDRO	YAUARETE	72	BANIWA
016	EMILIA ANTONIO	YAUARETE	58	WEREKENA
017	ZECA ANTONIO PEDRO	YAUARETE	--	BANIWA
018	NELI ANTONIO PEDRO	YAUARETE	--	BANIWA
019	CELESTE ANTONIO PEDRO	YAUARETE	19	BANIWA
020	ALFEU ANTONIO PEDRO	YAUARETE	--	BANIWA
021	DANIEL ANTONIO PEDRO	YAUARETE	14	BANIWA
022	MOISÉS ANTONIO PEDRO	YAUARETE	40	BANIWA
023	ELIZA EMILIO	---	31	BANIWA
024	CILENE EMILIO PEDRO	YAUARETE	12	BANIWA
025	LIDIO EMILIO PEDRO	YAUARETE	09	BANIWA
026	AGNALDO EMILIO PEDRO	YAUARETE	07	BANIWA
027	SIDNEI EMILIO PEDRO	YAUARETE	03	BANIWA
028	MIGUEL ANTONIO PEDRO	YAUARETE	37	BANIWA
029	ELIZA WAROIA	---	22	BANIWA
030	GENIVALDO ANTONIO	YAUARETE	03	BANIWA
031	DIVALDO ANTONIO	YAUARETE	01	BANIWA
032	ROSALINO JUSTINO NARCISO	---	40	TUKANO

033	CLEMENCIA ANTONIO	YAUARETE	37	WEREKENA
034	LILA JUSTINO ANTONIO	---	15	TUKANO
035	ZENAIDE JUSTINO ANTONIO	---	13	TUKANO
036	EDSON JUSTINO ANTONIO	---	11	TUKANO
037	JONAS JUSTINO ANTONIO	---	05	TUKANO
038	MARCO JUSTINO ANTONIO	---	03	TUKANO
039	MARIA SILVANO	YAUARETE	65	WEREKENA
040	BETO NARCISO	JIBÓIA	20	WEREKENA
041	ANA PAULA YARUMARE PEREIRA	UIRAUAÇU	70	BARÉ
042	SAMUEL NARCISO YARUMARE PEREIRA	JIBÓIA	26	WEREKENA
043	JÚLIO NARCISO YARUMARE PEREIRA	JIBÓIA	34	WEREKENA
044	ELÍDIA GARRIDO	TATU	29	BARÉ
045	EPITÁCIO GARRIDO	JIBÓIA	21	BARÉ
046	CHARLITO GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	12	WEREKENA
047	CLEÓBS GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	05	WEREKENA
048	JÚNIOR GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	01	WEREKENA
049	SALOMÃO NARCISO	---	23	WEREKENA
050	LUANA JUSTINO ANTONIO	---	20	TUKANO
051	CLEUNÍDIO JUSTINO NARCISO	---	01	WEREKENA
052	LINDOLFO ANTONIO PEDRO	YAUARETE	44	WEREKENA
053	MADALENA NARCISO	---	33	WEREKENA
054	GILBERTO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	18	WEREKENA
055	LILIAN NARCISO ANTONIO	YAUARETE	16	WEREKENA
056	ALBERTO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	10	WEREKENA
057	REINALDO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	06	WEREKENA
058	ELIGIA NARCISO ANTONIO	YAUARETE	04	WEREKENA
059	MAURICIO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	01	WEREKENA
060	MARIANO ANTONIO	YAUARETE	38	WEREKENA
061	TEREZA SILVANO NARCISO	JIBÓIA	28	WEREKENA
062	SINÉRCIO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	17	WEREKENA
063	MARIA NARCISO ANTONIO	YAUARETE	09	WEREKENA
064	ERNANDI NARCISO ANTONIO	YAUARETE	07	WEREKENA
065	OZEAS NARCISO ANTONIO	YAUARETE	05	WEREKENA
066	JUSCELINO NARCISO ANTONIO	YAUARETE	04	WEREKENA
067	ISAEL NARCISO ANTONIO	YAUARETE	01	WEREKENA
068	EMIDIO VENANCIO ANTONIO	YAUARETE	43	WEREKENA
069	CLEMENCIA LOPES	---	40	BANIWA
070	VIRGILIO LOPES ANTONIO	YAUARETE	22	WEREKENA
071	JUAREZ LOPES ANTONIO	YAUARETE	20	WEREKENA
072	DIONÉIA LOPES ANTONIO	YAUARETE	20	WEREKENA
073	GERMANO LOPES ANTONIO	YAUARETE	16	WEREKENA
074	CLAUDETE LOPES ANTONIO	YAUARETE	15	WEREKENA
075	CLEONITA LOPES ANTONIO	YAUARETE	12	WEREKENA
076	CLAUDIO LOPES ANTONIO	YAUARETE	09	WEREKENA
077	NARCISO LOPES ANTONIO	YAUARETE	05	WEREKENA
078	DULCINÉIA LOPES ANTONIO	YAUARETE	03	WEREKENA
079	EUZÉBIO DAMÁZIO	JIBÓIA	27	BARÉ
080	GRACIELA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	19	WEREKENA
081	ELZEMILDO DAMÁZIO	JIBÓIA	05	BARÉ
082	ALMINDO DAMÁZIO	JIBÓIA	02	BARÉ

083	BRAULINO NARCISO SILVANO	JIBÓIA	33	WEREKENA
084	DIVA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	30	WEREKENA
085	GERALDO ANTONIO NARCISO	JIBÓIA	10	WEREKENA
086	MARIELA ANTONIO NARCISO	JIBÓIA	08	WEREKENA
087	ERLIANA ANTONIO NARCISO	JIBÓIA	04	WEREKENA
088	GENILTON ANTONIO NARCISO	JIBÓIA	02	WEREKENA
089	AUGUSTO NARCISO	JIBÓIA	29	WEREKENA
090	GENÉDIA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	24	WEREKENA
091	NEIDE BALTAZAR NARCISO	JIBÓIA	07	WEREKENA
092	CREUCIDA BALTAZAR NARCISO	JIBÓIA	05	WEREKENA
093	DAVI BALTAZAR NARCISO	JIBÓIA	03	WEREKENA
094	ARTUR GILBERTO YARUMARE PEREIRA	JIBÓIA	30	WEREKENA
095	OLÍMPIA GARRIDO MELGUEIRO	---	28	BARÉ
096	HUMBERTO PEREIRA NETO	JIBÓIA	10	WEREKENA
097	HODIÓGENO GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	08	WEREKENA
098	NATÁLIA GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	05	WEREKENA
099	OLIZÂNEA GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	03	WEREKENA
100	ARTENÍZIO GARRIDO PEREIRA	JIBÓIA	01	WEREKENA
101	MÁXIMO NARCISO PEREIRA	JIBÓIA	37	WEREKENA
102	GENOVEVA CÂNDIDO WAROIA	YAUARETE	30	WEREKENA
103	MADILSON CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	19	WEREKENA
104	RUSSAMIRA CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	16	WEREKENA
105	LIVISTON CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	13	WEREKENA
106	ALVINA CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	10	WEREKENA
107	ADAUTA CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	08	WEREKENA
108	ADRIANA CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	05	WEREKENA
109	SANDRA CÂNDIDO PEREIRA	JIBÓIA	01	WEREKENA
110	PEDRO ANTONIO	YAUARETE	60	WEREKENA
111	ÉRVIA BALTAZAR	---	49	WEREKENA
112	ROBERTA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	16	WEREKENA
113	LAURO BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	13	WEREKENA
114	ELIANI BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	11	WEREKENA
115	DORALICIA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	09	WEREKENA
116	SONIA BALATAZAR ANTONIO	YAUARETE	18	WEREKENA



COMUNIDADE DE CAMPINAS

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

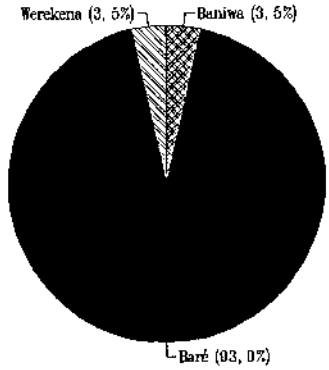
CAPITÃO: FELIX ANTONIO

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 64

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
117	FELIX ANTONIO	YAUARETE	77	WEREKENA
118	RITA WAROIO	YAUARETE	75	WEREKENA
119	LULA WAROIO ANTONIO	YAUARETE	38	WEREKENA
120	ENRIQUE ANTONIO	YAUARETE	26	WEREKENA
121	LUCILENIA ANTONIO	YAUARETE	21	WEREKENA
122	VALDEMAR WAROIO ANTONIO	YAUARETE	35	WEREKENA
123	MARIQUINHA NARCISO	JIBÓIA	38	WEREKENA
124	VALQUÍRIA ANTONIO	YAUARETE	10	WEREKENA
125	AUREO ANTONIO	YAUARETE	07	WEREKENA
126	MARINEIDE ANTONIO	YAUARETE	04	WEREKENA
127	MILTON BALTAZAR	UIRAUAÇU	53	BARÉ
128	MARIA WAROIO ANTONIO	YAUARETE	43	WEREKENA
129	ANTENOR WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	23	BARÉ
130	EZEQUIEL WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	21	BARÉ
131	CRISTINA WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	18	BARÉ
132	ROGÉRIO WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	13	BARÉ
133	MILTINHO WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	26	BARÉ
134	EDNA POMPILHO EMÍLIO	TATU	25	BANIWA
135	ADAILTON EMÍLIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	08	BARÉ
136	VANILDA EMÍLIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	05	BARÉ
137	CAZIMIRO EMÍLIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	02	BARÉ
138	GELSON EDUARDO MARTINS	JURUPARI	28	BARÉ
139	MARIA WAROIO MARTINS	YAUARETE	37	WEREKENA
140	---	JURUPARI	--	BARÉ
141	---	JURUPARI	--	BARÉ
142	---	JURUPARI	--	BARÉ
143	---	JURUPARI	--	BARÉ
144	ALBERTA WAROIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	29	BARÉ
145	CLÁUDIO BALTAZAR	YARUMARE	11	---
146	REGINALDO BALTAZAR	YARUMARE	---	08
147	ERNANDES BALTAZAR	YARUMARE	---	06
148	MARTA BALTAZAR YARUMARE	---	03	BARÉ
149	RECEM-NASCIDA	---	--	BARÉ
150	CRISTINA WAROIO	YAUARETE	47	WEREKENA
151	JOSÉ WAROIO MARTINS	JURUPARI	21	BANIWA

152	RENÉ WAROIO MARTINS	JURUPARI	18	BANIWA
153	ARCINDO WAROIO MARTINS	JURUPARI	18	BANIWA
154	MAURO WAROIO MARTINS	JURUPARI	16	BANIWA
155	IRINEU WAROIO MARTINS	JURUPARI	22	BANIWA
156	MARILENE ANTONIO	---	19	WEREKENA
157	BARTOLDO BALTAZAR	UIRAUAÇU	65	BARÉ
158	LÚCIA EDUARDO MARTINS	JURUPARI	55	BANIWA
159	CLEODINA BALTAZAR	UIRAUAÇU	20	BARÉ
160	GERMANO BALTAZAR	UIRAUAÇU	17	BARÉ
161	ARLENE BALTAZAR	UIRAUAÇU	15	BARÉ
162	SICIANA BALTAZAR	UIRAUAÇU	14	BARÉ
163	FLAVIO BALTAZAR	UIRAUAÇU	09	BARÉ
164	GERALDO BALTAZAR	UIRAUAÇU	06	BARÉ
165	EUGÊNIO NARCISO	JIBÓIA	65	WEREKENA
166	CLEDINA EDUARDO MARTINS	JURUPARI	35	BANIWA
167	FEITOSA NARCISO	JIBÓIA	17	WEREKENA
168	JOSUÉ NARCISO	JIBÓIA	14	WEREKENA
169	EDNA NARCISO	JIBÓIA	13	WEREKENA
170	MELVINO NARCISO	JIBÓIA	11	WEREKENA
171	LUCILA NARCISO	JIBÓIA	04	WEREKENA
172	EDMILSON NARCISO	JIBÓIA	01	WEREKENA
173	FLORIANO NARCISO WAROIO	YAUARETE	39	WEREKENA
174	LEUTINA REGINA	JURUPARI	34	BARÉ
175	JARMI FLORIANO NARCISO	YAUARETE	17	WEREKENA
176	JORGE FLORIANO NARCISO	YAUARETE	15	WEREKENA
177	CLARICIA LEUTINA NARCISO	YAUARETE	09	WEREKENA
178	JANILTON FLORIANO NARCISO	YAUARETE	06	WEREKENA
179	ARMIDIO FLORIANO NARCISO	YAUARETE	04	WEREKENA
180	ELI FLORIANO NARCISO	YAUARETE	01	WEREKENA

Populaçao de Yoco
Distribuiçao por Etnias



COMUNIDADE DE YOCO

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

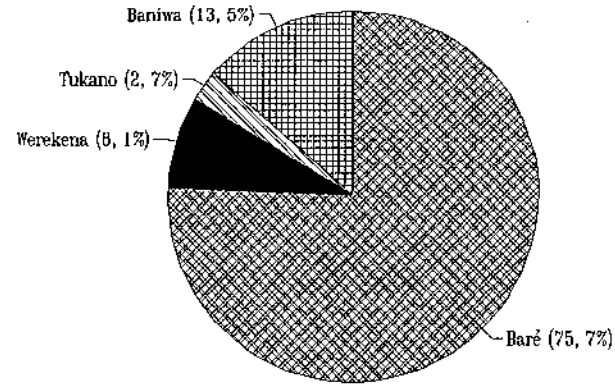
CAPITÃO: JOÃO YARUMARE

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 60

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
181	JOÃO YARUMARE	UIRAUAÇU	75	BARÉ
182	ELIANA NARCISO ANTONIO	YAUARETE	75	WEREKENA
183	MARIA YARUMARE	UIRAUAÇU	39	BARÉ
184	ISAURA YARUMARE	UIRAUAÇU	26	BARÉ
185	MARIANO YARUMARE	UIRAUAÇU	--	BARÉ
186	JOÃO YARUMARE FILHO	UIRAUAÇU	21	BARÉ
187	MAURA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	16	BARÉ
188	MERCINDO BALTAZAR	YAUARETE	43	BARÉ
189	ROSA YARUMARE	UIRAUAÇU	29	BARÉ
190	ROSAMIRA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	16	BARÉ
191	JÚLIA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	13	BARÉ
192	GILBERTO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	10	BARÉ
193	DUCIMAR YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	07	BARÉ
194	ROBERTO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	02	BARÉ
195	RAUL YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	42	BARÉ
196	BELVINDA PEREIRA	ARARA	35	BARÉ
197	NAZILDO PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	17	BARÉ
198	DAVANIR PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	12	BARÉ
199	VANAIDE PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	11	BARÉ
200	JAIRO PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	10	BARÉ
201	ARMINDA PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	06	BARÉ
202	ADECI PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	04	BARÉ
203	ELZA PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	03	BARÉ
204	EMIR PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	01	BARÉ
205	FERNANDO YARUMARE	UIRAUAÇU	66	BARÉ
206	HELENA SOROIA	YAUARETE	52	WEREKENA
207	MARIA YARUMARE	UIRAUAÇU	34	BARÉ
208	RAMON YARUMARE	UIRAUAÇU	24	BARÉ
209	CLÁUDIA YARUMARE	UIRAUAÇU	22	BARÉ
210	LEVI YARUMARE	UIRAUAÇU	21	BARÉ
211	GENÉSIO YARUMARE	UIRAUAÇU	18	BARÉ
212	NONARVA YARUMARE	UIRAUAÇU	15	BARÉ
213	RAFAEL YARUMARE	UIRAUAÇU	11	BARÉ
214	CLEMENTE YARUMARE	---	32	BARÉ
215	MARIA NAZARELA NUNES	---	37	BARÉ
216	ANTONIO YARUMARE	---	15	BARÉ

217	MIRIAN YARUMARE	---	11	BARÉ
218	SUELI YARUMARE	---	09	BARÉ
219	SIDNEI YARUMARE	---	07	BARÉ
220	ROSILENE YARUMARE	---	05	BARÉ
221	GABRIEL YARUMARE	---	03	BARÉ
222	FRANCILENE YARUMARE	---	02	BARÉ
223	JOSUÉ BARBOSA GARRIDO	SUCURI	32	BARÉ
224	MARINA DA SILVA ANDRADE	YAUARETE	24	BARÉ
225	AURELIANO ANDRADE BARBOSA	SUCURI	04	BARÉ
226	ALEX ANDRADE BARBOSA	SUCURI	02	BARÉ
227	JOSÉ MIGUEL NUNES	IPECA	47	BARÉ
228	DIONÍSIA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	39	BARÉ
229	ROSÁLIA BALTAZAR NUNES	IPECA	18	BARÉ
230	LEONARDO BALTAZAR NUNES	IPECA	15	BARÉ
231	ERINEU BALTAZAR NUNES	IPECA	10	BARÉ
232	EUCLIDES BALTAZAR NUNES	IPECA	04	BARÉ
233	GOTINHO LIBERATO	---	40	BANIWA
234	MARIA ÁGUIDA YARUMARE	---	29	BARÉ
235	AMARILDO YARUMARE LIBERATO	---	13	BANIWA
236	FÁTIMA YARUMARE LIBERATO	---	11	BANIWA
237	ROBERTA YARUMARE LIBERATO	---	06	BANIWA
238	ALBERTO BALTAZAR	YAUARETE	33	BARÉ
239	LUCILENE CLEMENTE	IPECA	22	BANIWA
240	ZENILDA BALTAZAR	YAUARETE	04	BARÉ

Populaçao de Nazaré
Distribuiçao por Etnias



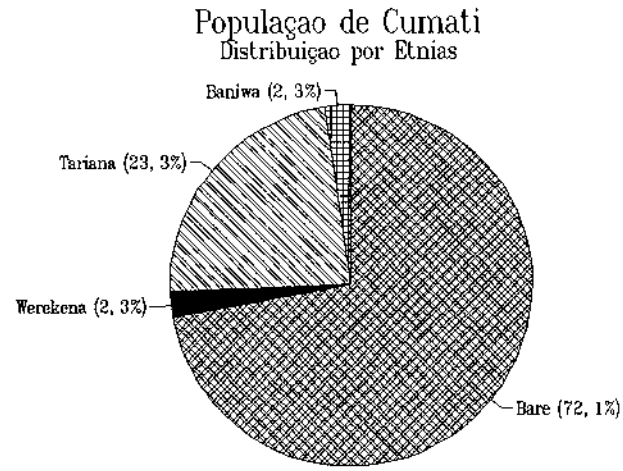
COMUNIDADE DE NAZARÉ

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

CAPITÃO: MANOEL BALTAZAR

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 34

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
241	MANOEL BALTAZAR	YAUARETE	70	BARÉ
242	GRACINDA CÂNDIDO	---	44	WEREKENA
243	MARCILA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	30	BARÉ
244	ARACINA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUAREYE	11	BARÉ
245	ARCÊNIA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	03	BARÉ
246	NILO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	22	BARÉ
247	MOLINO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	19	BARÉ
248	BERNARDINO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	09	BARÉ
249	CEARÁ CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	07	BARÉ
250	ORLANDO ANTONIO	---	25	WEREKENA
251	APOLÔNIA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	27	BARÉ
252	NELSON BALTAZAR	YAUARETE	73	BARÉ
253	JÚLIA CÂNDIDO	---	40	WEREKENA
254	ALCÍDIO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	28	BARÉ
255	SEBASTIANA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	27	BARÉ
256	SONIA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	26	BARÉ
257	LUCILO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	13	BARÉ
258	ANANINHA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	11	BARÉ
259	CARLINA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	09	BARÉ
260	VIANO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	07	BARÉ
261	SEVERINO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	06	BARÉ
262	ANITA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	01	BARÉ
263	HUMBERTO BALTAZAR	YAUARETE	72	BARÉ
264	SILVÉRIA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	30	BARÉ
265	BERNADETE YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	25	BARÉ
266	ROSA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	23	BARÉ
267	ODILSON YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	18	BARÉ
268	HERMES POMPILHO	---	28	---
269	EULÁLIA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	22	BARÉ
270	HUMBERTO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	28	BARÉ
271	LUCI PEREIRA	---	20	BANIWA
272	ARMINDA PEREIRA BALTAZAR	YAUARETE	03	BARÉ
273	ARMINDO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	21	BARÉ
274	TEREZA LOPES	---	30	TUKANO



COMUNIDADE DE CUMATI

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

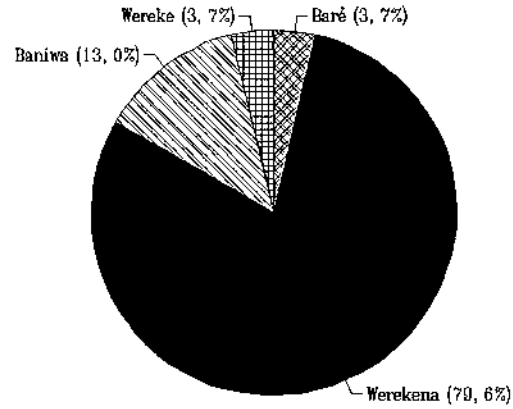
CAPITÃO: MANOEL BALTAZAR

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 43

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
275	MANOEL BALTAZAR	YAUARETE	80	BARÉ
276	ANGELINA YARUMARE	---	66	BARÉ
277	GERALDINHA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	40	BARÉ
278	GERTRUDES YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	38	BARÉ
279	SUZETE YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	34	BARÉ
280	JANAIDE YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	32	BARÉ
281	BALDO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	42	BARÉ
282	MARIA DE OLIVEIRA	MARACAJÁ	39	WEREKENA
283	AGEU DE OLIVEIRA BALTAZAR	YAUARETE	13	BARÉ
284	DELVACI DE OLIVEIRA BALTAZAR	YAUARETE	11	BARÉ
285	VANEIDE DE OLIVEIRA BALTAZAR	YAUARETE	09	BARÉ
286	JUCA DE OLIVEIRA BALTAZAR	YAUARETE	08	BARÉ
287	SELMA DE OLIVEIRA BALTAZAR	YAUARETE	02	BARÉ
288	AGOSTINHO YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	21	BARÉ
289	CELINA SERAFIN	---	20	TARIANA
290	CÍCERO SERAFIN BALTAZAR	YAUARETE	13	BARÉ
291	DAVI SERAFIN BALTAZAR	YAUARETE	11	BARÉ
292	BALBINA SERAFIN BALTAZAR	YAUARETE	07	BARÉ
293	LUCIANO SERAFIN BALTAZAR	YAUARETE	01	BARÉ
294	GETÚLIO SERAFIN	---	49	TARIANA
295	ERCÍLIA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	50	BARÉ
296	EDILSON SERAFIN	---	24	TARIANA
297	EDNA SERAFIN	---	14	TARIANA
298	MANOEL SERAFIN	---	12	TARIANA
299	JOANINHA SERAFIN	---	08	TARIANA
300	NATALINA SERAFIN	---	06	TARIANA
301	IRIAM SERAFIN	---	04	TARIANA
302	FELICIANO SERAFIN	---	26	TARIANA
303	DALILA YARUMARE	---	24	BARÉ
304	CECÍLIA YARUMARE SERAFIN	---	04	TARIANA
305	LADISLAU MARTINS	---	61	BARÉ
306	NEUZA YARUMARE BALTAZAR	YAUARETE	49	BARÉ
307	CIRLÊNIA BALTAZAR MARTINS	---	23	BARÉ
308	LUISA BALTAZAR MARTINS	---	18	BARÉ
309	DOLTRA BALTAZAR MARTINS	---	16	BARÉ
310	ROMOLO BALTAZAR MARTINS	---	13	BARÉ

311	FRANCI BALTAZAR MARTINS	---	11	BARÉ
312	JORGINA BALTAZAR MARTINS	---	03	BARÉ
313	CLEOTIDA BALTAZAR ANTONIO	YAUARETE	50	BANIWA
314	EDILSON BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	22	BARÉ
315	ROCEL BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	18	BARÉ
316	ARNALDO BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	14	BARÉ
317	FLORA BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	08	BARÉ

Populaçao de Tonu
Distribuiçao por Etnias



COMUNIDADE DE TONU

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

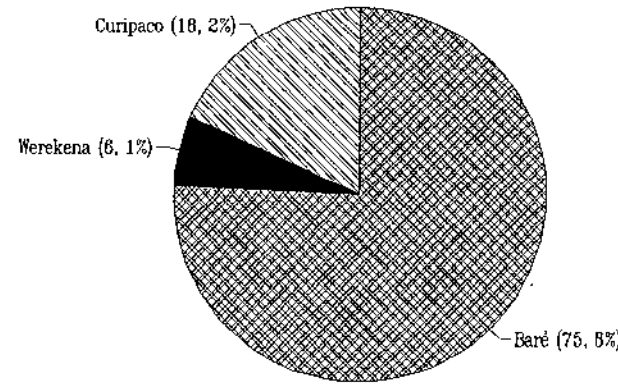
CAPITÃO: LUÍS CÂNDIDO OLIVEIRA

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 54

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
318	LUÍS CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	54	WEREKENA
319	MARIA EVANGELISTA TOMÁS	UIRAPURU	60	BANIWA
320	ARSELINO TOMÁS OLIVEIRA	MARACAJÁ	27	WEREKENA
321	JUAREZ TOMÁS OLIVEIRA	MARACAJÁ	25	WEREKENA
322	JAIME TOMÁS OLIVEIRA	MARACAJÁ	23	WEREKENA
323	JUSTINA OLIVEIRA (SOBRINHA)	---	14	WEREKENA
324	LUÍS APOLINÁRIO	---	40	BANIWA
325	MARIA MADALENA	MARACAJÁ	40	WEREKENA
326	ARCINDO APOLINÁRIO	---	19	BANIWA
327	DANIEL APOLINÁRIO	---	10	BANIWA
328	GENIVALDO APOLINÁRIO	---	06	BANIWA
329	REGINALDO APOLINÁRIO	---	02	BANIWA
330	VIRIATO CÁNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	97	WEREKENA
331	MARIA HENRIQUETA	SAÚBA	70	WEREKENA
332	MARIA ANTONIA CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	51	WEREKENA
333	MERCINDA EUZÉBIO (NETA)	MARACAJÁ	16	WEREKENA
334	DIVINÁRIO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	41	WEREKENA
335	MARIA CRISTINA YARUMARE	UIRAUAÇU	35	BARÉ
336	ROBERTO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	19	WEREKENA
337	MARCINO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	14	WEREKENA
338	MERCÍLIA CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	11	WEREKENA
339	ALBERTINHA CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	08	WEREKENA
340	CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	05	WEREKENA
341	SÉRGIO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	03	WEREKENA
342	JUNILTON CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	01	WEREKENA
343	ALFREDO YARUMARE OLIVEIRA	---	23	BARÉ
344	ILÊNIA TOMÁS OLIVEIRA	MARACAJÁ	21	WEREKENA
345	JAIME OLIVEIRA	MARACAJÁ	24	WEREKENA
346	MARIA AMÁLIA LOPES	---	18	WEREKENA
347	MARIA ISANETE LOPES DE OLIVEIRA	MARACAJÁ	01	WEREKENA
348	EMÍLIO GREGÓRIO OLIVEIRA	MARACAJÁ	24	WEREKENA
349	LOURDINHA VICENTE	---	30	WEREKENA
350	ARNILDO VICENTE OLIVEIRA	MARACAJÁ	12	WEREKENA
351	JAILSON VICENTE OLIVEIRA	MARACAJÁ	--	WEREKENA

352	EVARISTO ERMÍNIO LOURENÇO	YAUARETE	46	WEREKENA
353	MARIA IZAURA CÂNDIDO YARUMARE	UIRAUAÇU	34	WEREKENA
354	ARNALDO EVARISTO ERMÍNIO	YAUARETE	19	WEREKENA
355	ELIANA ERMÍNIO	YAUARETE	15	WEREKENA
356	ALBERTO ERMÍNIO	YAUARETE	12	WEREKENA
357	ERLANDE ERMÍNIO	YAUARETE	10	WEREKENA
358	LEONILDA ERMÍNIO	YAUARETE	05	WEREKENA
359	ROSILÊNIA ERMÍNIO	YAUARETE	03	WEREKENA
360	MARJELZA ERMÍNIO	YAUARETE	01	WEREKENA
361	JUAREZ TOMÁS OLIVEIRA	MARACAJÁ	25	WEREKENA
362	MARILDA SILVANO	ONÇA VERM.	24	WEREKENA
363	BETE SILVANO OLIVEIRA	MARACAJÁ	04	WEREKENA
364	JOSIMAR SILVANO OLIVEIRA	MARACAJÁ	02	WEREKENA
365	ARSELINO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	29	WEREKENA
366	ZITA ERMÍNIO	YAUARETE	20	BANIWA
367	NONATO CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	06	WEREKENA
368	LILIANA CÂNDIDO OLIVEIRA	MARACAJÁ	02	WEREKENA
369	FRANCISCO GREGÓRIO DE OLIVEIRA (VIUVO)	MARACAJÁ	84	WEREKENA
370	MARIANA YANÁVE (VIUVA)	PIRANHA	80	WEREKE
371	LINO OLIVEIRA	MARACAJÁ	63	WEREKE

Populaçao de Umarituba
Distribuiçao por Etnias



COMUNIDADE DE UMARITUBA

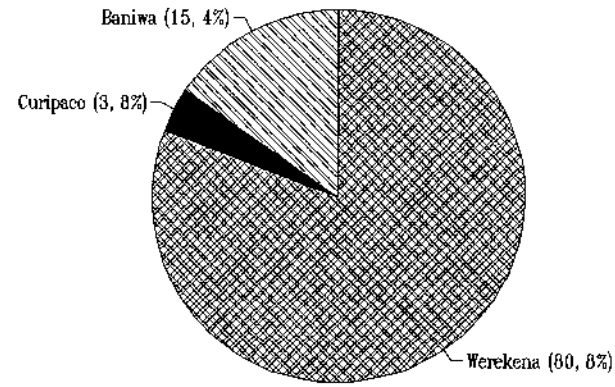
LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

CAPITÃO: JOSÉ YARUMARE

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 33

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
372	JOSÉ YARUMARE	UIRAUAÇU	41	BARÉ
373	MARIA EVANGELISTA RAFAEL	JACUNDÁ	35	CURIPACO
374	DULCINÉIA EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	15	BARÉ
375	LUCILA EVANGELISTA	YARUMARE	10	UIRAUAÇU
376	EDVALDO EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	08	BARÉ
377	RIBAMAR EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	07	BARÉ
378	DULCIMAR EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	O6	BARÉ
379	ALUÍSIO EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	03	BARÉ
380	VANDRO EVANGELISTA YARUMARE	UIRAUAÇU	01	BARÉ
381	JESUS OLIVEIRA YARUMARE	UIRAUAÇU	39	BARÉ
382	MARCÍLIA MARTINS BALTAZAR	MARACAJÁ	29	BARÉ
383	ARIVALDO OLIVEIRA YARUMARE	UIRAUAÇU	12	BARÉ
384	EDEMIRSOS OLIVEIRA YARUMARE	UIRAUAÇU	10	BARÉ
385	LUZIMAR OLIVEIRA YARUMARE	UIRAUAÇU	09	BARÉ
386	GEDINÍLSON BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	07	BARÉ
387	ELIEZA BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	05	BARÉ
388	CLAUDINÉIA BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	04	BARÉ
389	MARIA LÚCIA BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	--	BARÉ
390	ODINEDI BALTAZAR YARUMARE	UIRAUAÇU	01	BARÉ
391	MIGUEL RAFAEL	JACUNDÁ	62	CURIPACO
392	ARSENIO RAFAEL	JACUNDÁ	21	CURIPACO
393	CLÓVIS ALEXANDRE RAFAEL	JACUNDÁ	25	CURIPACO
394	SILENE CÂNDIDO	JIBÓIA	22	WEREKENA
395	ADALBERTO CÂNDIDO RAFAEL	JACUNDÁ	03	CURIPACO
396	ELIVALDO CÂNDIDO RAFAEL	JACUNDÁ	01	CURIPACO
397	FLAVIANO YARUMARE DE OLIVEIRA	UIRAUAÇU	33	BARÉ
398	CILENE CÂNDIDO DE OLIVEIRA	MARACAJÁ	25	WEREKENA
399	LICÉRIA YARUMARE SILVANO	UIRAUAÇU	08	BARÉ
400	SUELI CÂNDIDO YARUMARE	UIRAUAÇU	06	BARÉ
401	ROBERVAL CÂNDIDO YARUMARE	UIRAUAÇU	03	BARÉ
402	PEDRO YARUMARE MORIO (VIÚVO)	UIRAUAÇU	71	BARÉ
403	JOAQUIM YARUMARE MORIO	UIRAUAÇU	29	BARÉ
404	PERIVALDO YARUMARE MORIO	UIRAUAÇU	19	BARÉ

Populaçao de Tucano
Distribuiçao por Etnias



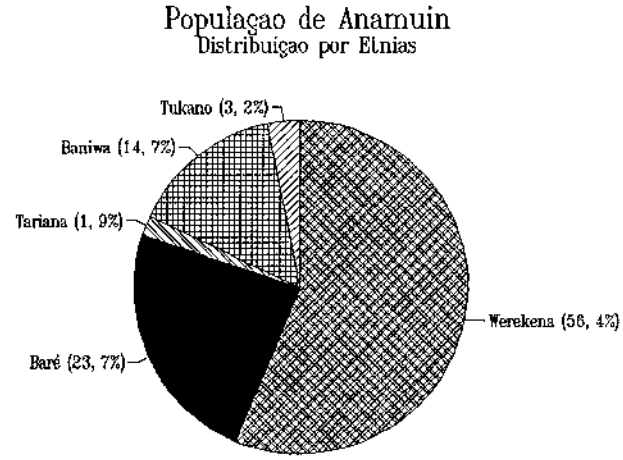
COMUNIDADE DE TUCANO

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

CAPITÃO: GETÚLIO CÂNDIDO

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 27

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
405	GETÚLIO CÂNDIDO	YAUARETE	66	WEREKENA
406	OLÍVIA ALEXANDRE RAFAEL	JACUNDÁ	61	CURIPACO
407	GERÔNCIO CÂNDIDO	YAUARETE	29	WEREKENA
408	ADOLFO CÂNDIDO	YAUARETE	26	WEREKENA
409	VANILDO CÂNDIDO	YAUARETE	14	WEREKENA
410	EDIVALDO CÂNDIDO	YAUARETE	13	WEREKENA
411	ERENITA CÂNDIDO (MÃE SOLTEIRA)	YAUARETE	31	WEREKENA
412	DULCIANA AMAZONENSE	---	13	---
413	ANDRÉ TOMÁS	UIRAPURU	35	BANIWA
414	ELENITA CÂNDIDO	YAUARETE	31	WEREKENA
415	ROBERVAL TOMÁS	UIRAPURU	07	BANIWA
416	CREUZA TOMÁS	UIRAPURU	04	BANIWA
417	MARIA TOMÁS	UIRAPURU	02	BANIWA
418	JERÔNIMO BALTAZAR	YAUARETE	37	WEREKENA
419	NILZA CÂNDIDO	YAUARETE	37	WEREKENA
420	LEONARDO CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	15	WEREKENA
421	CLEONICE CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	12	WEREKENA
422	JESSA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	10	WEREKENA
423	IRINEU CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	06	WEREKENA
424	MARLÚCIA CÂNDIDO BALTAZAR	YAUARETE	03	WEREKENA
425	NICARSIO CÂNDIDO	YAUARETE	34	WEREKENA
426	FLORA GONÇALVES	TAPIRA	32	WEREKENA
427	MARILENA GONÇALVES CÂNDIDO	YAUARETE	11	WEREKENA
428	MARGARETE GONÇALVES CÂNDIDO	YAUARETE	08	WEREKENA
429	REINALDO GONÇALVES CÂNDIDO	YAUARETE	05	WEREKENA
430	ANALICIA GONÇALVES CÂNDIDO	YAUARETE	02	WEREKENA
431	BERNADETE GONÇALVES CÂNDIDO	YAUARETE	01	WEREKENA



COMUNIDADE DE ANAMOIN

LOCALIZAÇÃO: RIO XIÉ

CAPITÃO: PEDRO ÂNGELO TOMÁS

POPULAÇÃO EM SETEMBRO DE 1992: 164

POP	NOME	SIB	ID	ETNIA
432	PEDRO ÂNGELO TOMÁS	PIÁ	72	WEREKENA
433	IZABEL CÂNDIDO OLIVEIRA	YAUARETE	73	WEREKENA
434	FILICA CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	42	WEREKENA
435	LETÍCIA CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	38	WEREKENA
436	MACIEL CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	36	WEREKENA
437	DONINHA CÂNDIDO TOMÁS (NETA)	PIRÁ	20	WEREKENA
438	RAIMUNDINHA TOMÁS CÂNDIDO (NETA)	PIRÁ	13	WEREKENA
439	DELFIN CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	40	WEREKENA
440	JULIANA CÂNDIDO VICENTE	---	--	WEREKENA
441	EDNA VICENTE TOMÁS	PIRÁ	16	WEREKENA
442	EMIRO VICENTE TOMÁS	PIRÁ	14	WEREKENA
443	CÍDIO VICENTE TOMÁS	PIRÁ	12	WEREKENA
444	EDVÂNIA VICENTE TOMÁS	PIRÁ	08	WEREKENA
445	JUSTIANA VICENTE TOMÁS	PIRÁ	06	WEREKENA
446	ANÍSIO CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	34	WEREKENA
447	DALILA CÂNDIDO VICENTE	---	--	WEREKENA
448	OSVALDO VICENTE TOMÁS	PIRÁ	14	WEREKENA
449	VALDERI VICENTE TOMÁS	PIRÁ	11	WEREKENA
450	JUSCELINO VICENTE TOMÁS	PIRÁ	03	WEREKENA
451	LORIVAL VICENTE CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
452	ALBERTA CÂNDIDO TOMÁS	PIRÁ	32	WEREKENA
453	ELÍCIA TOMÁS CÂNDIDO	PIRÁ	--	WEREKENA
454	RAIMUNDINHA TOMÁS CÂNDIDO	PIRÁ	13	WEREKENA
455	EDIZINHA TOMÁS CÂNDIDO	PIRÁ	10	WEREKENA
456	MILÊNIA TOMÁS CÂNDIDO	PIRÁ	09	WEREKENA
457	SIMÃO CÂNDIDO	---	64	WEREKENA
458	AURORA EUZÉBIO	---	--	BANIWA
459	NINA EUZÉBIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
460	LEONORA EUZÉBIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
461	SEVERINO EUZÉBIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
462	FELIX EUZÉBIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
463	ELIEZER NARCISO EDUARDO	JURUPARI	26	BANIWA
464	IRENE CÂNDIDO TOMÁS	---	20	WEREKENA
465	RECEM-NASCIDA SEM NOME	JURUPARI	--	BANIWA
466	GRACILIANO CÂNDIDO OLIVEIRA (VIÚVO)	MARACAJÁ	66	WEREKENA

466	MAIEL YARUMARE CÂNDIDO	MARACAJÁ	42	WEREKENA
467	BARTOLDO YARUMARE CÂNDIDO	MARACAJÁ	33	WEREKENA
468	VICENTE BALTAZAR CÂNDIDO	MARACAJÁ	50	WEREKENA
469	LINDOLFO LUIS EDUARDO	JURUPARI	40	BANIWA
470	AUXILIADORA YARUMARE CÂNDIDO	MARACAJÁ	36	WEREKENA
471	LEONORA NARCISO EDUARDO	JURUPARI	22	BANIWA
472	IZAEL NARCISO EDUARDO	JURUPARI	20	BANIWA
473	EDEONORA YARUMARE CÂNDIDO (SOBRINHA)	---	17	---
474	ROSALINO YARUMARE BALTAZAR	UIRAUAÇU	34	BARÉ
475	MADALENA YARUMARE CÂNDIDO	MARACAJÁ	30	WEREKENA
476	ZULMIRA YARUMARE CÂNDIDO	UIRAUAÇU	11	BARÉ
477	SONIA YARUMARE CÂNDIDO	UIRAUAÇU	08	BARÉ
478	FLÁVIO YARUMARE CÂNDIDO	UIRAUAÇU	06	BARÉ
479	RODRIGUES YARUMARE CÂNDIDO	UIRAUAÇU	01	BARÉ
480	ARMANDO GARRIDO	---	45	WEREKENA
482	HELENA YARUMARE CÂNDIDO	MARACAJÁ	40	WEREKENA
483	EDILSON GARRIDO	---	24	WEREKENA
484	VALDECI GARRIDO	---	20	WEREKENA
485	RONIL GARRIDO	---	12	WEREKENA
486	ALVACI GARRIDO	---	10	WEREKENA
487	ORLANDO GARRIDO	---	05	WEREKENA
488	ELENICE GARRIDO	---	04	WEREKENA
489	WALDEMAR YARUMARE CÂNDIDO	---	38	WEREKENA
490	CACILDA CÂNDIDO YARUMARE	---	--	WEREKENA
491	ROSAMIRA YARUMARE CÂNDIDO	---	16	WEREKENA
492	NILDO YARUMARE CÂNDIDO	---	09	WEREKENA
493	ERNANDES YARUMARE CÂNDIDO	---	07	WEREKENA
494	JOSÉ IRTON DE OLIVEIRA LOPES	TATU	39	BARÉ
495	LUCRÉCIA CÂNDIDO YARUMARE	UIRAUAÇU	27	WEREKENA
496	LUCINEIDE CÂNDIDO LOPES	TATU	10	BARÉ
497	MARTINHA CÂNDIDO LOPES	TATU	06	BARÉ
498	ZANIEL CÂNDIDO LOPES	TATU	02	BARÉ
499	ESMAEL CÂNDIDO	YAUARETE	42	BARÉ
500	APARECIDA GONÇALVES	YAUARETE	36	WEREKENA
501	LEONILDA CÂNDIDO	YAUARETE	14	BARÉ
502	ERIVELTON CÂNDIDO	YAUARETE	13	BARÉ
503	MARIA ODÍLIA CÂNDIDO	YAUARETE	09	BARÉ
504	DIANA CÂNDIDO	YAUARETE	01	BARÉ
505	CÉLIA CÂNDIDO (MÃE SOLTEIRA)	YAUARETE	18	BARÉ
506	ADRIANA TOMÁS CÂNDIDO	---	01	---
507	LUIS SILVA FERREIRA	---	34	WEREKENA
508	SIDÔNIA TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	24	WEREKENA
509	ANDERSON CÂNDIDO FERREIRA	---	09	WEREKENA
510	GILIARDE CÂNDIDO FERREIRA	---	05	WEREKENA
511	FLEURY CÂNDIDO FERREIRA	---	02	WEREKENA
512	DENILSON CÂNDIDO FERREIRA	---	01	WEREKENA
513	ARMINDO CÂNDIDO SILVANO	---	22	WEREKENA
514	LEONORA NARCISO EDUARDO	JURUPARI	22	BANIWA
515	LUCILENE EDUARDO SILVANO	---	04	WEREKENA
516	ROCELIANO EDUARDO SILVANO	---	02	WEREKENA

517	GENELSON EDUARDO SILVANO	---	01	WEREKENA
518	LINA CÂNDIDO GREGÓRIO (VIÚVA)	---	--	---
519	HUMBERTO CÂNDIDO GONÇALVES	---	19	BARÉ
520	HÚMBER CÂNDIDO GONÇALVES	---	--	---
521	ÉLVIA CÂNDIDO GONÇALVES	---	--	BANIWA
522	FILIPE CÂNDIDO GONÇALVES	---	34	BARÉ
523	MARINA CÂNDIDA GONÇALVES	---	--	WEREKENA
524	MARIA ELIZETE CÂNDIDO GONÇALVES	---	10	BARÉ
525	ROSILÉIA CÂNDIDO GONÇALVES	---	08	BARÉ
526	SUZETE CÂNDIDO GONÇALVES	---	04	BARÉ
527	ELIZABETE CÂNDIDO GONÇALVES	---	02	BARÉ
528	SÉRGIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
529	MARCIANA YARUMARE	---	--	BARÉ
530	MARINA YARUMARE CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
531	ERCÍLIA YARUMARE CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
532	ROBERTO YARUMARE CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
533	MARIA ELIZETE CÂNDIDO GONÇALVES (NETA)	---	--	---
534	DÁRIO AFONSO TORRES	---	--	TUKANO
535	TEREZA YARUMARE CÂNDIDO	---	--	---
536	BELDINO CÂNDIDO TORRES	---	11	TUKANO
537	NILSON CÂNDIDO TORRES	---	09	TUKANO
538	EDMILSON CÂNDIDO TORRES	---	05	TUKANO
539	EZÂNIA CÂNDIDO TORRES	---	03	TUKANO
540	CAMILO CÂNDIDO GONÇALVES	---	--	BARÉ
541	ERCÍLIA YARUMARE CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
542	WALTER TOMÁS GREGÓRIO	---	--	WEREKENA
543	SOFIA CÂNDIDO GONÇALVES	---	--	BARÉ
544	CIDINHA GONÇALVES TOMÁS	---	10	WEREKENA
545	VIRGÍLIO CÂNDIDO GONÇALVES	---	--	BARÉ
546	GRACIETE CÂNDIDO GARRIDO	---	--	BARÉ
547	MARDONIO GARRIDO GONÇALVES	---	01	BARÉ
548	DEUZAMIR GARRIDO GONÇALVES	---	--	BARÉ
549	GERMANO CÂNDIDO EUZÉBIO	---	--	BANIWA
550	FRANCISCA TOMÁS GREGÓRIO	---	29	WEREKENA
551	ÉLVIA CÂNDIDO EUZÉBIO	---	16	BANIWA
552	NELI CÂNDIDO EUZÉBIO	---	12	BANIWA
553	GRACILENE CÂNDIDO EUZÉBIO	---	10	BANIWA
554	LAURA CÂNDIDO EUZÉBIO	---	06	BANIWA
555	FRANCINEI CÂNDIDO EUZÉBIO	---	04	BANIWA
556	VALDECI GARRIDO	---	17	BARÉ
557	NILA CÂNDIDO EUZÉBIO	---	19	BANIWA
558	VALDINEI EUZÉBIO GARRIDO	---	01	BARÉ
559	RUI CÂNDIDO YARUMARE	---	--	BARÉ
560	NINA EUZÉBIO CÂNDIDO	---	--	WEREKENA
561	ELIZEU CÂNDIDO YARUMARE	---	--	BARÉ
562	ARACI CÂNDIDO YARUMARE	---	--	BARÉ
563	JONILTON CÂNDIDO YARUMARE	---	--	BARÉ
564	RECÉM NASCIDO SEM NOME	---	--	BARÉ

565	NILO ALMEIDA	---	37	TARIANA
566	EDITE TOMÁS SILVANO	---	20	---
567	ZENILDA SILVANO ALMEIDA	---	09	TARIANA
568	EDVALDO SILVANO ALMEIDA	---	06	TARIANA
569	GILBERTO TOMÁS	UIRAPURU	28	BANIWA
570	LEONORA CÂNDIDO	YAUARETE	26	WEREKENA
571	GENELSA CÂNDIDO TOMÁS	UIRAPURU	03	BANIWA
572	RECÉM-NASCIDA SEM NOME	UIRAPURU	--	BANIWA
573	BARTOLO CÂNDIDO MARIA	---	42	WEREKENA
574	ISABEL YARUMARE DE OLIVEIRA	---	--	BARÉ
575	AMAZONINA DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	15	WEREKENA
576	MARLENE DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	13	WEREKENA
577	MARIA DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	11	WEREKENA
578	ADEMIRO DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	09	WEREKENA
579	EDIMAR DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	05	WEREKENA
580	JAILSON DE OLIVEIRA CÂNDIDO	---	02	WEREKENA
581	RENATO TOMÁS	UIRAPURU	41	BANIWA
582	HENRIQUETA CÂNDIDO MARTINS	YAUARETE	39	WEREKENA
583	GILBERTO TOMÁS	UIRAPURU	28	BANIWA
584	NIVALDO TOMÁS	UIRAPURU	24	BANIWA
585	DINALDO TOMÁS	UIRAPURU	15	BANIWA
586	ROSACLEIDE TOMÁS	UIRAPURU	10	BANIWA
587	MARINEIDE TOMÁS	UIRAPURU	06	BANIWA
588	FORTUNATO CÂNDIDO	MARACAJÁ	42	WEREKENA
589	LOURENÇA TOMÁS	PIRANHA	41	BARÉ
590	SIDÔNIA TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	24	WEREKENA
591	ALALITO TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	22	WEREKENA
592	RIBAMAR TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	19	WEREKENA
593	CÍRIO TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	14	WEREKENA
594	MARLY TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	09	WEREKENA
595	ACRÍSIO TOMÁS CÂNDIDO	MARACAJÁ	01	WEREKENA

COLÔMBIA

BRASIL

COLÔMBIA

Ig. Jeju

Ig. Tauapuri

RIO XIÉ

Cach. Paca

Cach. Tiariuirú

cach. Patuá

Ig. Iará

cach. Marcúna

COM. ANAMOIN

Sítio S. Paulo

Sítio Tinárrai

Sítio Maçarabi

Sítio Macuxixiri

Sítio Urubu

Ig. Urifua

COM. TUCANO

Para Colômbia

Sítio Quati

Ig. Piratauara

Ig. Iaturaquani

Ig. Caruru

Ig. Curuburare

Para Colômbia

Sítio Caiu Ponto

Ig. Curicuriari

COM. UMARITUBA

Ig. Marutinga

Sítio Cuessé

Sítio Iuahá (velho)

Ig. Iuahá

COM. TONU

Ig. Ximuti

RIO XIÉ

Ig. Baruri

Sítio Velho

COM. CUMATI

Cach. Cumati

Ig. Matáuen

Sítio Membi (velho)

Sítio Velho

Ig. Iuini

Ig. Curiói

Sítio Perigro (velho)

Sítio S. Rosa

COM. NAZARÉ

Sítio Cuté (velho)

Sítio Umiri

Sítio Cafipi (velho)

Sítio Santa Rosa

Rio Yacurabi

Sítio Yacurabi

Ig. Sunuehé

COM. IOCO

Ig. Meué

Sítio Velho Meueré

Ig. Curiá

Ig. Mitú

Sítio Mitú

Com. Campinas

RIO XIÉ MIRIM

COM. Vila Nova

RIO NEGRO

LEGENDA

- COMUNIDADE
- SÍTIO
- SÍTIO VELHO
- BARRACO DE PIAÇABA
- PIAÇABAIS
- VARADOR

COLÔMBIA

78° 72° 66°

4° 0° 4°

ESCALA 1:250.000

5 0 5 10 15 20 Quilometros

Des. - J. Mardock